

Composições, Biografias e Linha Sucessória dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho



MEMORIAL

Tribunal Superior do Trabalho

Composições, Biografias e Linha Sucessória
dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho

BRASÍLIA

2021

©2021 BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Comissão de Documentação e Memória do TST. *Composições, biografias e linha sucessória dos ministros do Tribunal Superior do Trabalho*. Brasília: Secretaria de Comunicação Social, 2021. *E-book* (287 p.). Permitida a reprodução de qualquer parte, desde que citada a fonte. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12178/196131>. Acesso em: 13 dez. 2021.

Organização do livro:
Tribunal Superior do Trabalho
Comissão de Documentação e Memória

Ficha técnica do livro:
Coordenadoria de Documentação – CDOC

Editoração:
Secretaria de Comunicação Social – SECOM

Endereço para correspondência:
Tribunal Superior do Trabalho
SAFS Qd. 8 Conjunto A Blocos B
CEP: 70.070-943
biblioteca@tst.jus.br
[55 \(61\) 3043-4236](tel:55%2061%203043-4236)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B823c Brasil. Tribunal Superior do Trabalho.
Composições, biografias e linha sucessória dos ministros do Tribunal Superior do Trabalho [recurso eletrônico] / [organizado pela Comissão de Documentação e Memória]. – Brasília : Tribunal Superior do Trabalho, Secretaria de Comunicação Social, 2021.
287 p. : fots. : p&b.

E-book (PDF)
Disponível em: <<https://hdl.handle.net/20.500.12178/196131>>.
ISBN 978-85-85667-06-1

1. Ministro de tribunal superior – biografia – Brasil. 2. Tribunal superior – história – Brasil. I. Brasil. Tribunal Superior do Trabalho. Comissão de Documentação e Memória. II. Título.

CDU 347.998.4

APRESENTAÇÃO

Este livro de *Composições, Biografias e Linha Sucessória dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho* apresenta os Ministros que compõem ou compuseram esta Corte Superior ao longo de seus 75 anos de existência – considerada a sua integração no Poder Judiciário, pela Constituição de 1946, vigente desde 18 de setembro daquele ano. O rico registro da Memória Institucional desta Corte, lançado em comemoração aos 80 anos da Justiça do Trabalho, inaugurada em 1º de maio de 1941, tem o objetivo primordial de reverenciar a memória e o legado dos magistrados do trabalho que historicamente têm contribuído para a evolução e a consolidação do Direito do Trabalho e do Poder Judiciário Trabalhista no Brasil.

Idealizado, produzido e aperfeiçoado pela *Comissão de Documentação e Memória do Tribunal Superior do Trabalho*, esse importante livro histórico e fotográfico, que será disponibilizado de forma virtual e posteriormente no formato impresso, cumpre o objetivo de preservar, desenvolver, consolidar e fomentar a Memória Institucional no âmbito do Poder Judiciário Trabalhista, em consonância com o Programa Nacional de Resgate da Memória da Justiça do Trabalho (Ato Conjunto n. 11/TST.CSJT.GP) e com as Resoluções n. 316/2020 e n. 324/2020 do Conselho Nacional de Justiça.

Nesse quadro, além de cumprir seu papel na preservação da Memória Institucional, esta obra é um documento fundamental para o conhecimento da história da Justiça do Trabalho, sua evolução, suas transformações e continuidades. As *Composições, Biografias e Linha Sucessória dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho*, expostas conforme a ordem de antiguidade, constituem instrumento fundamental para melhor entendimento da evolução do Poder Judiciário trabalhista e da sociedade brasileira ao longo destes 80 anos de existência da Justiça do Trabalho.

No primeiro eixo desta obra, serão apresentadas as composições do Tribunal Superior do Trabalho desde o ano de 1946. Em seguida, no segundo eixo, as biografias dos Ministros que integram ou integraram esta Corte Superior Trabalhista ao longo de sua história, com a identificação de se tratar de Ministros Togados ou Ministros Classistas Representantes de Empregadores e Empregados. E, por fim, no terceiro eixo, a sistematização da linha sucessória de cada uma das vagas de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

Objetiva-se, a partir das informações aqui apresentadas, oferecer um olhar sobre o passado, para além de um registro fotográfico. Na realidade, possibilitar também um olhar para o presente e – por que não? – para o futuro. Trata-se de uma perspectiva histórica sobre o que foi, o que é e o que poderá ser a Justiça do Trabalho – e, em especial, o Tribunal Superior do Trabalho – na consolidação de uma sociedade livre, justa e solidária no Estado Democrático de Direito estruturado pela Constituição de 1988.

Por fim, com esta sintética **APRESENTAÇÃO**, deseja-se que os esforços aqui empreendidos sejam ferramentas necessárias para o enriquecimento de trabalhos e pesquisas acadêmicas e atendam a curiosidade de todos os que possuem interesse pela história da Justiça do Trabalho.

Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Ministra Presidente do Tribunal Superior do Trabalho
e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Mauricio Godinho Delgado
Ministro Presidente da Comissão
de Documentação e Memória do TST

I - COMPOSIÇÕES

A preservação da memória institucional é uma forma de manter suas bases fortalecidas e resgatar referências consistentes para a construção do presente e o planejamento do futuro.

Nessa linha, considerada a importância da *Justiça do Trabalho* para a realização e a consolidação da justiça social e sua contribuição para o processo de construção da identidade social de trabalhadores, é essencial rememorar a composição do *Tribunal Superior do Trabalho*.

A composição da mais alta Corte trabalhista é estruturada com magistrados de origem diversificada, cujo legado tem moldado e construído a história da Justiça do Trabalho e a pacificação das relações trabalhistas.

Desde seu surgimento no Brasil, a Justiça do Trabalho era constituída pela presença de magistrados togados e juizes leigos, representando a classe de empregadores e de empregados. Essa peculiaridade estava presente em primeiro grau de jurisdição, nas Juntas de Conciliação e Julgamento, em segundo grau de jurisdição, nos Tribunais Regionais do Trabalho, e no Tribunal Superior do Trabalho, que era composto dessa maneira por Ministros Togados e Ministros Classistas, respeitada a idêntica proporção da representação dos empregadores e dos empregados. Essa peculiaridade em sua composição permaneceu até 9 de dezembro de 1999, data de vigência da Emenda Constitucional nº 24, que extinguiu a representação classista na Justiça do Trabalho. Neste livro a identificação do Ministro do TST, seja togado, seja classista, está referenciada nas respectivas biografias constantes da obra (II - Biografias).

Assim, ao longo de seus 75 anos de existência, a composição do *Tribunal Superior do Trabalho* passou por diversas alterações. Esta publicação conta essa história por meio dos dados biográficos, que registram o legado de cada magistrado que compõe ou compôs a Corte Superior Trabalhista. Enfatiza-se que esta obra engloba apenas o Tribunal Superior do Trabalho, com esta específica denominação e considerada a sua integração ao Poder Judiciário – fatos ocorridos apenas a partir da vigência da Constituição de 1946.

O objetivo deste livro é, portanto, disponibilizar ao público, de forma clara e simples, as composições do *Tribunal Superior do Trabalho* ao longo de sua história, com informação sobre os Ministros que escrevem ou escreveram a história da Justiça do Trabalho no Brasil.

1ª Composição

09/09/1946 a 03/05/1951

Ministros Togados



Presidente

Geraldo Montedônio
Bezerra de Menezes



Vice

Manoel Alves Caldeira Neto



Júlio de Carvalho Barata



Delfim Moreira Júnior



Astolfo Henrique Serra



Edgard de Oliveira Lima



Edgard Ribeiro Sanches

Representantes Classistas



Antônio Francisco Carvalho



Ozéas Mota

Faleceu em 19/03/1947



Percival Godoy Ilha



Waldemar Ferreira Marques



Rômulo Gomes Cardim

Posse em 06/05/1947

2ª Composição

03/05/1951 a 02/05/1955

Presidente



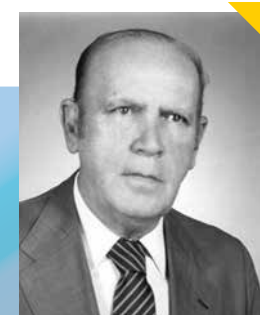
Manoel Alves
Caldeira Neto

Vice



Delfim Moreira Júnior

Corregedor



Geraldo Montedônio
Bezerra de Menezes
A partir de 17/11/1954
Lei 2244, 23/6/1954

Ministros Togados



Júlio de Carvalho Barata



Edgard de Oliveira Lima



Aldílio Tostes Malta

Posse em 3/11/1954
Lei 2244, 23/6/1954



Thelio da Costa Monteiro

Posse em 5/11/1954
Lei 2244, 23/6/1954



Astolfo Henrique Serra



Edgard Ribeiro Sanches



Waldemar Pedrosa



Oscar Saraiva

Posse em 19/1/1955
Lei 2244, 23/6/1954

Representantes Classistas



Antônio Francisco Carvalhal



Rômulo Gomes Cardim



Percival Godoy Ilha



Jonas Mello de Carvalho

Posse em 3/11/1954
Lei 2244, 23/6/1954



Waldemar Ferreira Marques

Posse em 5/11/1954
Lei 2244, 23/6/1954



Mario Lopes de Oliveira

Posse em 17/11/1954
Lei 2244, 23/6/1954

3ª Composição

02/05/1955 a 03/01/1960

Ministros Togados



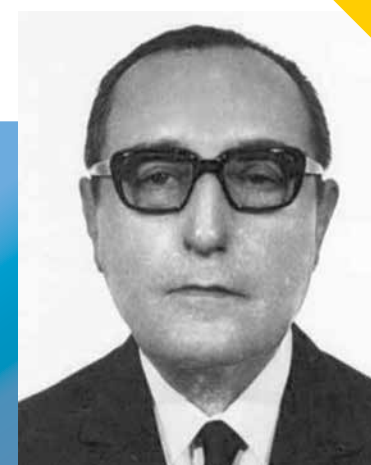
Presidente

Delfim Moreira Júnior



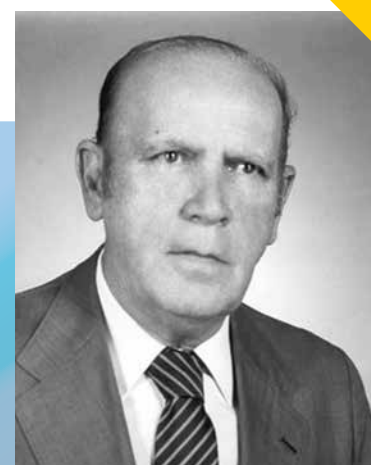
Vice

Edgard Ribeiro Sanches
Aposentou-se em 03/07/1958



Vice

Júlio de Carvalho Barata
A partir de 17/09/1946



Corregedor

Geraldo Montedônio
Bezerra de Menezes



Manoel Alves Caldeira Neto



Astolfo Henrique Serra



Edgard de Oliveira Lima



Aldílio Tostes Malta



Waldemar Pedrosa

Aposentou-se em 30/11/1955



Thelio da Costa Monteiro



Oscar Saraiva



Joaquim Máximo de Carvalho Júnior

Posse em 07/12/1955
Aposentou-se em 04/12/1956



Hildebrando Bisaglia

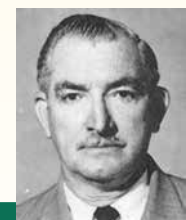
Posse em 05/12/1956



Geraldo Starling Soares

Posse em 27/08/1958

Representantes Classistas



Antônio Francisco Carvalhal



Rômulo Gomes Cardim



Jessé Pinto Freire

Término do mandato em 24/05/1958



Percival Godoy Ilha

Aposentou-se em 05/11/1958



Jonas Mello de Carvalho



Luiz Augusto da França

Posse em 13/01/1958



Waldemar Ferreira Marques

Término do mandato em 15/06/1957



Mario Lopes de Oliveira

Término do mandato em 16/11/1957



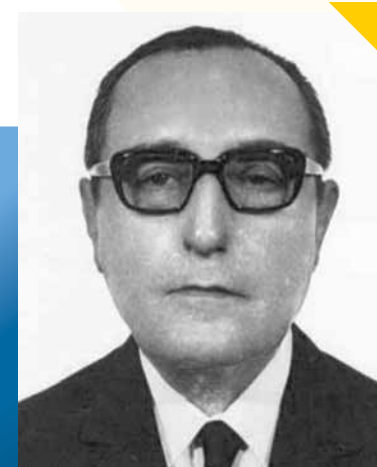
Mauricio Lange

Posse em 25/06/1958

4ª Composição

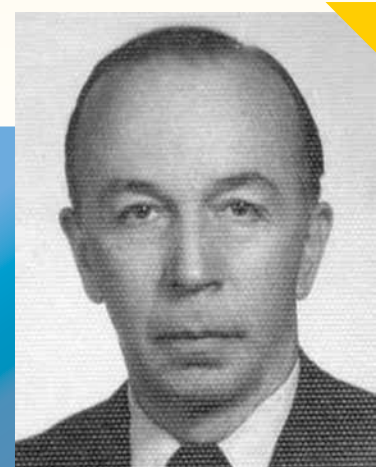
04/01/1960 a 02/01/1964

Ministros Togados



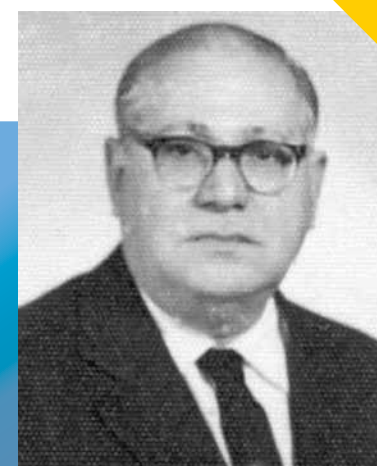
Presidente

Júlio de Carvalho Barata



Vice

Oscar Saraiva
Aposentou-se em 07/03/1960



Vice

Astolfo Henrique Serra
Posse como Vice-Presidente em 06/04/1960



Corregedor

Manoel Alves Caldeira Neto



Geraldo Montedônio Bezerra de Menezes



Delfim Moreira Júnior



Edgard de Oliveira Lima

Aposentou-se em 14/10/1960



Aldílio Tostes Malta



Thelio da Costa Monteiro



Hildebrando Bisaglia



Geraldo Starling Soares



Fernando Carneiro da Cunha Nobrega

Posse em 07/06/1960



Allyrio de Salles Coelho

Posse em 25/10/1960
Aposentou-se em 05/11/1960



Domingos Netto de Vellasco

Posse em 08/2/1961
Aposentou-se em 20/3/1963



João de Lima Teixeira

Posse em 27/3/1963

Representantes Classistas



Antônio Francisco Carvalho

Término do mandato em 07/11/1960



Rômulo Gomes Cardim

Jonas Mello de Carvalho

Término do mandato em 03/11/1960



Luiz Augusto da França

Término do mandato em 12/01/1961



Mauricio Lange

Término do mandato em 24/05/1961



José Aquino Porto

Posse em 09/11/1960
Aposentou-se em 08/11/1963



Minervino Fiúza Lima

Posse em 14/11/1960



Affonso Teixeira Filho

Posse em 16/1/1961



Fortunato Peres Júnior

Posse em 12/7/1961



Luiz Menossi

Posse em 03/01/1962



Charles Edgard Moritz

Posse em 27/11/1963



Olympio Fernandes Mello

Posse em 17/1/1964

5ª Composição

02/01/1964 a 14/12/1966

Ministros Togados



Presidente

Astolfo Henrique Serra



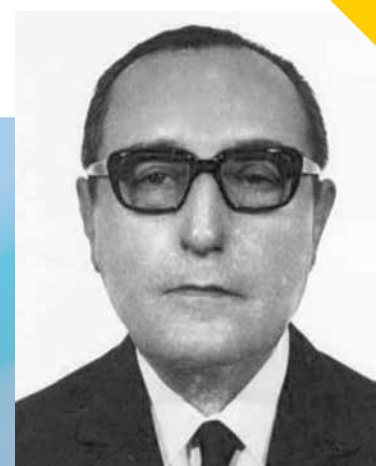
Vice

Hildebrando Bisaglia



Corregedor

Delfim Moreira Júnior
Faleceu em 20/10/1964



Corregedor

Júlio de Carvalho Barata
Posse em 04/11/1964



Geraldo Montedônio Bezerra de Menezes

Aposentou-se em 11/05/1966



Aldílio Tostes Malta



Geraldo Starling Soares



João de Lima Teixeira



Raymundo de Souza Moura

Posse em 12/10/1966



Manoel Alves Caldeira Neto



Thelio da Costa Monteiro



Fernando Carneiro da Cunha Nobrega



Arnaldo Lopes Süssekind

Posse em 03/12/1965



Rômulo Gomes Cardim



Luiz Menossi



José Joaquim Pereira de Carvalho Júnior

Representantes Classistas



Minervino Fiúza Lima

Aposentou-se em 19/11/1966



Charles Edgard Moritz



Ary Campista

Posse em 22/11/1966



Fortunato Peres Júnior



Olympio Fernandes Mello

Posse em 17/1/1964
Foi afastado do referido cargo por
força do Ato Institucional n.º 19/4/1964

6ª Composição

14/12/1966 a 21/08/1968

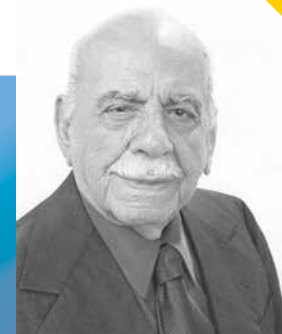
Ministros Togados

Presidente



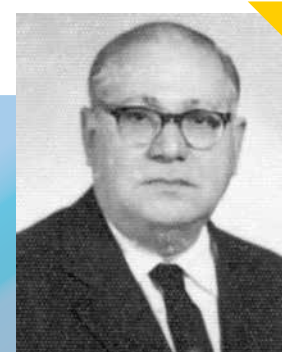
Hildebrando Bisaglia

Vice



Thelio da Costa Monteiro

Corregedor



Astolfo Henrique Serra



Manoel Alves Caldeira Neto



Júlio de Carvalho Barata



Aldílio Tostes Malta



Geraldo Starling Soares



Fernando Carneiro da Cunha Nobrega



João de Lima Teixeira



Arnaldo Lopes Sússekind



Raymundo de Souza Moura



Antonio Alves de Almeida

Posse em 14/3/1967

Representantes Classistas



Rômulo Gomes Cardim



Charles Edgard Moritz



Fortunato Peres Júnior



José Joaquim Pereira de Carvalho Júnior

Faleceu em 29/12/1966



Luiz Menossi

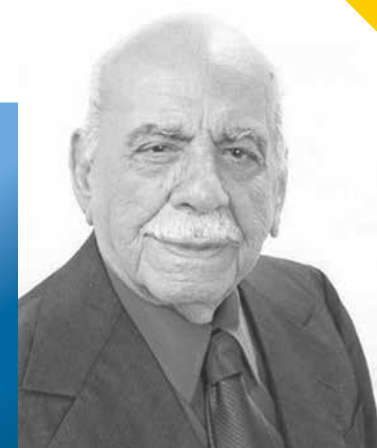


Ary Campista

7ª Composição

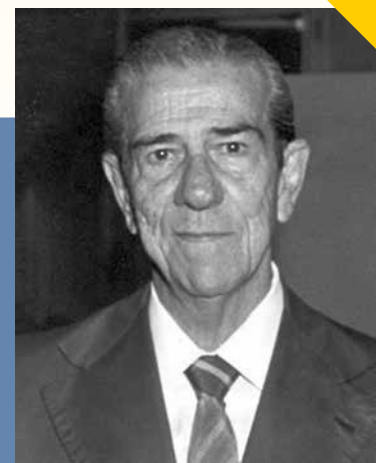
21/08/1968 a 17/12/1971

Ministros Togados



Presidente

Thelio da Costa Monteiro



Vice

Arnaldo Lopes Süsssekind
Aposentou-se em 27/08/1971



Manoel Alves Caldeira Neto

Aposentou-se em 01/03/1970



Júlio de Carvalho Barata

Aposentou-se em 30/04/1969



Mozart Victor Russomano

Posse em 25/6/1969



Luiz Roberto de Rezende Puech

Posse em 06/05/1970



Carlos Alberto Barata Silva

Posse em 17/11/1971



Carlos Coqueijo Torreão da Costa

Posse em 01/12/1971



Astolfo Henrique Serra

Aposentou-se em 01/05/1969



Aldílio Tostes Malta



Rômulo Gomes Cardim

Término do mandato em 08/05/1969



Fortunato Peres Júnior

Término do mandato em 27/08/1969

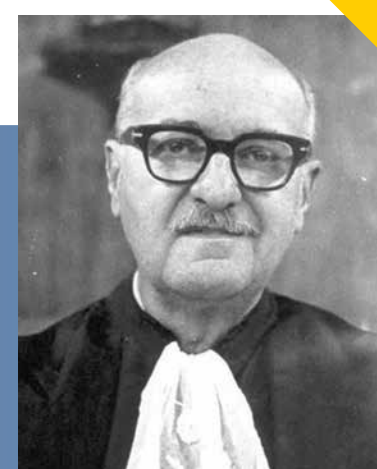


Luiz Menossi



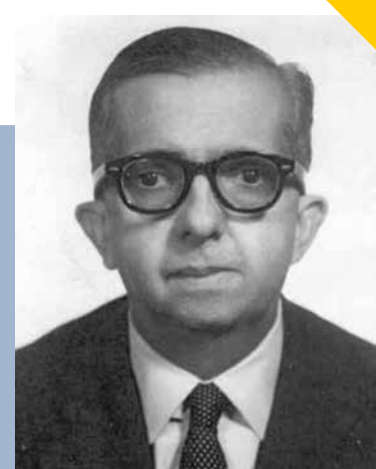
Charles Edgard Moritz

Término do mandato em 26/11/1969



Vice

João de Lima Teixeira
14/9/1946 à 1/3/1970



Corregedor

Fernando Carneiro da
Cunha Nobrega
Aposentou-se em 17/11/1971



Hildebrando Bisaglia



Geraldo Starling Soares



José Joaquim Pereira de Carvalho Júnior

Faleceu em 29/12/1966



Ary Campista

Posse em 21/11/1969



Antonio Alves de Almeida

Término do mandato em 13/3/1970



Antonio Rodrigues de Amorim

Posse em 31/7/1969



Raymundo de Souza Moura



Renato Gomes Machado

Posse em 11/6/1969



Elias Bufaiçal

Posse em 17/12/1969



Jeremias Marrocos de Moraes

Posse em 17/12/1969



Pedro Luiz Leão Velloso Ebert

Posse em 30/9/1970



Miguel Mendonça

Posse em 14/10/1970

Representantes Classistas

8ª Composição

17/12/1971 a 19/12/1972

Ministros Togados

Presidente



Hildebrando Bisaglia



Aldílio Tostes Malta



Thelio da Costa Monteiro



Geraldo Starling Soares



João de Lima Teixeira



Renato Gomes Machado



Luiz Roberto de Rezende Puech



Carlos Alberto Barata Silva



Carlos Coqueijo Torreão da Costa

Representantes Classistas

Vice



Mozart Victor Russomano



Fortunato Peres Júnior



Antonio Rodrigues de Amorim



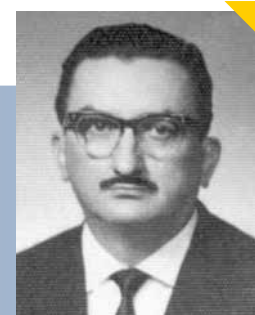
Elias Bufaçal



Jeremias Marrocos de Moraes

Término do mandato em 16/12/1972

Corregedor



Raymundo de Souza Moura



Pedro Luiz Leão Velloso Ebert



Rudor Blumm

Posse em 03/02/1972

9ª Composição

19/12/1972 a 18/12/1974

Ministros Togados

Presidente



Mozart Victor Russomano



Aldílio Tostes Malta



Thelio da Costa Monteiro



Geraldo Starling Soares



João de Lima Teixeira



Raymundo de Souza Moura



Renato Gomes Machado



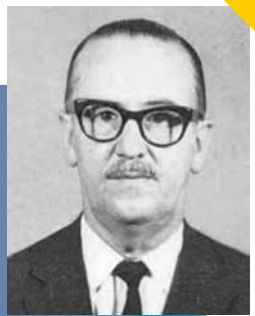
Carlos Alberto Barata Silva



Carlos Coqueijo Torreão da Costa

Representantes Classistas

Vice



Luiz Roberto de Rezende Puech



Fortunato Peres Júnior



Antonio Rodrigues de Amorim



Elias Bufaçal



Pedro Luiz Leão Velloso Ebert

Corregedor



Hildebrando Bisaglia



Rudor Blumm



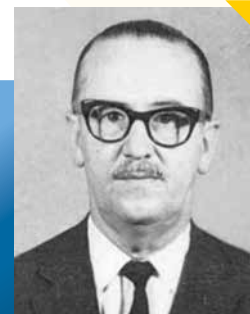
Orlando Coutinho

Posse em 11/4/1973

10ª Composição
18/12/1974 a 15/12/1976

Ministros Togados

Presidente



Luiz Roberto de Rezende Puech



Aldílio Tostes Malta



Thelio da Costa Monteiro



Hildebrando Bisaglia



João de Lima Teixeira



Raymundo de Souza Moura



Renato Gomes Machado



Carlos Alberto Barata Silva



Carlos Coqueijo Torreão da Costa

Representantes Classistas



Fortunato Peres Júnior



Ary Campista

Posse em 18/2/1975



Antonio Alves de Almeida

Posse em 01/12/1976



Antonio Rodrigues de Amorim

Aposentou-se em 08/08/1975



Elias Bufaical

Aposentou-se em 01/02/1976



Pedro Luiz Leão Velloso Ebert

Aposentou-se em 30/9/1976



Rudor Blumm

Aposentou-se em 02/02/1975



Orlando Coutinho



Henrique Lomba Ferraz

Posse em 02/02/1976

11ª Composição
15/12/1976 a 18/06/1978

Ministros Togados

Presidente



Renato Gomes Machado



Aldílio Tostes Malta

Aposentou-se em 25/05/1977



Hildebrando Bisaglia



Geraldo Starling Soares



Raymundo de Souza Moura



Mozart Victor Russomano



Luiz Roberto de Rezende Puech



Carlos Alberto Barata Silva



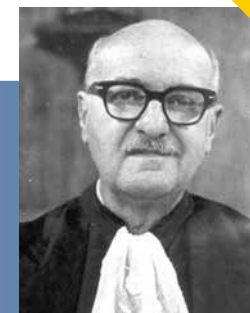
Carlos Coqueijo Torreão da Costa



Lopo de Carvalho Coelho

Posse em 23/6/1977

Vice



João de Lima Teixeira

Representantes Classistas



Fortunato Peres Júnior

Término do mandato em 12/4/1977



Ary Campista



Antonio Alves de Almeida



Orlando Coutinho



Henrique Lomba Ferraz



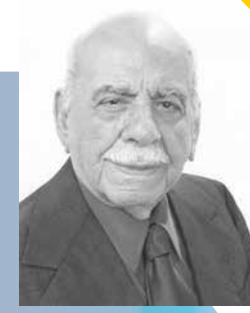
Fernando Alfredo Pequeno Franco



Nelson Tapajós

Posse em 25/1/1978

Corregedor



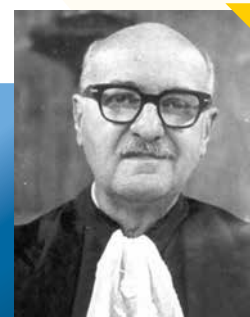
Thelio da Costa Monteiro

12ª Composição

18/06/1978 a 03/12/1979

Ministros Togados

Presidente



João de Lima Teixeira



Thelio da Costa Monteiro



Hildebrando Bisaglia



Renato Gomes Machado

Aposentou-se em 17/07/1978



Mozart Victor Russomano



Luiz Roberto de Rezende Puech



Carlos Alberto Barata Silva



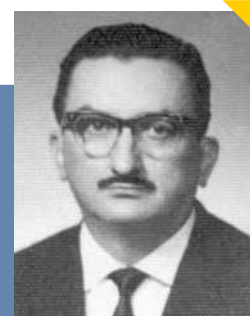
Carlos Coqueijo Torreão da Costa



Lopo de Carvalho Coelho

Aposentou-se em 09/10/1979

Vice



Raymundo de Souza Moura



Marcelo Pimentel

Posse em 04/10/1978

Representantes Classistas



Ary Campista



Antonio Alves de Almeida



Orlando Coutinho



Henrique Lomba Ferraz

Aposentou-se em 02/02/1979

Corregedor



Geraldo Starling Soares



Fernando Alfredo Pequeno Franco



Nelson Tapajós



Expedito de Azevedo Amorim

Posse em 12/03/1979

13ª Composição

03/12/1979 a 18/12/1980

Ministros Togados

Presidente



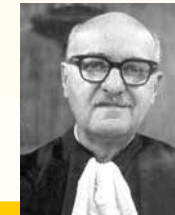
Geraldo Starling Soares



Thelio da Costa Monteiro



Hildebrando Bisaglia



João de Lima Teixeira

Aposentou-se em 11/12/1979



Mozart Victor Russomano



Luiz Roberto de Rezende Puech



Carlos Coqueijo Torreão da Costa



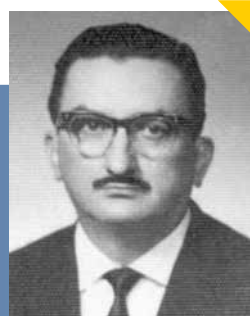
Marcelo Pimentel



Leopoldo Cesar de Miranda Lima Filho

Posse em 30/04/1980

Vice



Raymundo de Souza Moura



Marco Aurelio Prates de Macedo

Posse em 30/04/1980

Representantes Classistas



Ary Campista



Antonio Alves de Almeida



Orlando Coutinho



Fernando Alfredo Pequeno Franco

Corregedor



Carlos Alberto Barata Silva



Nelson Tapajós

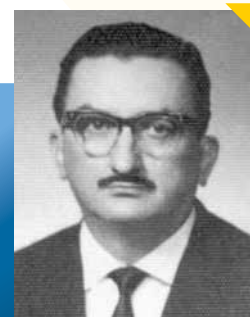


Expedito de Azevedo Amorim

14ª Composição
18/12/1980 a 26/04/1982

Ministros Togados

Presidente



Raymundo de Souza Moura



Thelio da Costa Monteiro



Hildebrando Bisaglia

Aposentou-se em 22/06/1981



Geraldo Starling Soares

Aposentou-se em 16/03/1981



Mozart Victor Russomano



Luiz Roberto de Rezende Puech



Marcelo Pimentel



Leopoldo Cesar de Miranda Lima Filho

Aposentou-se em 29/09/1981



Marco Aurelio Prates de Macedo



Luiz José Guimarães Falcão

Posse em 02/07/1981



Marco Aurélio Mendes de Farias Mello

Posse em 10/09/1981



Ildelio Martins

Posse em 04/11/1981

Vice



Carlos Alberto Barata Silva

Representantes Classistas



Ary Campista

Aposentou-se em 24/08/1981



Antonio Alves de Almeida



Orlando Coutinho



Fernando Alfredo Pequeno Franco

Corregedor



Carlos Coqueijo Torreão da Costa



Nelson Tapajós



Expedito de Azevedo Amorim



João Wagner

Posse em 18/11/1981

15ª Composição
27/04/1982 a 19/12/1984

Ministros Togados

Presidente



Carlos Alberto Barata Silva



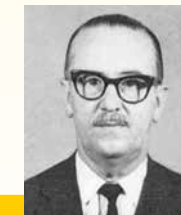
Thelio da Costa Monteiro

Aposentou-se em 03/08/1982



Mozart Victor Russomano

Aposentou-se em 15/05/1984



Luiz Roberto de Rezende Puech

Aposentou-se em 03/05/1983



Marco Aurelio Prates de Macedo



Luiz José Guimarães Falcão



Marco Aurélio Mendes de Farias Mello



Ildelio Martins



Orlando Teixeira da Costa

Posse em 16/06/1982

Vice



Carlos Coqueijo Torreão da Costa



Ranor Thales Barbosa da Silva

Posse em 31/05/1983



Antonio Lamarca

Posse em 01/06/1983



José Ajuricaba da Costa e Silva

Posse em 20/06/1984



Pajehu Macedo da Silva

Posse em 08/08/1984

Representantes Classistas



Antonio Alves de Almeida



Orlando Coutinho

Aposentou-se em 01/06/1982



Fernando Alfredo Pequeno



Nelson Tapajós

Corregedor



Marcelo Pimentel



Expedito de Azevedo Amorim



João Wagner



Hélio de Souza Regato de Andrade

Posse em 20/10/1982

16ª Composição
19/12/1984 a 19/12/1986

Ministros Togados

Presidente



Carlos Coqueijo
Torreão da Costa

Vice



Marcelo Pimentel

Corregedor



Marco Aurelio Prates
de Macedo



Carlos Alberto Barata Silva



Leopoldo Cesar de Miranda Lima Filho



Luiz José Guimarães Falcão



Marco Aurélio Mendes de Farias Mello



Ildelio Martins

Aposentou-se em 16/10/1986



Orlando Teixeira da Costa



Ranor Thales Barbosa da Silva



José Ajuricaba da Costa e Silva



Pajehu Macedo da Silva

Aposentou-se em 25/04/1985



Luiz Philippe Vieira de Mello

Posse em 27/06/1985



João Américo de Souza

Posse em 15/12/1986

Representantes Classistas



Antonio Alves de Almeida

Aposentou-se em 09/12/1985



Fernando Alfredo Pequeno Franco

Aposentou-se em 25/11/1985



Nelson Tapajós



Expedito de Azevedo Amorim

Aposentou-se em 01/03/1985



João Wagner



Hélio de Souza Regato de Andrade



Herminio Mendes Cavaleiro

Posse em 13/03/1985



Norberto Silveira de Souza

Posse em 09/01/1986



Orlando Sozinho Lobato

Posse em 14/01/1986

17ª Composição

19/12/1986 a 19/12/1988

Ministros Togados

Presidente



Marcelo Pimentel

Vice



Marco Aurelio Prates de Macedo

Corregedor



Luiz José Guimarães Falcão



Carlos Alberto Barata Silva



Carlos Coqueijo Torreão da Costa

Aposentou-se em 19/01/1988



Marco Aurélio Mendes de Farias Mello



Orlando Teixeira da Costa



Ranor Thales Barbosa da Silva

Aposentou-se em 11/8/1988



José Ajuricaba da Costa e Silva



Luiz Philippe Vieira de Mello



João Américo de Souza

Aposentou-se em 18/08/1988



Ermes Pedro Pedrassani

Posse em 14/04/1988



Wagner Antonio Pimenta

Posse em 22/09/1988



Almir Pazzianotto Pinto

Posse em 29/09/1988

Representantes Classistas



Nelson Tapajós

Aposentou-se em 21/01/1987



João Wagner

Aposentou-se em 15/02/1987



Hélio de Souza Regato de Andrade



Herminio Mendes Cavaleiro

Aposentou-se em 12/03/1988



Norberto Silveira de Souza



Orlando Sozinho Lobato

Faleceu em 21/01/1987



Fernando Vilar

Posse em 17/06/1987



José Carlos da Fonseca

Posse em 18/06/1987



Aurelio Mendes de Oliveira

Posse em 25/06/1987

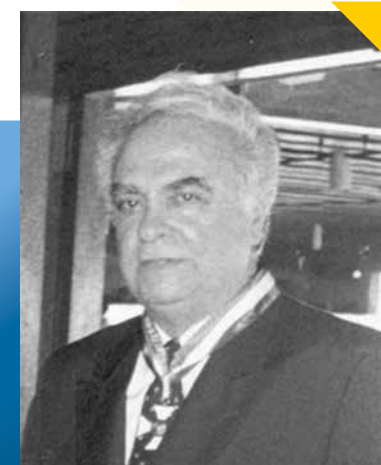


Antônio Nonnato do Amaral

Posse em 30/06/1988

18ª Composição
19/12/1988 a 06/02/1991

Ministros Togados



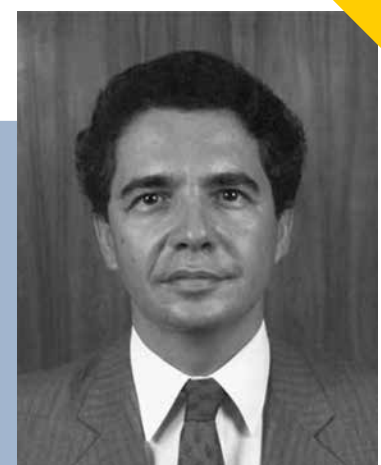
Presidente

Marco Aurelio Prates de Macedo



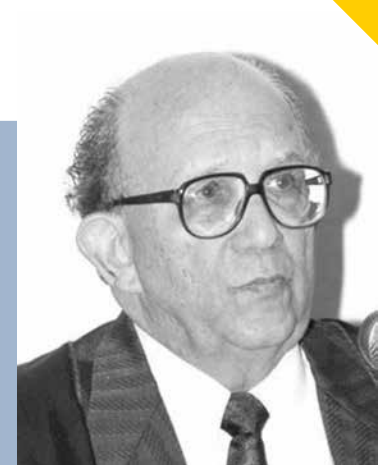
Vice

Luiz José Guimarães Falcão



Corregedor

Marco Aurélio Mendes de Farias Mello
Tomou posse como ministro do Supremo Tribunal Federal em 13/06/1990



Corregedor

Orlando Teixeira da Costa
Tomou posse como Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho em 12/06/1990



Carlos Alberto Barata Silva

Aposentou-se em 27/08/1990



Marcelo Pimentel



José Ajuricaba da Costa e Silva



Luiz Philippe Vieira de Mello

Aposentou-se em 17/5/1990



Ermes Pedro Pedrassani



Wagner Antonio Pimenta



Almir Pazzianotto Pinto



Hylo Bezerra Gurgel

Posse em 30/11/1989 em vaga criada pelo § 1º do da Constituição Federal de 1988



Ursulino Santos Filho

Posse em 30/11/1989 em vaga criada pelo § 1º do da Constituição Federal de 1988



José Luiz de Vasconcellos

Posse em 30/11/1989 em vaga criada pelo § 1º do da Constituição Federal de 1988



Ney Proença Doyle

Posse em 30/11/1989 em vaga criada pelo § 1º do da Constituição Federal de 1988



Francisco Fausto Paula de Medeiros

Posse em 30/11/1989 em vaga criada pelo § 1º do da Constituição Federal de 1988



Cnéa Cimini Moreira de Oliveira

Posse em 29/3/1990 em vaga criada pelo § 1º do da Constituição Federal de 1988



Marco Aurélio Giacomini

Posse em 05/07/1990



Manoel Mendes de Freitas

Posse em 29/11/1990

Representantes Classistas



Hélio de Souza Regato de Andrade



Norberto Silveira de Souza



Fernando Vilar



José Carlos da Fonseca



Aurelio Mendes de Oliveira

Término do mandato em 24/06/1990



Antônio Nonnato do Amaral



José Calixto Ramos

Posse em 30/11/1989 em vaga criada pelo § 1º do da Constituição Federal de 1988



Francisco Leocadio Araújo Pinto

Posse em 30/11/1989 em vaga criada pelo § 1º do da Constituição Federal de 1988



José Francisco da Silva

se em 30/11/1989 em vaga criada pelo § 1º do da Constituição Federal de 1988



Afonso Celso Moraes de Sousa

Posse em 30/11/1989 em vaga criada pelo § 1º do da Constituição Federal de 1988



Roberto Della Manna

Posse em 05/07/1990

19ª Composição
19/12/1986 a 19/12/1988

Ministros Togados

Presidente



Luiz José Guimarães Falcão

Vice



Orlando Teixeira da Costa

Corregedor



José Ajuricaba da Costa e Silva



Marco Aurelio Prates de Macedo

Aposentou-se em 21/08/1991



Ermes Pedro Pedrassani



Wagner Antonio Pimenta



Almir Pazzianotto Pinto



Hylo Bezerra Gurgel



Ursulino Santos Filho



José Luiz de Vasconcellos



Ney Proença Doyle



Francisco Fausto Paula de Medeiros



Cnéa Cimini Moreira de Oliveira



Marco Aurélio Giacomini

Aposentou-se em 11/5/1992



Manoel Mendes de Freitas



Vantuil Abdala

Posse em 29/4/1991



Armando de Brito

Posse em 26/3/1992



Indalécio Gomes Neto

Posse em 19/11/1992

Representantes Classistas



Hélio de Souza Regato de Andrade

Aposentou-se em 26/04/1992



Norberto Silveira de Souza

Término do mandato em 26/04/1992



Fernando Vilar



José Carlos da Fonseca



Antônio Nonnato do Amaral



José Calixto Ramos



Francisco Leocadio Araújo Pinto

Término do mandato em 13/11/1992



José Francisco da Silva



Afonso Celso Moraes de Sousa Carmo



Roberto Della Manna



Antonio Maria Thaumaturgo Cortizo

Posse em 25/6/1992



Leonardo Silva

Posse em 25/6/1992



João Batista Tezza Filho

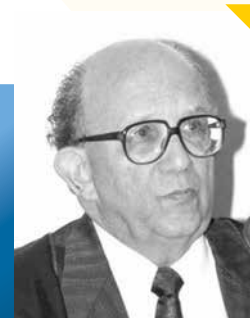
Posse em 17/12/1992

20ª Composição

03/02/1993 a 01/02/1995

Ministros Togados

Presidente



Orlando Teixeira da Costa

Vice



José Ajuricaba da Costa e Silva

Corregedor



Ermes Pedro Pedrassani



Marcelo Pimentel

Aposentou-se em 04/05/1994



Wagner Antonio Pimenta



Almir Pazzianotto Pinto



Hylo Bezerra Gurgel



Ursulino Santos Filho



José Luiz de Vasconcellos



Ney Proença Doyle



Francisco Fausto Paula de Medeiros



Cnéa Cimini Moreira de Oliveira



Manoel Mendes de Freitas



Vantuil Abdala



Armando de Brito



Indalécio Gomes Neto

Representantes Classistas



Fernando Vilar

Aposentou-se em 14/06/1993



José Carlos da Fonseca

Aposentou-se em 06/06/1993



Antônio Nonnato do Amaral

Aposentou-se em 02/12/1993



José Calixto Ramos



José Francisco da Silva



Afonso Celso Moraes de Sousa Carmo



Roberto Della Manna



Antonio Maria Thaumaturgo



Leonaldo Silva



João Batista Tezza Filho



Lourenço Ferreira do Prado



Galba Magalhães Velloso

21ª Composição

01/02/1995 a 01/06/1996

Ministros Togados

Presidente



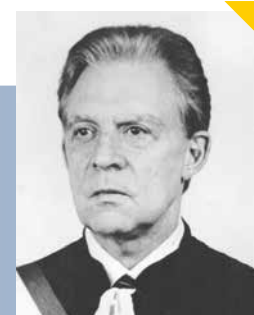
José Ajuricaba da Costa e Silva

Vice



Ermes Pedro Pedrassani

Corregedor



Wagner Antonio Pimenta



Orlando Teixeira da Costa



Almir Pazzianotto Pinto



Hylo Bezerra Gurgel

Aposentou-se em 05/10/1995



Ursulino Santos Filho



José Luiz de Vasconcellos



Ney Proença Doyle

Aposentou-se em 05/10/1995



Francisco Fausto Paula de Medeiros



Cnéa Cimini Moreira de Oliveira



Manoel Mendes de Freitas



Vantuil Abdala



Armando de Brito



Indalécio Gomes Neto

Aposentou-se em 12/03/1996



Valdir Righetto

Posse em 21/02/1995



Ronaldo José Lopes Leal

Posse em 18/12/1995



Rider Nogueira de Brito

Posse em 18/12/1995



José Luciano de Castilho Pereira

Posse em 18/12/1995

Representantes Classistas



José Calixto Ramos

Aposentou-se em 09/07/1995



José Francisco da Silva

Aposentou-se em 25/04/1995



Afonso Celso Moraes de Sousa Carmo

Término do mandato em 29/11/1995



Roberto Della Manna



Antonio Maria Thaumaturgo Cortizo



Leonaldo Silva



João Batista Tezza Filho

Término do mandato em 16/12/1995



Lourenço Ferreira do Prado



Galba Magalhães Velloso



Nelson Antonio Daiha

Posse em 19/12/1995



José Zito Calasãs Rodrigues

Posse em 19/12/1995



Ângelo Mário de Carvalho e Silva

Posse em 19/12/1995



Moacyr Roberto Tesch Auersvald

Posse em 20/12/1995



Regina Fatima Abrantes Rezende Ezequiel

Posse em 20/12/1995

22ª Composição

02/06/1996 a 02/08/1998

Ministros Togados

Presidente



Ermes Pedro Pedrassani



Orlando Teixeira da Costa

Aposentou-se em 20/10/1997



Ursulino Santos Filho



José Luiz de Vasconcelos



Francisco Fausto Paula de Medeiros



Cnéa Cimini Moreira de Oliveira



Manoel Mendes de Freitas

Aposentou-se em 25/03/1998



Vantuil Abdala



Armando de Brito



Valdir Righetto



Ronaldo José Lopes Leal



Rider Nogueira de Brito



José Luciano de Castilho Pereira



Milton de Moura França

Posse em 18/07/1996



João Oreste Dalazen

Posse em 18/07/1996



Gelson de Azevedo

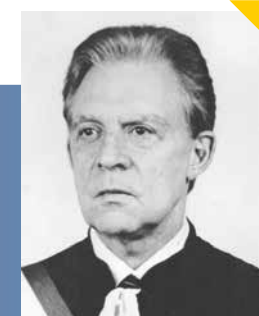
Posse em 25/06/1998



Carlos Alberto Reis de Paula

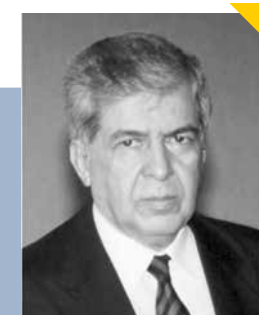
Posse em 25/06/1998

Vice



Wagner Antonio Pimenta

Corregedor



Almir Pazzianotto Pinto

Representantes Classistas



Roberto Della Manna

Aposentou-se em 20/06/1996



Antonio Maria Thaumaturgo Cortizo



Leonaldo Silva



Lourenço Ferreira do Prado



Galba Magalhães Velloso



Nelson Antonio Daiha



José Zito Calasãs Rodrigues



Ângelo Mário de Carvalho e Silva



Moacyr Roberto Tesch Auersvald



Regina Fatima Abrantes Rezende Ezequiel



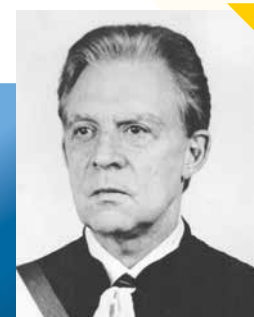
Antonio Fabio Ribeiro

23ª Composição

03/08/1998 a 31/07/2000

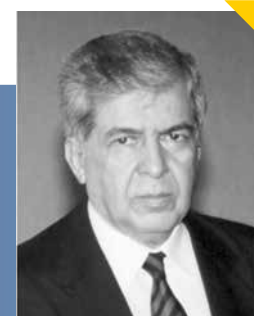
Ministros Togados

Presidente



Wagner Antonio Pimenta

Vice



Almir Pazzianotto Pinto

Corregedor



Ursulino Santos Filho



Ermes Pedro Pedrassani

Aposentou-se em 11/03/1999



José Luiz de Vasconcellos



Francisco Fausto Paula de Medeiros



Cnéa Cimini Moreira de Oliveira

Aposentou-se em 02/03/1999



Vantuil Abdala



Armando de Brito

Aposentou-se em 14/03/2000



Valdir Righetto

Aposentou-se em 04/05/2000



Ronaldo José Lopes Leal



Rider Nogueira de Brito



José Luciano de Castilho Pereira



Milton de Moura França



João Oreste Dalazen



Gelson de Azevedo



Carlos Alberto Reis de Paula



Antonio José de Barros Levenhagen

Posse em 14/10/1999



Ives Gandra da Silva Martins Filho



João Batista Brito Pereira

Representantes Classistas



Antonio Maria Thaumaturgo Cortizo



Leonaldo Silva



Lourenço Ferreira do Prado

Termino do mandato em 20/6/1999, com extinção da representação classista pela EC n°45



Galba Magalhães Velloso

Termino do mandato em 20/6/1999, com extinção da representação classista pela EC n°45



Nelson Antonio Daiha

Termino do mandato em 18/12/1998, com extinção da representação classista pela EC n°45



José Zito Calasãs Rodrigues

Termino do mandato em 18/12/1998, com extinção da representação classista pela EC n°45



Ângelo Mário de Carvalho e Silva

Termino do mandato em 18/12/1998, com extinção da representação classista pela EC n°45



Moacyr Roberto Tesch Auersvald

Termino do mandato em 19/12/1998, com extinção da representação classista pela EC n°45



Regina Fatima Abrantes Rezende Ezequiel

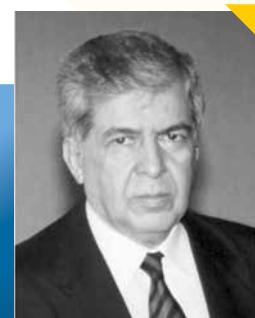
Termino do mandato em 19/12/1998, com extinção da representação classista pela EC n°45



Antonio Fabio Ribeiro

Termino do mandato em 27/12/1999, com extinção da representação classista pela EC n°45

Presidente



Almir Pazzianotto Pinto
29/9/1988 a 14/3/2002

Vice



Ursulino Santos Filho
Aposentou-se em 28/08/2000

Vice



José Luiz de Vasconcellos
Foi Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho de 01/08/2000 até 27/08/2000, tomou posse como Vice-Presidente de 28/08/2000 até 21/06/2001, quando aposentou-se.

Vice



Francisco Fausto Paula de Medeiros
Corregedor de 28/08/2000 até 24/06/2001 e vice após 25/06/2001

Corregedor



Vantuil Abdala
Tomou posse como Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho em 25/09/2001



Wagner Antonio Pimenta



Ronaldo José Lopes Leal



Antonio José de Barros Levenhagen



Ives Gandra da Silva Martins Filho



João Batista Brito Pereira



Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

Posse em 21/6/2001



Rider Nogueira de Brito



José Luciano de Castilho Pereira



José Simpliciano Fontes de Faria Fernandes

Posse em 21/6/2001

Representantes Classistas



Antonio Maria Thaumaturgo Cortizo

Termino do mandato em 18/11/2001, com extinção da representação classista pela EC n°45



Leonaldo Silva

Termino do mandato em 18/11/2001, com extinção da representação classista pela EC n°45



Gelson de Azevedo



Carlos Alberto Reis de Paula

25ª Composição

15/03/2002 a 12/04/2004

Ministros Togados

Presidente



Francisco Fausto
Paula de Medeiros

Vice



Vantuil Abdala

Corregedor



Ronaldo José
Lopes Leal



Wagner Antonio Pimenta

Aposentou-se em 02/10/2002



Rider Nogueira de Brito



José Luciano de Castilho Pereira



Renato de Lacerda Paiva

Posse em 15/4/2002



Emmanoel Pereira

Posse em 30/12/2002



Lelio Bentes Corrêa

Posse em 29/7/2003



Milton de Moura França



João Oreste Dalazen



Gelson de Azevedo



Carlos Alberto Reis de Paula



Antonio José de Barros Levenhagen



Ives Gandra da Silva Martins Filho



João Batista Brito Pereira



Maria Cristina Irigoyen Peduzzi



José Simpliciano Fontes de Faria Fernandes

Presidente



Vantuil Abdala

Vice



Ronaldo José Lopes Leal

Corregedor



Rider Nogueira de Brito



Francisco Fausto Paula de Medeiros

Aposentou-se em 03/06/2004



José Luciano de Castilho Pereira



Milton de Moura França



Emmanoel Pereira



Lelio Bentes Corrêa



Aloysio Corrêa da Veiga

Posse em 28/12/ 2004



Horácio Raymundo de Senna Pires

Posse em 21/2/2006 em vaga criada pela EC nº45



João Oreste Dalazen



Gelson de Azevedo



Carlos Alberto Reis de Paula



Rosa Maria Pires Weber

Posse em 21/2/2006 em vaga criada pela EC nº45



Luiz Philippe Vieira de Mello Filho

Posse em 21/2/2006 em vaga criada pela EC nº45



Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira

Posse em 21/2/2006 em vaga criada pela EC nº45



Antonio José de Barros Levenhagen



Ives Gandra da Silva Martins Filho



João Batista Brito Pereira



Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

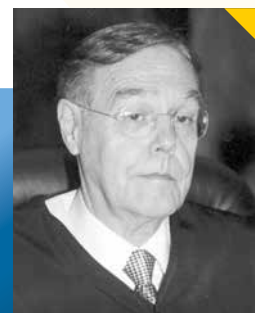


José Simpliciano Fontes de Faria Fernandes



Renato de Lacerda Paiva

Presidente



Ronaldo José Lopes Leal

Vice



Rider Nogueira de Brito

Corregedor



José Luciano de Castilho Pereira



Vantuil Abdala



Milton de Moura França



João Oreste Dalazen



Lelio Bentes Corrêa



Aloysio Corrêa da Veiga



Horácio Raymundo de Senna Pires



Rosa Maria Pires Weber



Gelson de Azevedo



Carlos Alberto Reis de Paula



Antonio José de Barros Levenhagen



Luiz Philippe Vieira de Mello Filho



Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira



Ives Gandra da Silva Martins Filho



João Batista Brito Pereira



Maria Cristina Irigoyen Peduzzi



José Simpliciano Fontes de Faria Fernandes



Renato de Lacerda Paiva



Emmanoel Pereira

Presidente



Rider Nogueira de Brito

Vice



Milton de Moura França

Corregedor



João Oreste Dalazen



Vantuil Abdala



Gelson de Azevedo

Aposentou-se em 29/8/2007



Carlos Alberto Reis de Paula



Horácio Raymundo de Senna Pires



Rosa Maria Pires Weber



Luiz Philippe Vieira de Mello Filho



Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira



Antonio José de Barros Levenhagen



Ives Gandra da Silva Martins Filho



João Batista Brito Pereira



Maria de Assis Calsing

Posse em 17/5/2007



Dora Maria da Costa

Posse em 17/5/2007



Pedro Paulo Teixeira Manus

Posse em 04/10/2007 em vaga criada pela EC n°45



Fernando Eizo Ono

Posse em 04/10/2007 em vaga criada pela EC n°45



Maria Cristina Irigoyen Peduzzi



José Simpliciano Fontes de Faria Fernandes



Renato de Lacerda Paiva



Guilherme Augusto Caputo Bastos

Posse em 04/10/2007 em vaga criada pela EC n°45



Márcio Eurico Vitral Amaro

Posse em 14/11/2007 em vaga criada pela EC n°45



Walmir Oliveira da Costa

Posse em 14/11/2007 em vaga criada pela EC n°45



Maurício Godinho Delgado

Posse em 14/11/2007 em vaga criada pela EC n°45



Emmanoel Pereira



Lelio Bentes Corrêa



Aloysio Corrêa da Veiga



Kátia Magalhães Arruda

Posse em 27/3/2008

Presidente



Milton de Moura França

Vice



João Oreste Dalazen

Corregedor



Vantuil Abdala



Rider Nogueira de Brito

Aposentou-se em 06/07/2009



Carlos Alberto Reis de Paula



Antonio José de Barros Levenhagen



Rosa Maria Pires Weber



Luiz Philippe Vieira de Mello Filho



Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira



Maria de Assis Calsing



Ives Gandra da Silva Martins Filho



João Batista Brito Pereira



Maria Cristina Irigoyen Peduzzi



Dora Maria da Costa



Pedro Paulo Teixeira Manus



Fernando Eizo Ono



Guilherme Augusto Caputo Bastos



José Simpliciano Fontes de Faria Fernandes

Aposentou-se em 07/04/2010



Renato de Lacerda Paiva



Emmanoel Pereira



Márcio Eurico Vitral Amaro



Walmir Oliveira da Costa



Maurício Godinho Delgado



Kátia Magalhães Arruda



Lelio Bentes Corrêa



Aloysio Corrêa da Veiga



Horácio Raymundo de Senna Pires



Augusto César Leite de Carvalho

Posse em 14/12/2009



José Roberto Freire Pimenta

Posse em 03/09/2010



Delaíde Alves Miranda Arantes

Posse em 01/03/2011

Presidente



João Oreste Dalazen

Vice



Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

Corregedor



Antonio José de Barros Levenhagen



Milton de Moura França

Aposentou-se em 02/03/2012



Carlos Alberto Reis de Paula



Ives Gandra da Silva Martins Filho



Maria de Assis Calsing



Dora Maria da Costa



Pedro Paulo Teixeira Manus



Fernando Eizo Ono



João Batista Brito Pereira



Renato de Lacerda Paiva



Emmanoel Pereira



Guilherme Augusto Caputo Bastos



Márcio Eurico Vitral Amaro



Walmir Oliveira da Costa



Maurício Godinho Delgado



Lelio Bentes Corrêa



Aloysio Corrêa da Veiga



Horácio Raymundo de Senna Pires

Aposentou-se em 28/05/2012



Kátia Magalhães Arruda



Augusto César Leite de Carvalho



José Roberto Freire Pimenta



Delaíde Alves Miranda Arantes



Rosa Maria Pires Weber

Aposentou-se do TST em 19/12/2011 e foi empossada Ministra do Supremo Tribunal Federal



Luiz Philippe Vieira de Mello Filho



Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira



Hugo Carlos Scheuermann

Posse em 16/07/2012



Alexandre de Souza Agra Belmonte

Posse em 16/07/2012

Presidente



Carlos Alberto Reis de Paula

Vice



Antonio José de Barros Levenhagen

Corregedor



Ives Gandra da Silva Martins Filho



João Oreste Dalazen



João Batista Brito Pereira



Maria Cristina Irigoyen Peduzzi



Fernando Eizo Ono



Guilherme Augusto Caputo Bastos



Márcio Eurico Vitral Amaro



Walmir Oliveira da Costa



Renato de Lacerda Paiva



Emmanoel Pereira



Lelio Bentes Corrêa



Maurício Godinho Delgado



Kátia Magalhães Arruda



Augusto César Leite de Carvalho



José Roberto Freire Pimenta



Aloysio Corrêa da Veiga



Luiz Philippe Vieira de Mello Filho



Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira



Delaíde Alves Miranda Arantes



Hugo Carlos Scheuermann



Alexandre de Souza Agra Belmonte



Cláudio Mascarenhas Brandão

Posse em 11/7/2013



Maria de Assis Calsing



Dora Maria da Costa



Pedro Paulo Teixeira Manus

Aposentou-se em 19/04/2013

32ª Composição
26/02/2014 a 25/02/2016

Ministros Togados

Presidente



Antonio José de Barros Levenhagen

Vice



Ives Gandra da Silva Martins Filho

Corregedor



João Batista Brito Pereira



João Oreste Dalazen



Maria Cristina Irigoyen Peduzzi



Renato de Lacerda Paiva



Márcio Eurico Vitral Amaro



Walmir Oliveira da Costa



Maurício Godinho Delgado



Kátia Magalhães Arruda



Emmanoel Pereira



Lelio Bentes Corrêa



Aloysio Corrêa da Veiga



Augusto César Leite de Carvalho



José Roberto Freire Pimenta



Delaíde Alves Miranda Arantes



Hugo Carlos Scheuermann



Luiz Philippe Vieira de Mello Filho



Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira



Maria de Assis Calsing



Alexandre de Souza Agra Belmonte



Cláudio Mascarenhas Brandão



Douglas Alencar Rodrigues

Tornou posse em 22/4/2014



Maria Helena Mallmann

Tornou posse em 23/12/2014



Dora Maria da Costa



Fernando Eizo Ono



Guilherme Augusto Caputo Bastos

Presidente



Ives Gandra da Silva
Martins Filho

Vice



Emmanoel Pereira

Corregedor



Renato de
Lacerda Paiva



João Oreste Dalazen

Aposentou-se em 16/11/2017



Antonio José de Barros Levenhagen

Aposentou-se em 01/08/2017



João Batista Brito Pereira



Márcio Eurico Vitral Amaro



Walmir Oliveira da Costa



Maurício Godinho Delgado



Kátia Magalhães Arruda



Maria Cristina Irigoyen Peduzzi



Lelio Bentes Corrêa



Aloysio Corrêa da Veiga



Augusto César Leite de Carvalho



José Roberto Freire Pimenta



Delaíde Alves Miranda Arantes



Hugo Carlos Scheuermann



Luiz Philippe Vieira de Mello Filho



Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira



Maria de Assis Calsing



Alexandre de Souza Agra Belmonte



Cláudio Mascarenhas Brandão



Douglas Alencar Rodrigues



Maria Helena Mallmann



Dora Maria da Costa



Fernando Eizo Ono



Guilherme Augusto Caputo Bastos

34ª Composição

26/02/2018 a 19/02/2020

Ministros Togados

Presidente



João Batista Brito Pereira

Vice



Renato de Lacerda Paiva

Corregedor



Lelio Bentes Corrêa



Ives Gandra da Silva Martins Filho



Maria Cristina Irigoyen Peduzzi



Emmanoel Pereira



Maurício Godinho Delgado



Kátia Magalhães Arruda



Augusto César Leite de Carvalho



José Roberto Freire Pimenta



Aloysio Corrêa da Veiga



Luiz Philippe Vieira de Mello Filho



Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira



Delaíde Alves Miranda Arantes



Hugo Carlos Scheuermann



Alexandre de Souza Agra Belmonte



Cláudio Mascarenhas Brandão



Maria de Assis Calsing

Aposentou-se em 03/08/2018



Dora Maria da Costa



Fernando Eizo Ono

Aposentou-se em 05/03/2018



Douglas Alencar Rodrigues



Maria Helena Mallmann



Breno Medeiros



Alexandre Luiz Ramos

Tomou posse em 04/04/2018



Guilherme Augusto Caputo Bastos



Márcio Eurico Vitral Amaro



Walmir Oliveira da Costa



Luiz José Dezena da Silva

Tomou posse em 05/12/2018



Evandro Valadão Lopes

Tomou posse em 04/07/2019

Presidente



Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

Vice



Luiz Philippe Vieira de Mello Filho

Corregedor



Aloysio Corrêa da Veiga



Ives Gandra da Silva Martins Filho



João Batista Brito Pereira

Aposentou-se em 21/04/2021



Renato de Lacerda Paiva



Augusto César Leite de Carvalho



José Roberto Freire Pimenta



Delaíde Alves Miranda Arantes



Hugo Carlos Scheuermann



Emmanoel Pereira



Lelío Bentes Corrêa



Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira



Alexandre de Souza Agra Belmonte



Cláudio Mascarenhas Brandão



Douglas Alencar Rodrigues



Maria Helena Mallmann



Dora Maria da Costa



Guilherme Augusto Caputo Bastos



Márcio Eurico Vitral Amaro

Aposentou-se em 05/03/2021



Breno Medeiros



Alexandre Luiz Ramos



Luiz José Dezena da Silva



Evandro Valadão Lopes



Walmir Oliveira da Costa

Faleceu em 28/04/2021



Maurício Godinho Delgado



Kátia Magalhães Arruda

II - BIOGRAFIAS

A publicidade das biografias dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho é uma maneira de preservar a memória da Justiça do Trabalho e contribuir para a preservação da história da sociedade brasileira.

Memória e identidade estão indissolúvelmente conectadas. Reunir informações sobre a carreira dos Ministros, que muito se dedicam ou se dedicaram para garantir uma efetiva prestação jurisdicional, é muito importante.

É necessário destacar que, desde seu surgimento no Brasil, a Justiça do Trabalho era constituída pela presença de magistrados togados e juizes leigos, representando a classe de empregadores e de empregados. Dessa maneira, o Tribunal Superior do Trabalho era composto por Ministros Togados e Ministros Classistas, respeitada a idêntica proporção da representação dos empregadores e da representação dos empregados. Essa peculiaridade em sua composição permaneceu até 9 de dezembro de 1999, data de vigência da Emenda Constitucional nº 24, que extinguiu a representação classista na Justiça do Trabalho.

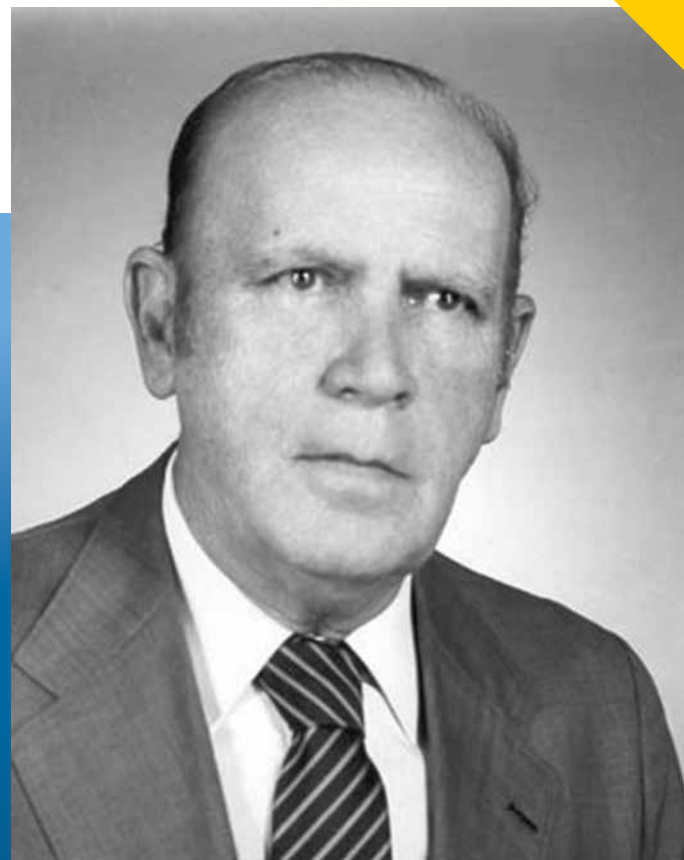
Publicizar de forma consolidada os dados biográficos dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho ao longo da história constitui, além do reconhecimento do inestimável papel de cada magistrado na trajetória deste Tribunal, meio de resgate e comunicação da memória e da história institucional e de fortalecimento das bases desta Justiça Especializada.

Evidenciar personalidades e (re)construir suas narrativas históricas e legado ao longo dos 80 anos da Justiça do Trabalho é também uma forma de consolidar a identidade desta Justiça Especializada perante a sociedade, reforçar o pertencimento à instituição de seus magistrados e servidores e conferir fonte de pesquisa e conhecimento para todos os interessados.

É preciso preservar a memória daqueles que atuam e atuaram em nome da Justiça do Trabalho e representam esta instituição, que prima por garantir o equilíbrio entre o trabalho e a livre iniciativa, como bens juridicamente protegidos e necessários para o desenvolvimento de um País democrático.

Dessa forma, o registro de biografias de Ministros é etapa fundamental para a preservação e valorização da história e do legado de personalidades que, sucessivamente, moldaram - e ainda moldam – a história do Tribunal Superior do Trabalho e do mundo do trabalho no País.

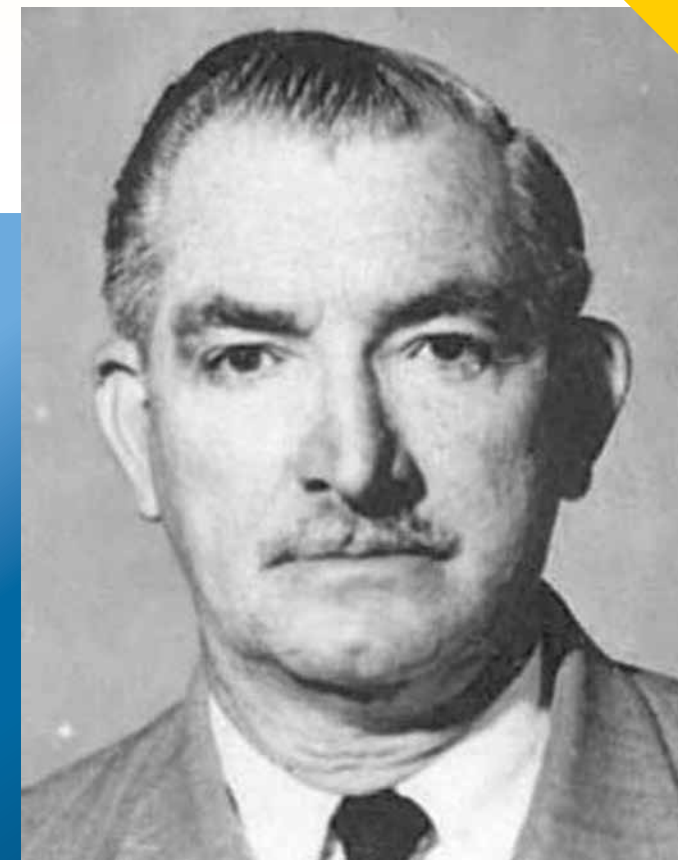
Geraldo Montedônio Bezerra de Menezes



Geraldo Montedônio Bezerra de Menezes nasceu em 11 de julho de 1915, em Niterói-RJ. Graduiu-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, em 1936, pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Foi Presidente da 5ª Junta de Conciliação e Julgamento e da 2ª Junta de Conciliação e Julgamento, ambas do Distrito Federal - RJ, de 1939 a 1941 e de 1941 a 1946; e Presidente do Conselho Nacional do Trabalho - CNT, no período de 23 de fevereiro de 1946 a 10 de setembro de 1946. Participou da elaboração do Decreto-Lei 9.797/1946, que extinguiu o Conselho Nacional do Trabalho e os Conselhos Regionais do Trabalho – então vinculados ao Poder Executivo -, e criou o Tribunal Superior do Trabalho e os Tribunais Regionais do Trabalho, integrando a Justiça do Trabalho ao Poder Judiciário. Ingressou como Ministro Togado no Tribunal Superior do Trabalho, em 13 de setembro de 1946, tornando-se o primeiro Ministro Presidente do Tribunal. Permaneceu como dirigente máximo do Tribunal por duas gestões consecutivas: de 1946 a 1949 e de 1949 a 1951. Foi Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho de 1954 a 1956 e de 1958 a 1960. Participou da elaboração de um anteprojeto do Código do Trabalho. Aposentou-se em 12 de maio de 1966. Faleceu no dia 9 de fevereiro de 2002.

Fonte de Consulta: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional; portal2.trttrio.gov.br

Antônio Francisco Carvalhal



Antônio Francisco Carvalhal nasceu em 27 de abril de 1889, no Rio de Janeiro - RJ. De 1932 a 1935 exerceu a função de Vogal na 1ª Comissão Mista de Conciliação e Julgamento do 1º Distrito do Estado da Guanabara. Em 1939, foi nomeado Suplente de Vogal representante dos empregados na 2ª Junta de Conciliação e Julgamento do antigo Distrito Federal, no Rio de Janeiro. Em 1941, foi nomeado Vogal da referida junta. Em 28 de setembro de 1945, tomou posse como membro do Conselho Nacional do Trabalho – CNT e, em 1946, foi para o Conselho Superior da Previdência Social. Em 1946, já no Tribunal Superior do Trabalho, exerceu a função de Ministro Classista Representante dos Empregados até 1960. Aposentou-se em 17 de agosto de 1962 e faleceu em 29 de dezembro de 1970.

Ozéas Mota



Ozéas Mota nasceu em 11/08/1886, em Capela - SE. Atuou como redator de debates da Câmara dos Deputados, membro da Comissão Especial de Legislação Social, do Conselho Nacional do Trabalho, de 1940 a 1945. Foi Diretor da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e Presidente do Sindicato das Empresas e Proprietários de Jornais e Revistas do Rio de Janeiro. Ingressou como Ministro Classista do Tribunal Superior do Trabalho Representante dos Empregadores, em 9 de setembro de 1946, e permaneceu até seu falecimento, em 19 de março de 1947, na cidade de Caxambu - MG.

Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional

Percival Godoy Ilha



Percival Godoy Ilha nasceu em 21 de agosto de 1895, em Cachoeira do Sul - RS. Foi nomeado membro do Conselho Nacional do Trabalho em 22 de dezembro de 1938, onde atuou até 20 de fevereiro de 1941. Foi designado para servir na CPS como representante dos Empregados, em 23 de junho de 1943, e, no dia 10 de setembro do mesmo ano, foi designado para servir na CJT. Ingressou como Ministro Classista do Tribunal Superior do Trabalho Representante dos Empregados, em 9 de setembro de 1946. Foi reconduzido ao cargo nos triênios 1948-1951, 1951-1954 e 1954-1957. Aposentou-se em 5 de novembro de 1958.

Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional.

Waldemar Ferreira Marques



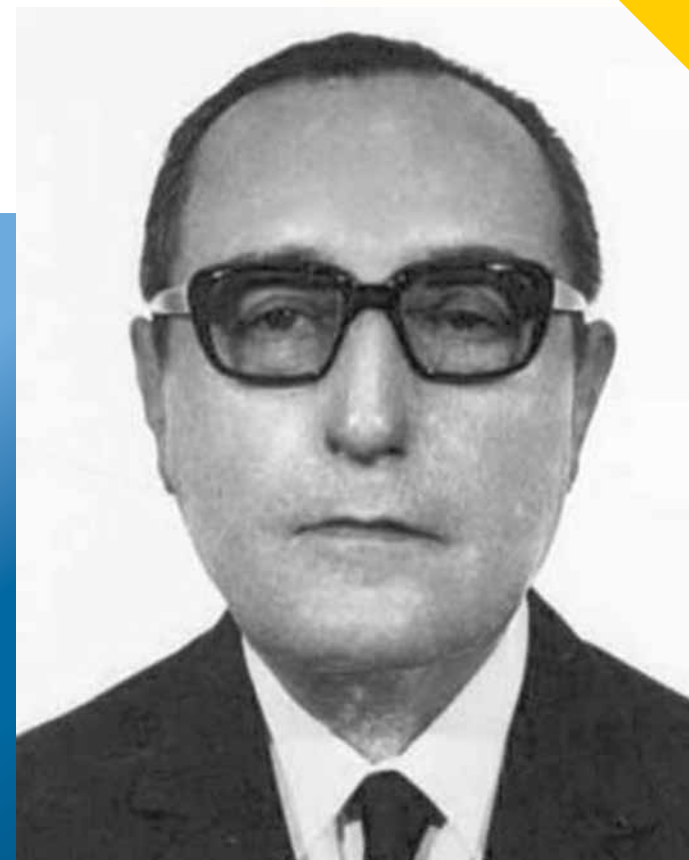
Waldemar Ferreira Marques nasceu em 28 de julho de 1906 no antigo Distrito Federal, Rio de Janeiro. Ocupou o cargo de presidente da Federação do Comércio Varejista do Rio de Janeiro nas décadas de 1940 e 1950. Atuou como vogal no Conselho Regional do Trabalho da 1ª Região de 1943 a 1945. Tomou posse como conselheiro regional do Conselho Regional do Serviço do Comércio do Distrito Federal – RJ, em 1946. Participou da comissão responsável por elaborar o anteprojeto de criação do SENAC no Distrito Federal – RJ, na década de 1940. Atuou como presidente do Conselho Regional do SENAC por dez anos. No Tribunal Superior do Trabalho, atuou como Ministro Classista Representante dos Empregadores no período de 9 de setembro de 1946 até 15 de junho de 1957.

Manoel Alves Caldeira Neto



Manoel Alves Caldeira Neto nasceu no dia 10 de dezembro de 1899, em Uberaba, Minas Gerais. Foi designado membro interino substituto do Conselho Nacional do Trabalho (CNT) em 29 de julho de 1942, permanecendo no cargo até setembro de 1943. Foi designado para servir na Câmara de Justiça do Trabalho e exerceu a vice-presidência do CNT em 1946. Foi nomeado no cargo de Diretor de Divisão, Padrão “N”, da Divisão Jurídica do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio. Foi Vice-presidente do TST, de 1946 a 1951; Presidente do TST, de 1951 a 1955; e Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, de 1960 a 1964. Faleceu em 23 de maio de 1974.

Júlio de Carvalho Barata



Júlio de Carvalho Barata nasceu no dia 8 de fevereiro de 1905, em Manaus, Amazonas. Formou-se em Letras Clássicas e Filosofia (1920), Bacharel em Direito (1926) e Doutor em Letras Clássicas e em Filosofia pela Universidade do Estado da Guanabara. Ingressou como Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho no dia 17 de setembro de 1946. Foi Vice-Presidente do TST de 1958 a 1960; Presidente, de 1960 a 1964; e Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, de 1964 a 1966. Em 1964, foi designado Presidente da Comissão encarregada de promover a construção da sede do Tribunal Superior do Trabalho em Brasília. Aposentou-se em 30 de abril de 1969. Faleceu no dia 11 de janeiro de 1991.

Delfim Moreira Júnior



Delfim Moreira Júnior nasceu no dia 28 de setembro de 1904, em Santa Rita do Sapucaí, Minas Gerais. Formou-se no Curso de Humanidades no Colégio Aldridge (RJ) e bacharelou-se em Direito em 1926. Foi professor das cadeiras de História do Brasil e Educação Cívica de 1928 a 1932. Atuou como Deputado Federal pelo Estado de Minas Gerais entre 1933 e 1937. Foi Presidente do Conselho Regional do Trabalho da 3ª Região de 1941 a 1946. Ingressou como Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho em 20 de setembro de 1946. Foi eleito Vice-Presidente do TST de 1951 a 1953 e, em 1955, foi eleito Presidente do TST e, em face de sua reeleição, permaneceu no cargo até 1960. Faleceu em 20 de outubro de 1964.

Astolfo Henrique Serra



Astolfo Henrique Serra nasceu, em 22 de maio de 1900, em Vila de Matinha, no Município de Viana, Maranhão. Foi Diretor-Geral do Departamento Nacional do Trabalho, em 1946, atuando, também, como Presidente da Comissão Técnica de Orientação Sindical, bem como Substituto do Ministro dessa pasta. Ingressou como Ministro Togado no Tribunal Superior do Trabalho em 21 de setembro de 1946. Ocupou o cargo de Vice-Presidente do TST de 1960 a 1962 e de 1962 a 1964; de Presidente do TST de 1964 a 1966; e de Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho de 1966 a 1968, renunciando ao cargo antes do fim do mandato. Aposentou-se em 2 de maio de 1969. Faleceu em 4 de fevereiro de 1978.

Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional

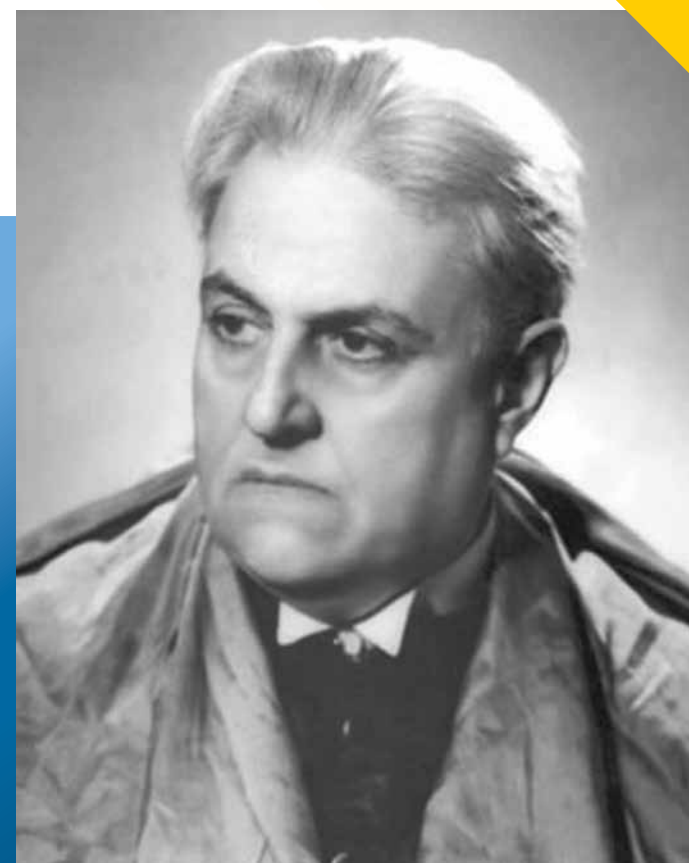
Edgard de Oliveira Lima



Edgard de Oliveira Lima nasceu em 19 de setembro de 1890, em Santa Luzia, Minas Gerais. Serviu na Estrada de Ferro do Oeste de Minas entre 1º de maio de 1910 e 31 de janeiro de 1921. Foi o primeiro secretário do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, em 1941. Foi membro do Conselho Nacional do Trabalho entre 1934 e 1939 e da Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais, em 1945. Ingressou como Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho, em 23 de setembro de 1946. Aposentou-se em 15 de outubro de 1960.

Fonte: Acervo do TST/CGEDM - Dossiê do Ministro

Edgard Ribeiro Sanches



Edgard Ribeiro Sanches nasceu em 1º de setembro de 1891, em Salvador, Bahia. Formou-se Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Bahia, em 1913. Foi nomeado Presidente do Conselho Regional do Trabalho, em 1940, órgão que, posteriormente, foi transformado no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região. Atuou como Procurador-Geral da Justiça do Trabalho. Ingressou como Ministro Togado no Tribunal Superior do Trabalho, em 30 de setembro de 1946. Foi Presidente do TST de 1955 a 1958. Aposentou-se em 4 de julho de 1958. Faleceu em 7 de abril de 1972.

Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional.

Rômulo Gomes Cardim

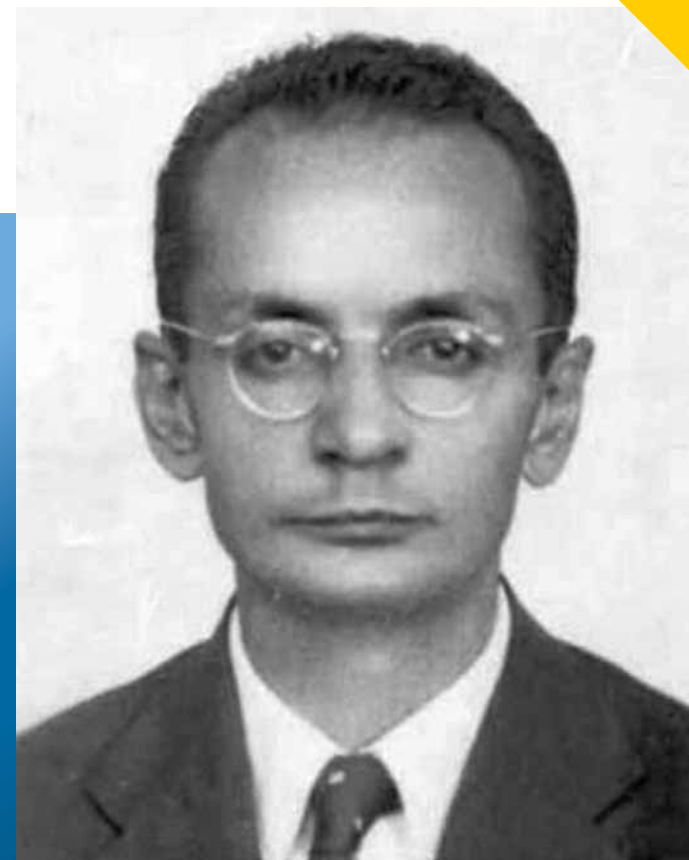


Rômulo Gomes Cardim nasceu no dia 1º de novembro de 1898, em Santa Teresa de Valença, Rio de Janeiro. Tomou posse como membro do antigo Conselho Nacional do Trabalho, em 1943, na qualidade de representante das classes patronais. Logo após, foi designado para servir na Câmara de Justiça do Trabalho, cargo no qual permaneceu até 8 de dezembro de 1945. Ingressou como Ministro Classista no Tribunal Superior do Trabalho Representante dos Empregadores, em 6 de maio de 1947, permanecendo no cargo até 8 de maio de 1969. Faleceu em 20 de setembro de 1985.

Fontes: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional.

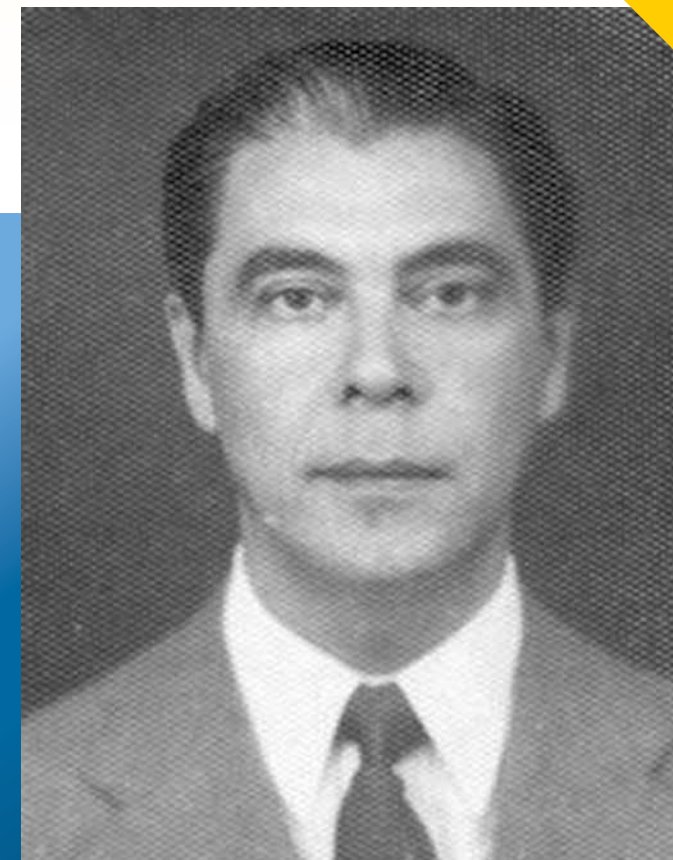
Academia Brasileira de Direito do Trabalho. Disponível em: <http://www.andt.org.br/academicos/romulo-cardim> Acesso em: 18/02/2020.

Jonas Mello de Carvalho



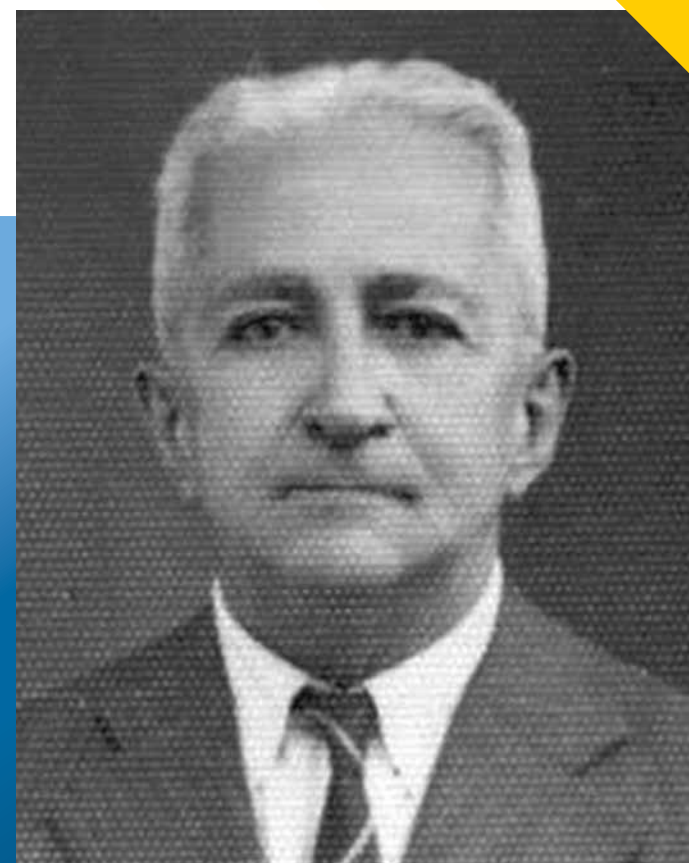
Jonas Mello de Carvalho nasceu no dia 2 de setembro de 1913, em Feira de Santana, Bahia. Integrou o Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro, na qualidade de representante da Aliança da Bahia Capitalização S/A, em 3 de junho de 1952. Ingressou como Ministro Classista Representante dos Empregadores do Tribunal Superior do Trabalho, em 3 de novembro de 1954, e foi reconduzido ao cargo nos dois triênios seguintes. Permaneceu na Corte até 3 de novembro de 1960.

Aldílio Tostes Malta



Aldílio Tostes Malta nasceu no dia 18 de junho de 1907, em Juiz de Fora, Minas Gerais. Foi Juiz Presidente da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento do antigo Distrito Federal, no Estado da Guanabara, de 8 de março de 1941 a 3 de setembro de 1945. Exerceu a presidência do antigo Conselho Regional do Trabalho da 1ª Região, entre 4 de setembro de 1945 e 27 de setembro de 1946. Atuou como Juiz Togado do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região de 28 de setembro de 1946 a 02 de novembro de 1954. Ingressou no Tribunal Superior do Trabalho como Ministro Togado, em 3 de novembro de 1954. Permaneceu no cargo até 25 de maio de 1977. Faleceu em 8 de março de 1997.

Waldemar Pedrosa

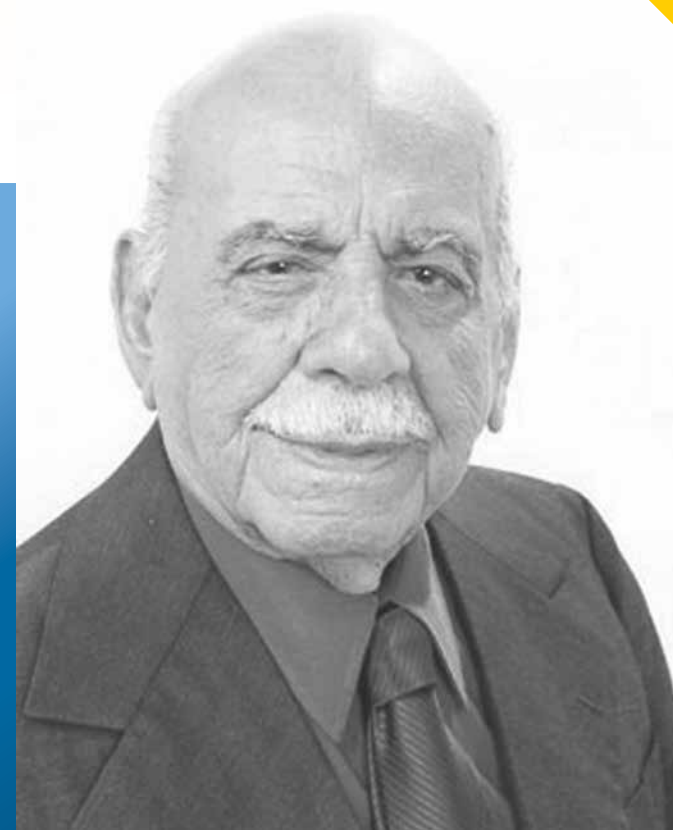


Waldemar Pedrosa nasceu no dia 29 de março de 1888, em Manaus, Amazonas. Titulou-se Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1911. Foi Professor de Direito Penal na Faculdade de Direito do Estado do Amazonas, de 1912 a 1937. Foi Procurador fiscal da capital e do Estado do Amazonas de 1914 a 1916; eleito Deputado Estadual, em 1919; e reeleito, em 1924. Em 18 de agosto de 1933, foi nomeado Procurador da República no Estado do Amazonas. Em 1946, tomou posse como Senador da República. Ao término do mandato em 1954, ingressou como Ministro Togado no Tribunal Superior do Trabalho e permaneceu no cargo até 30 de novembro de 1955. Faleceu em 14 de junho de 1967.

Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional

Procuradoria Geral do Amazonas. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br>. Acesso em 19 fev 2020.

Thelio da Costa Monteiro



Thelio da Costa Monteiro nasceu em 25 de setembro de 1914, no Rio de Janeiro. Graduou-se como Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, em 1936. Presidiu a 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de São Paulo de 1941 a 1946. Anos depois, foi promovido a Juiz do Tribunal Regional Trabalho da 2ª Região, onde foi Vice-Presidente e Presidente de 1948 a 1954. Tomou posse no Tribunal Superior do Trabalho como Ministro Togado, em 5 de novembro de 1954. Foi Vice-Presidente do TST de 1966 a 1968 e Presidente do Tribunal, em mandato complementar, de 21 de agosto a 18 de dezembro de 1968. Foi reconduzido ao cargo de Presidente do TST de 16 de dezembro de 1970 a 17 de dezembro de 1971. Foi Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho de 1976 a 1978. Aposentou-se em 4 de agosto de 1982. Faleceu em 22 de julho de 2014.

Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional

Mario Lopes de Oliveira



Mario Lopes de Oliveira nasceu em 29 de maio de 1919, no Rio de Janeiro. Ingressou como Ministro Classista Representante dos Empregados no Tribunal Superior do Trabalho em 17 de novembro de 1954. Atuou no TST em dois momentos: de seu ingresso até 16 de novembro de 1957 e de 29 de novembro de 1958 até 28 de novembro de 1961. Foi Membro da Representação dos Trabalhadores no Conselho Diretor do Departamento Nacional da Previdência Social, em 1966. Foi membro da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres.

Fontes: Acervo do TST/CGEDM - Dossiê do Ministro

JORNAL CORREIO DA MANHÃ. Escolha para TST deve ser em torno de 3 dirigentes. 15 de outubro de 1966. disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=75645&url=http://memoria.bn.br/docreader# Acesso em 07 jun 2020.

Oscar Saraiva



Oscar Saraiva nasceu no dia 30 de maio de 1903, em São Paulo. Formou-se Bacharel em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Ingressou, em 19 de janeiro de 1955, no Tribunal Superior do Trabalho como Ministro Togado. Foi eleito Vice-Presidente do Tribunal em 1959. Deixou o TST em 6 de março de 1960 para tomar posse como Ministro do Tribunal Federal de Recursos. Foi membro suplente do Tribunal Superior Eleitoral no biênio de 1963 a 1965; Vice-Presidente do Conselho da Justiça Federal, a partir de junho de 1966; Presidente do Tribunal Federal de Recursos e Conselho da Justiça Federal, no biênio de 1967 a 1969. Faleceu em 20 de agosto de 1969.

Joaquim Máximo de Carvalho Júnior



Joaquim Máximo de Carvalho Júnior nasceu em 22 de março de 1895, em Granja, Ceará. Foi Promotor de Justiça de Tauá, no Ceará, em 1918. Foi nomeado Juiz Substituto de Palma, comarca de Granja, em 1919; Juiz de Direito da Comarca de Milagres, em 1922; Presidente da 4ª Junta de Conciliação e de Julgamento do antigo Distrito Federal, no Rio de Janeiro, em 26 de dezembro de 1940; Juiz Togado do TRT da 1ª Região em 26 de setembro de 1946, renunciando em 7 de maio de 1951. Ingressou como Ministro Togado no Tribunal Superior do Trabalho, em 7 de dezembro de 1955. Aposentou-se em 5 de dezembro de 1956. Faleceu em 18 de agosto de 1959, no Rio de Janeiro.

Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional

http://siabi.trt1.jus.br/pwp_siabi_usu_trt_RIO/

Hildebrando Bisaglia



Hildebrando Bisaglia nasceu em 11 de novembro de 1913, em Juiz de Fora, Minas Gerais. Graduou-se como Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito em Niterói, no Rio de Janeiro. Tornou-se Mestre em Direito do Trabalho na cidade de Roma, Itália. Ingressou como Ministro no Tribunal Superior do Trabalho no dia 5 de dezembro de 1956. Integrou a comissão designada para planejar a construção da sede do TST na nova Capital Federal – Brasília, em 1963. Foi Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho de 1964 a 1965 e reconduzido ao cargo de 1965 a 1966; Presidente do Tribunal Superior do Trabalho de 1966 a 1968 e reconduzido ao cargo de 1971 a 1972; Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho de 1972 a 1974. Aposentou-se em 22 de junho 1981. Faleceu em 13 de abril de 1987, em Guarapari, Espírito Santo.

Fontes:

Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional.

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo> Acesso em 18 maio 2020.

<http://www.andt.org.br> Acesso em 18 maio 2020.

Jessé Pinto Freire



Jessé Pinto Freire nasceu na cidade de Macaíba, Rio Grande do Norte, em 19 de novembro de 1918. Graduiu-se Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Alagoas. Passou pelo Centro de Formação dos Oficiais da Reserva. Foi Presidente do Comitê Brasileiro da Câmara de Comércio Internacional; da Seção Brasileira do Conselho Interamericano de Comércio e Produção; e do Banco Auxiliar do Comércio. Foi Secretário da Fazenda no Rio Grande do Norte; Vereador de 1950 e 1954; Deputado Estadual de 1954 e 1958; Deputado Federal de 1959 e 1971; e Senador de 1971 e 1980. Exerceu o cargo de Ministro Classista Representante dos Empregadores no Tribunal Superior do Trabalho de 15 de julho de 1957 a 24 de maio de 1958. Faleceu em 13 de outubro de 1980.

Fonte: Acervo da CGEDM - Dossiê do Ministro

http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1773&li=44&lcab=1971-1974&lf=44

Luiz Augusto da França



Luiz Augusto da França foi Presidente do Sindicato e da Federação dos Empregados no Comércio Hoteleiro do Rio de Janeiro. Exerceu o cargo de Ministro Classista no Tribunal Superior do Trabalho Representante dos Empregados, de 13 de janeiro de 1958 a 12 de janeiro de 1961.

Fonte: Acervo da CGEDM

http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/49.pdf

Maurício Lange



Maurício Lange nasceu em 27 de agosto de 1899, em São Paulo. Ingressou como Ministro Classista Representante dos Empregadores no Tribunal Superior do Trabalho de 25 de junho de 1958 a 24 de maio de 1961.

Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional

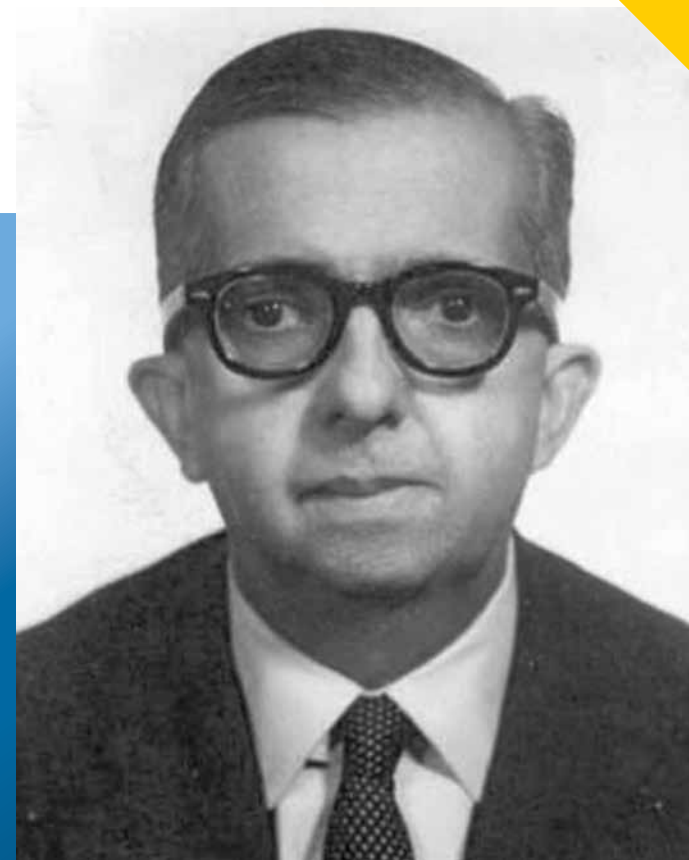
Geraldo Starling Soares



Geraldo Starling Soares nasceu em 15 de março de 1911, em Dom Silvério, Minas Gerais. Graduou-se como Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais - UFMG. Com ativa participação na vida política, em 1939, foi Prefeito do Município de Muriaé, Minas Gerais; em 1947, Deputado da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; e, em 1955, Deputado Federal. Ingressou como Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho, em 27 de agosto de 1958. Foi Presidente da Comissão de Transferência do TST para Brasília. Foi Vice-Presidente do TST, de 1974 a 1976; Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, de 1978 a 1979; e Presidente do TST de 3 de dezembro de 1979 a 18 de dezembro de 1980. Aposentou-se em 17 de março de 1981. Faleceu em 17 de agosto de 1994.

Fonte de Consulta: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional.

Fernando Carneiro da Cunha Nobrega

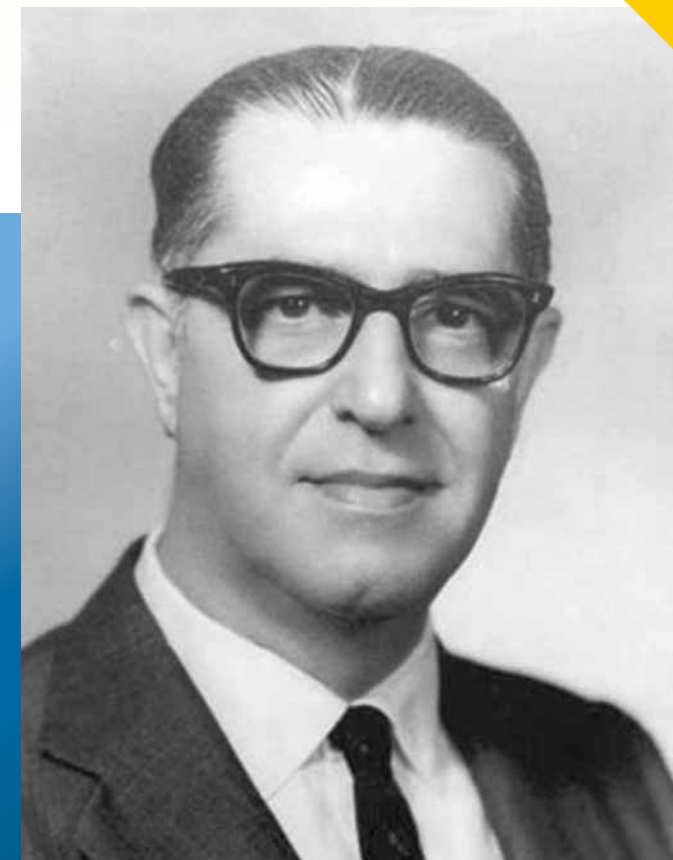


Fernando Carneiro da Cunha Nóbrega nasceu no dia 20 de agosto de 1904, em João Pessoa, Paraíba. Bacharelou-se em Direito pela Universidade de Recife em 1927. Foi eleito Deputado Estadual em 1945. Assumiu o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, de 1958 a 1960, e o Ministério da Agricultura, interinamente, de 6 de abril a 6 de junho de 1960. Ingressou como Ministro Togado no Tribunal Superior do Trabalho em 7 de junho de 1960. Foi Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho de 21 de junho de 1968 a 17 de novembro de 1971. Aposentou-se em 18 de novembro de 1971. Faleceu no dia 9 de novembro de 1993.

Fonte: Acervo da CGEDM – Dossiê

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fernando-carneiro-da-cunha-nobrega>

Allyrio de Salles Coelho



Allyrio de Salles Coelho nasceu no dia 15 de junho de 1904, em Serro Frio, Minas Gerais. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Minas Gerais, em 1926. Foi interventor na Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Empregados da Estrada de Ferro Maricá, no Rio de Janeiro, em 1937, e adjunto de Procurador interino do Conselho Nacional do Trabalho (CNT). Assumiu efetivamente o Ministério do Trabalho de novembro de 1960 a janeiro de 1961. Exerceu o cargo de Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho de 25 de outubro a 5 de novembro de 1960. Faleceu no dia 9 de abril de 1975.

Fonte: Acervo da CGEDM – Dossiê

http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/Alirio_Sales_Coelho

José Aquino Porto



José de Aquino Porto nasceu no dia 7 de março de 1925, em Dolores de Indaiá, Minas Gerais. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Goiás, em 1960. Atuou como suplente de vogal de 1953 a 1963. Foi nomeado para exercer o cargo de Ministro Classista Representante dos Empregadores no Tribunal Superior do Trabalho, em 4 de novembro de 1960, permanecendo no cargo até 8 de novembro de 1963. Participou das reuniões da Organização Internacional do Trabalho e da Organização Internacional de Empregadores, na Europa, nos meses de junho e julho de 1963, respectivamente. Em 1967, assume o cargo de Diretor da Federação das Indústrias do Estado de Goiás, permanecendo no cargo por 32 anos, por meio de sucessivas reeleições. Faleceu em abril de 2003.

Minervino Fiúza Lima



Minervino Fiúza Lima nasceu no dia 24 de junho de 1906, em Marim dos Caetés Olinda, Pernambuco. Formou-se em Ciências e Letras na Universidade do Rio de Janeiro, em 1929. Foi nomeado Vogal Classista para o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, em 1953; Diretor de Patrimônio da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio; e um dos fundadores da Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres. Ingressou como Ministro Classista Representante dos Empregados do Tribunal Superior do Trabalho, em 1960, permanecendo no cargo até 1966. Faleceu em 19 de janeiro de 2001.

Fontes: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional

FERRÃO, Carlos A. Ministro Minervino Fiúza Lima, nosso paradigma. Disponível em: <<http://www.ajucaprins.org.br/>> Acesso em 29 de jan. de 2016.

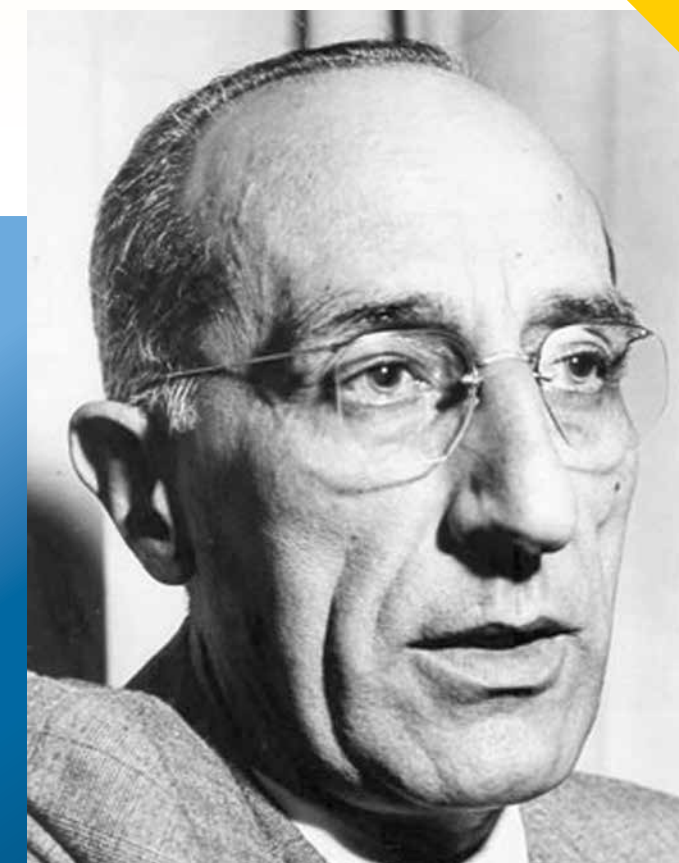
Affonso Teixeira Filho



Affonso Teixeira Filho nasceu em 7 de setembro de 1918, em São Paulo. Começou a trabalhar na Companhia Municipal de Transportes Coletivos de São Paulo em 1º de fevereiro de 1940. Foi eleito membro da Comissão do Regimento em 6 de dezembro de 1961. Ingressou como Ministro Classista Representante dos Empregadores no Tribunal Superior do Trabalho, em 1º de janeiro de 1961. Aposentou-se, no TST, em 16 de janeiro de 1964.

Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional

Domingos Netto de Vellasco



Domingos Netto de Vellasco nasceu em 8 de outubro de 1899, na cidade de Goiás. Foi Jornalista de 1920 e 1922; Primeiro Tenente, em 1924; Secretário da Assistência Pública de Goiás, de 1930 a 1931; Procurador do Governo de Goiás, em 1932; Deputado Federal pelo Estado de Goiás durante em quatro mandatos, de 1933 a 1937 e de 1946 a 1951; e Senador de 1951 a 1959. Ingressou como Ministro Togado no Tribunal Superior do Trabalho, em 1961. Aposentou-se em 1963. Faleceu no dia 10 de março de 1973.

Fonte: Acervo da TST/CGEDM - Dossiê do Ministro

http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1585&li=40&lcab=1955-1959&lf=40

Fortunato Peres Júnior



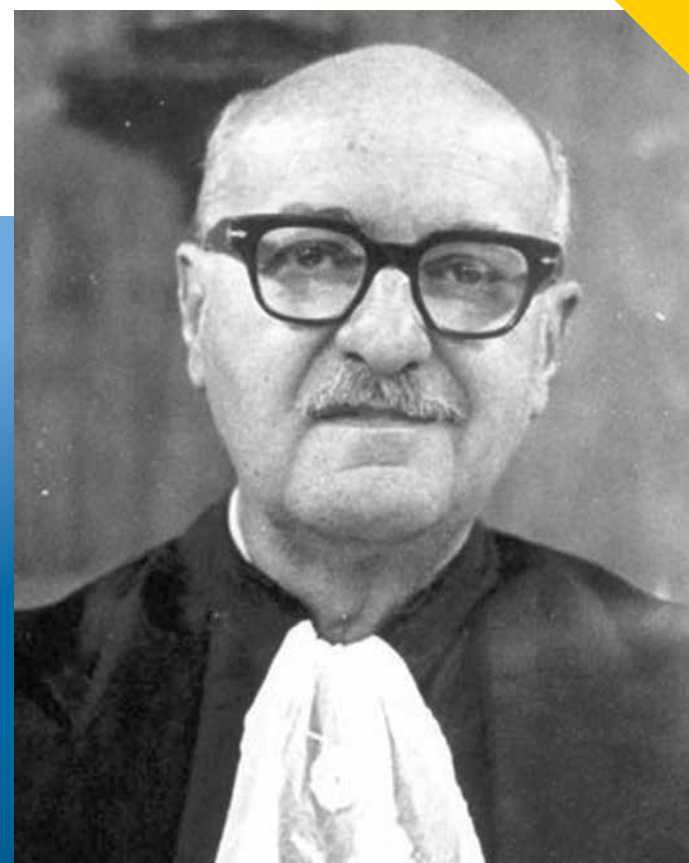
Fortunato Peres Júnior nasceu no dia 10 de setembro de 1907, em Santos, São Paulo. Foi despachante aduaneiro da Receita Federal, em Santos, de 1930 a 1940. Presidiu o Sindicato das Empresas de Transportes de São Paulo e Região no início da década de 1950. Em 1954, ajudou a fundar a Confederação Nacional do Transporte. De 1953 a 1955, atuou como vogal representante dos empregadores da 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de São Paulo e, de 1957 a 1959, exerceu a mesma função na 18ª Junta de Conciliação e Julgamento de São Paulo. Ingressou no Tribunal Superior do Trabalho como Ministro Classista Representante dos Empregadores em 12 de julho de 1977, permanecendo na função até 1977. Faleceu em 14 de fevereiro de 1989.

Luiz Menossi



Luiz Menossi nasceu no dia 19 de agosto de 1914, em São José do Rio Pardo, São Paulo. Foi vogal representante dos empregados na 1ª, 3ª e 18ª Juntas de Conciliação e Julgamento, de São Paulo. Foi nomeado Ministro Classista Representante dos Empregados no Tribunal Superior do Trabalho, em 3 de janeiro de 1962, permanecendo no cargo, por recondução, até o dia 27 de agosto de 1969. Publicou, pela Editora Trabalhistas, em 1966, a obra "Conceito e Extensão do Direito de Greve". Aposentou-se em 18 de fevereiro de 1971. Faleceu em novembro de 1976.

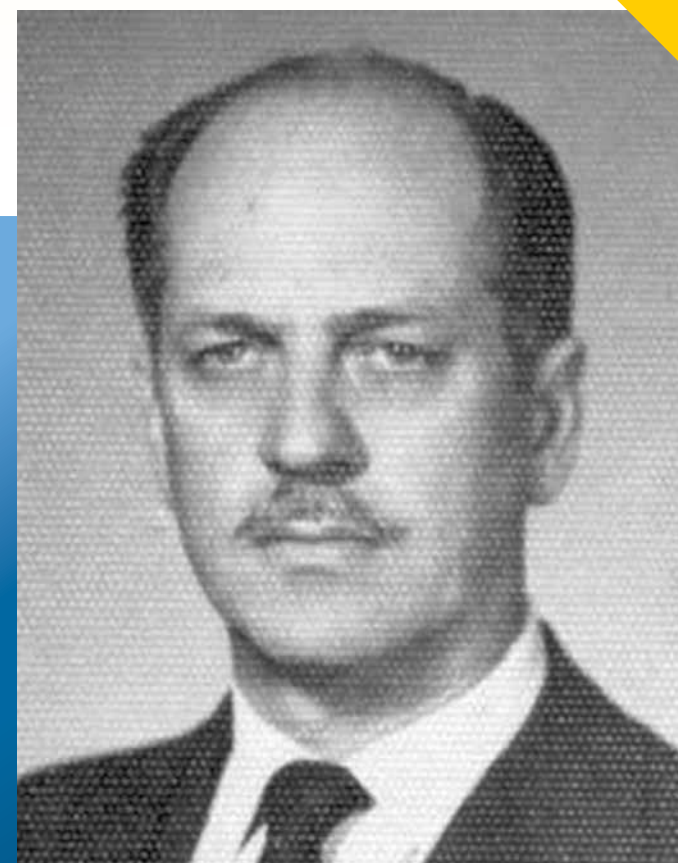
João de Lima Teixeira



João de Lima Teixeira nasceu em 2 de dezembro de 1909, em Santo Amaro, Bahia. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais para Faculdade de Direito da Universidade da Bahia. Em 1938, foi designado Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho em Salvador. Foi Presidente do Conselho Regional do Trabalho na Bahia, de 1945 a 1946. Ingressou como Ministro Togado no Tribunal Superior do Trabalho, em 27 de março de 1963. Foi Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, de 1970 a 1971; Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, de 1977 a 1978; e Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, de 1978 a 1979. Aposentou-se em 12 de dezembro de 1979. Faleceu em 29 de novembro de 2000.

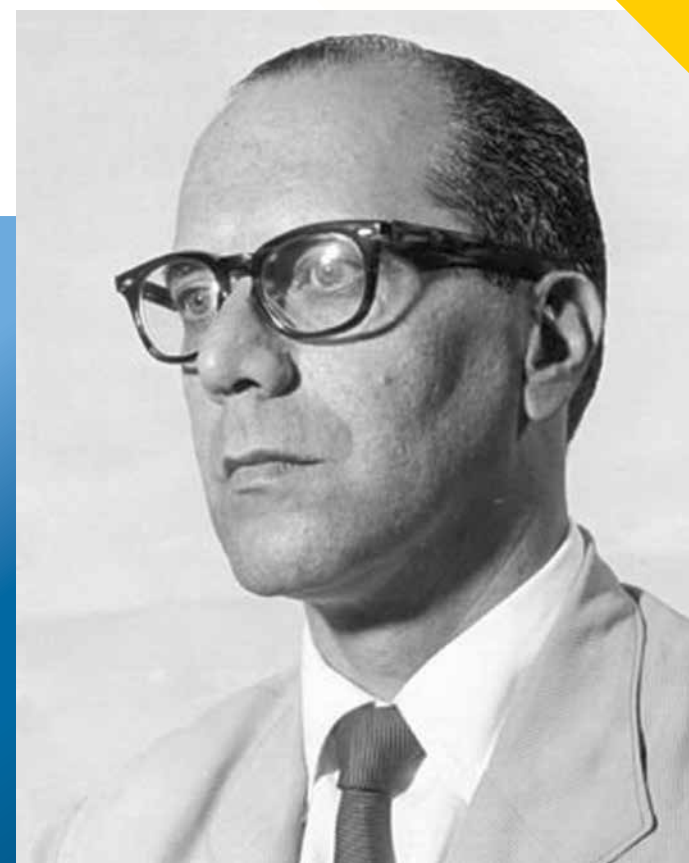
Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional.

Charles Edgard Moritz



Charles Edgard Moritz nasceu no dia 21 de novembro de 1912, em Florianópolis, Santa Catarina. Formou-se em Economia pelo Curso de Contador do Instituto Politécnico de Santa Catarina e tornou-se, também, químico provisionado. Iniciou a atividade classista na Associação Comercial de Florianópolis, a partir de 1936, sendo eleito Vice-Presidente da Associação na mesma época e, posteriormente, Presidente, cargo no qual permaneceu por 15 anos. Fundou o Sindicato do Comércio Atacadista e de Representantes Comerciais de Florianópolis, bem como os serviços regionais do SESC e do SENAC. Foi nomeado Juiz Classista Representante dos Empregadores do Tribunal Superior do Trabalho, em 14 de novembro de 1963, permanecendo no cargo até 26 de novembro de 1969. Atuou também como suplente de Juiz Classista Representante dos Empregadores no Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, de 18 de dezembro de 1981 a 17 de agosto de 1982. Foi promovido a Juiz Classista Temporário de 2º grau, cargo no qual atuou de 18 de agosto até 21 de novembro de 1982, quando se aposentou. Faleceu em 1º de maio de 1998.

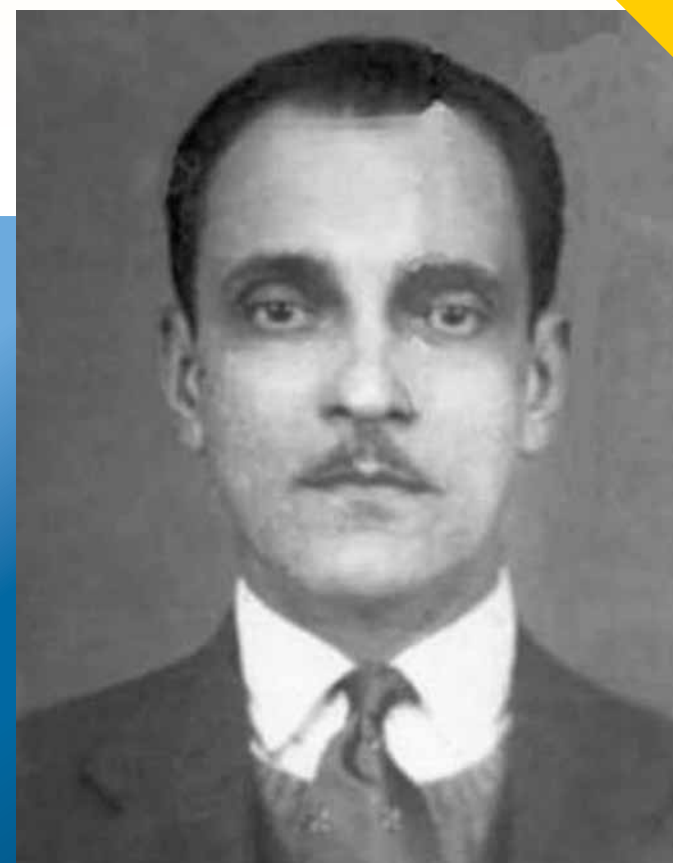
Olympio Fernandes Mello



Olympio Fernandes Mello nasceu em 18 de setembro de 1911, no Rio de Janeiro. Era bancário e foi sócio do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Rio de Janeiro. Ingressou como Ministro Classista Representante dos Empregados no Tribunal Superior do Trabalho, em 17 de janeiro de 1964, e foi afastado do cargo em face da suspensão dos seus direitos políticos por 10 anos, por força do Ato Institucional n.º 1, de 09 de abril de 1964. Aposentou-se em 10 de abril de 1964. Faleceu em 6 de julho de 1979 no Rio de Janeiro.

Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional.

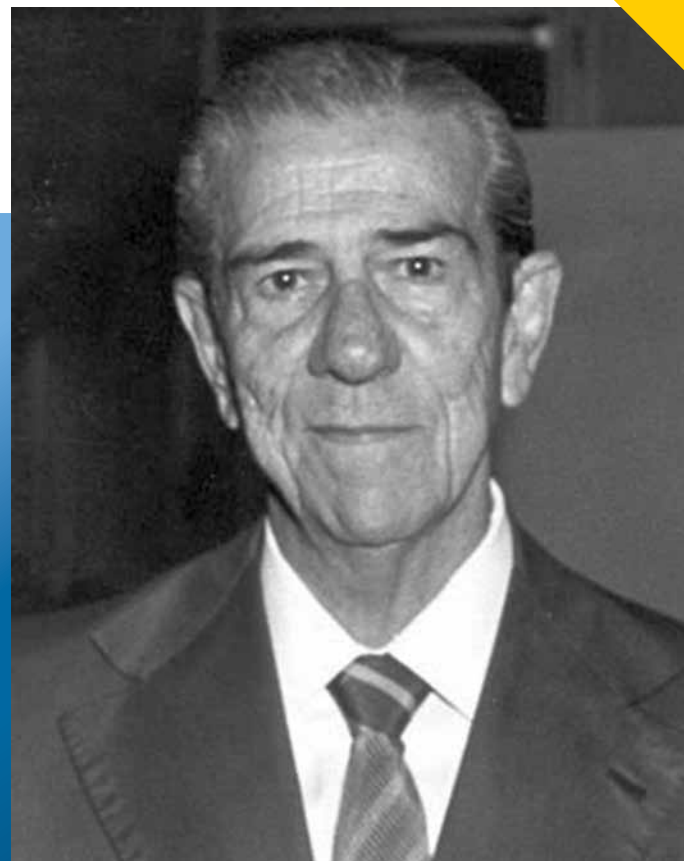
José Joaquim Pereira de Carvalho Júnior



José Joaquim Pereira de Carvalho Junior nasceu em 25 de dezembro de 1905 no Rio de Janeiro. Foi nomeado Ministro Classista do Tribunal Superior do Trabalho, em 25 de maio de 1964, permanecendo até 24 de maio de 1967. Foi Sócio fundador do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Carris Urbanos, Trolley-bus e Cabos Aéreos de Niterói, no Rio de Janeiro. Também exerceu a função de Diretor-Tesoureiro da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres.

Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional.

Arnaldo Lopes Sússekind

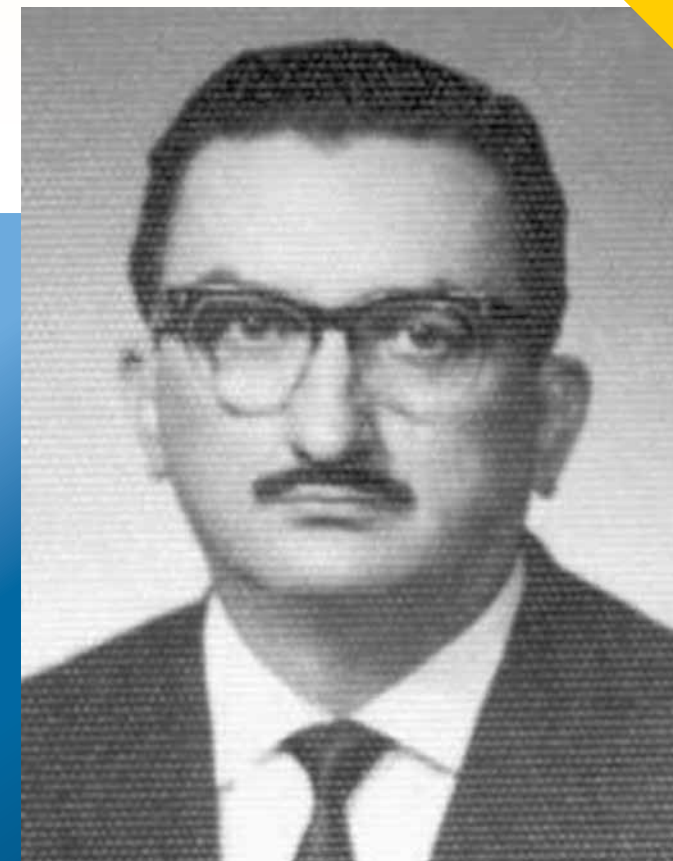


Arnaldo Lopes Sússekind nasceu no dia 9 de julho de 1917, no Rio de Janeiro. Antes de graduar-se em Direito pela então Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1939, iniciou carreira no serviço público como assistente jurídico no Conselho Nacional do Trabalho. Foi nomeado, em 1941, Procurador Regional do Trabalho na 2ª Região, em São Paulo. Integrou a Comissão responsável pela elaboração do anteprojeto da Consolidação das Leis do Trabalho, que seria promulgada em 1943. Foi nomeado Procurador-Geral da Justiça do Trabalho, em 1961. Tornou-se Presidente da Comissão Elaboradora do Anteprojeto de Lei do Salário Família, em 1962. Foi membro do grupo de trabalho da Reforma Administrativa do Ministério do Trabalho e integrante da Comissão Revisora do Código Judiciário do Trabalho, em 1963. Foi Ministro do Trabalho e Previdência Social, de 1964 a 1965. Em 1965, foi nomeado Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho, permanecendo na Corte até 26 de agosto de 1971. Foi representante do Brasil na Organização Internacional do Trabalho (OIT) entre os anos de 1951 e 1954, 1957 e 1959 e 1969 e 1981. Faleceu no dia 9 de julho de 2012, aos 95 anos de idade. O importante jurista teve suas cinzas espalhadas nos jardins do Tribunal Superior do Trabalho, em cerimônia póstuma com a presença de seus familiares.

Fonte: Acervo CGEDM - Dossiê

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias>

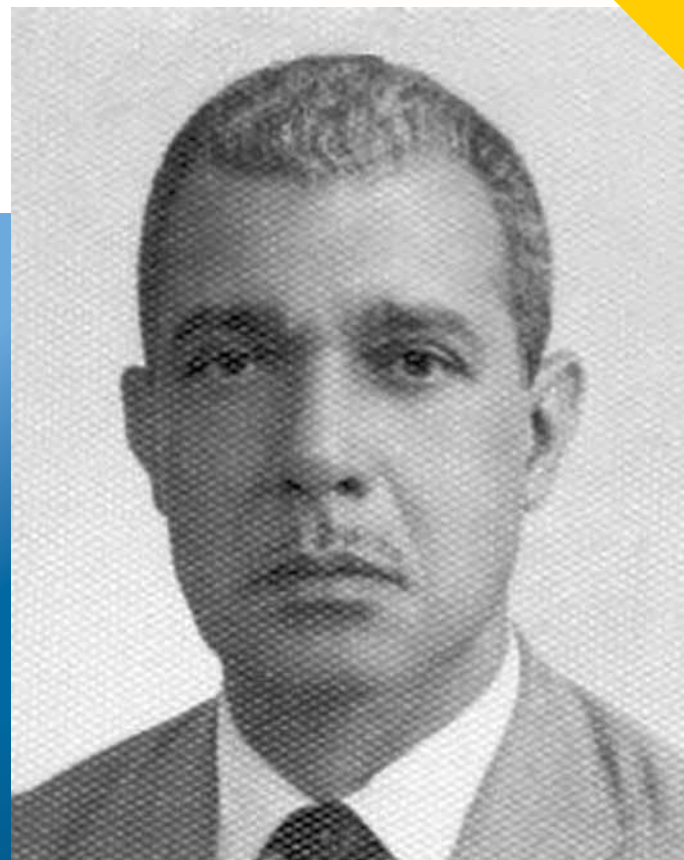
Raymundo de Souza Moura



Raymundo de Souza Moura nasceu no dia 11 de abril de 1912, em Óbidos, Pará. Graduiu-se Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Pará. Tomou posse como Juiz Presidente da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, em 1941. Foi promovido a Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, em 1946. Presidiu o TRT da 8ª Região de 1955 a 1957 e de 1959 a 1966. Foi agraciado com a Medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, no grau Grande Mérito, em 1970. Foi nomeado Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho, em 12 de outubro de 1966. Foi Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, de 1978 e 1980; Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, de 1978 a 1980; Presidente do TST de 1980 a 1982. Aposentou-se em 12 de abril de 1982. Faleceu em agosto de 1982.

Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional

Ary Campista



Ary Campista nasceu em 26 de setembro de 1911, no Rio de Janeiro. De 1965 e 1967, foi membro efetivo do Conselho Consultivo do Planejamento, como representante da classe trabalhadora, no Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Em 1974, foi Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI. Atuou como Ministro Classista Representante dos Empregados no Tribunal Superior do Trabalho de 22 de novembro de 1966 a 22 de novembro de 1969 e de 18 de fevereiro de 1975 a 24 de agosto de 1981, quando se aposentou. Faleceu em 24 de agosto de 1991, no Rio de Janeiro.

Fonte: Acervo CGEDM - Dossiê

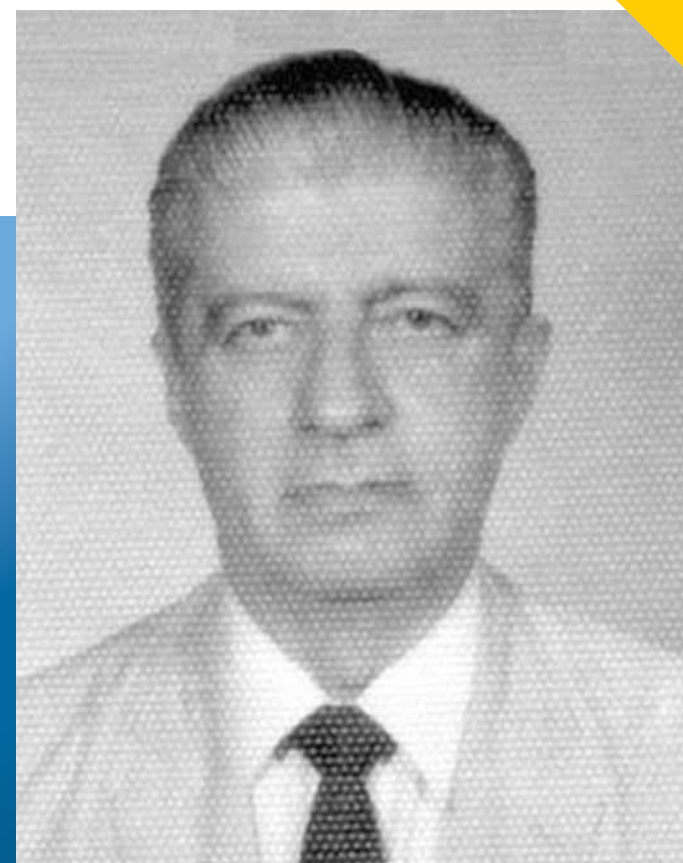
Antônio Alves de Almeida



Antônio Alves de Almeida nasceu no dia 6 de junho de 1929, em São Miguel dos Campos, Alagoas. Foi Presidente do Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio do Estado da Bahia, de 1958 a 1964; e Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio - CNTC, de 1964 a 1968. Exerceu o cargo de Ministro Classista Representante dos Empregados no Tribunal Superior do Trabalho, por quatro triênios, especificamente, de 14 de março de 1967 a 9 de dezembro de 1985. Faleceu no dia 27 de outubro de 2011, em Brasília, aos 82 anos de idade.

Fonte: Acervo CGEDM - Dossiê

Renato Gomes Machado



Renato Gomes Machado nasceu em 18 de abril de 1915, no Rio de Janeiro. Graduou-se Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito. Ocupou cargos de direção no Instituto de Pensões e Assistência aos Servidores - IPASE, de 1941 a 1943. Atuou na Divisão de Administração de Bens do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários, de 1948 a 1966. Foi Secretário-Geral Interino do Ministério do Trabalho e Previdência Social, em 1967; Presidente do Conselho Diretor do Departamento Nacional da Previdência Social, de 1967 a 1969; e Procurador de 1ª Categoria do Instituto Nacional de Previdência Social - INPS. Ingressou como Ministro Togado no Tribunal Superior do Trabalho, em 11 de junho de 1969. Foi eleito Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, em 15 de dezembro de 1976, mas não completou o mandato em razão de seu falecimento no dia 18 de junho de 1978.

Mozart Victor Russomano

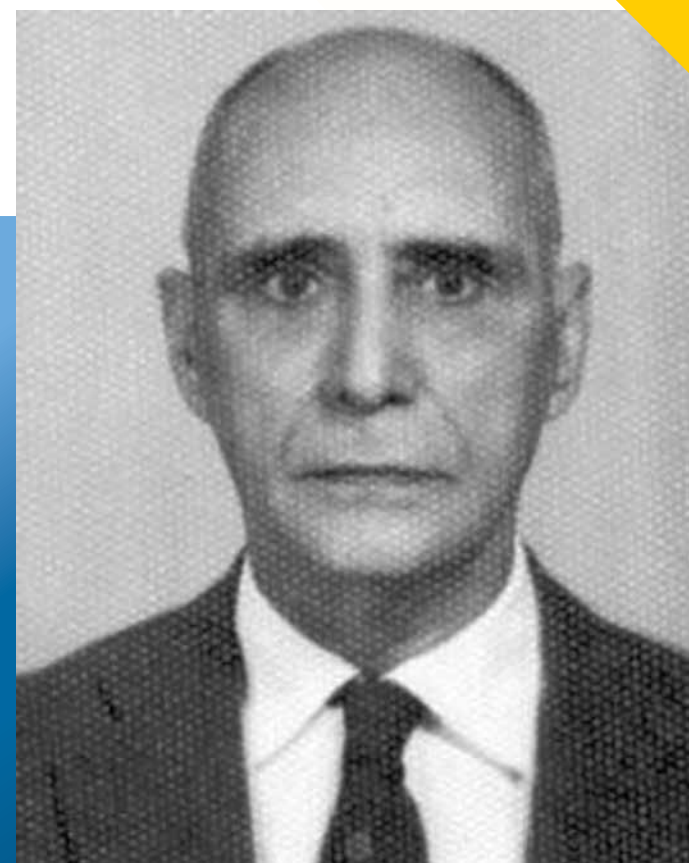


Mozart Victor Russomano nasceu no dia 5 de julho de 1922, em Pelotas, Rio Grande do Sul. Graduou-se, em 1944, Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Porto Alegre. Foi Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Pelotas, de 1945 a 1959; promovido, por merecimento, para o Tribunal Regional da 4ª Região de Porto Alegre, onde permaneceu de 1959 a 1969. Foi professor de várias universidades federais; e eleito presidente do Instituto Latino-Americano de Direito do Trabalho e Previdência Social, com sede na Argentina. Ingressou como Ministro Togado no Tribunal Superior do Trabalho, em 25 de junho de 1969. Foi Vice-Presidente do TST, de 17 de dezembro de 1971 a 19 de dezembro de 1972; Presidente do TST, de 1972 a 1974; e Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, de 1974 a 1976. Aposentou-se em 16 de maio de 1984. Faleceu no dia 17 de outubro de 2010, em Pelotas.

Fonte de Consulta:

Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional.

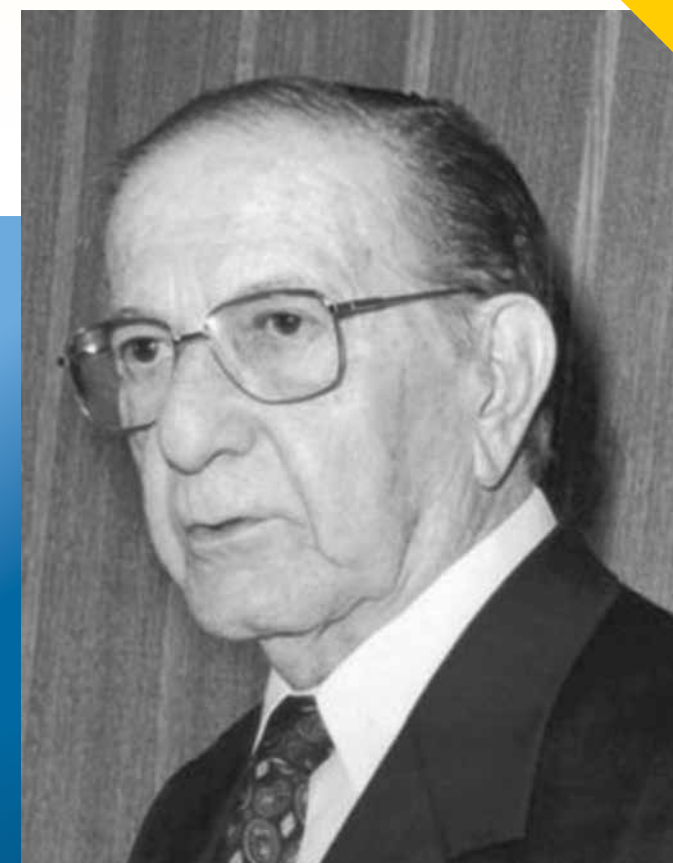
Antônio Rodrigues de Amorim



Antônio Rodrigues de Amorim nasceu no dia 30 de novembro de 1906, no Rio de Janeiro. Integrou a Comissão de Higiene e Segurança do Trabalho como representante da indústria. Foi Vogal dos Empregadores da 7ª Junta de Conciliação e Julgamento do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, em 1946. Foi convocado, pelo mesmo Tribunal Regional, em 1956, para a suplência de Juiz Classista. De 1958 a 1969, exerceu a função de Ministro Classista substituto no âmbito do TST. Tomou posse no Tribunal Superior do Trabalho como Ministro Classista no dia 31 de julho de 1969, permanecendo no cargo até o dia 8 de agosto de 1975, data de sua aposentadoria. Faleceu em 8 de agosto de 1979.

Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional

Elias Bufaiçal



Elias Bufaiçal nasceu no dia 24 de agosto de 1922, em Ipameri, Goiás. Presidiu, por duas gestões, a Federação do Comércio de Goiás, de 1967 a 1970 e de 1980 a 2004. Foi empresário atuante no ramo imobiliário. Presidiu a Associação Comercial e Industrial de Goiás, a Federação das Associações Comerciais e várias outras instituições privadas. Exerceu o cargo de Ministro Classista Representante dos Empregadores no Tribunal Superior do Trabalho, de 17 de dezembro de 1969 a 1º de fevereiro de 1976. Faleceu em 20 de fevereiro de 2007.

Fonte: Acervo da CGEDM- Dossiê

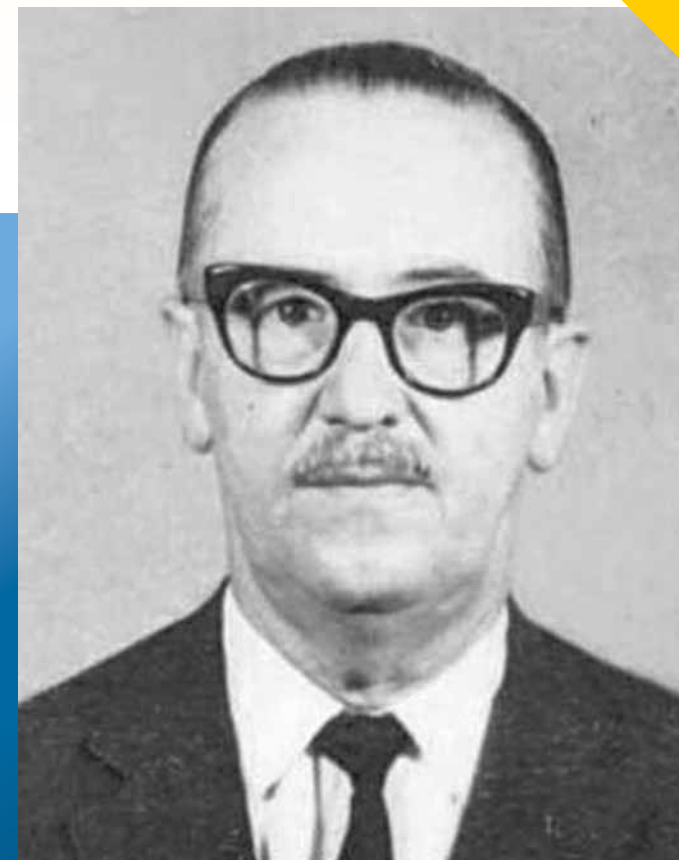
Jeremias Marrocos de Moraes



Jeremias Marrocos de Moraes nasceu no dia 1º de janeiro de 1918, em Bonfim, Bahia. Graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara. Foi advogado militante no foro da Guanabara, desde 1953, atuando na esfera trabalhista e em outros ramos do direito. Foi diretor de Assuntos Sociais e Trabalhistas da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito - CONTEC. Exerceu o cargo de Ministro Classista Representante dos Empregados no Tribunal Superior do Trabalho, de 17 de dezembro de 1969 a 16 de dezembro de 1972.

Fonte: Acervo da CGEDM - Dossiê

Luiz Roberto de Rezende Puech



Luiz Roberto de Rezende Puech nasceu no dia 28 de outubro de 1914, em São Paulo. Graduou-se Bacharel em Ciências e Letras pelo Ginásio de São Bento, em 1932, e em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em 1937. Em São Paulo, atuou, de 1940 a 1941, como Suplente do Juiz-Presidente da 6ª Junta de Conciliação e Julgamento; de 1946 a 1950, como Procurador-Adjunto da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região; em 1961, foi Delegado Regional do Trabalho. Tomou posse no Tribunal Superior do Trabalho, em 6 de maio de 1970, permanecendo no cargo até 1976. Faleceu no dia 29 de dezembro 1989, aos 75 anos.

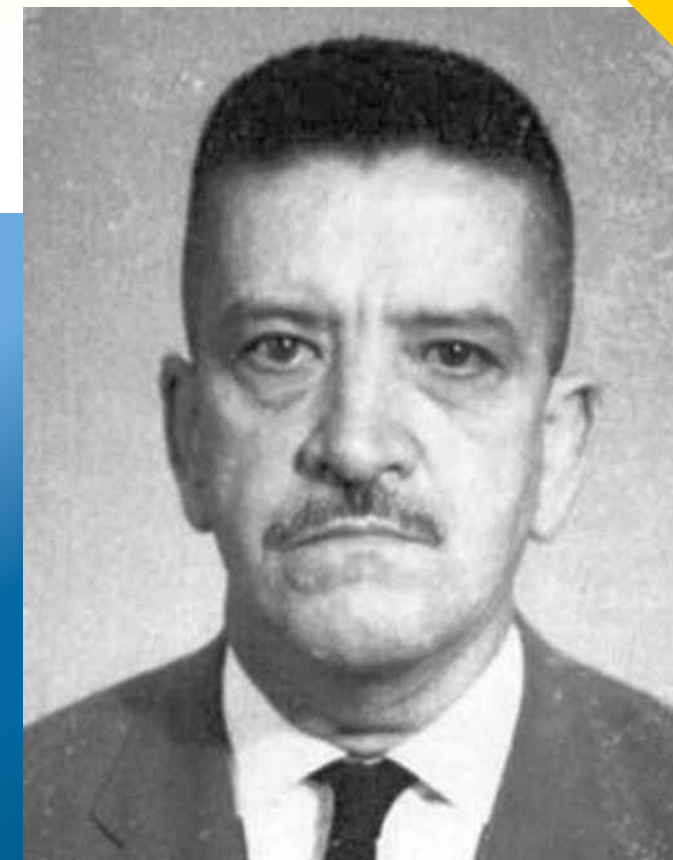
Pedro Luiz Leão Velloso Ebert



Pedro Luiz Leão Velloso Ebert nasceu no dia 1º de junho de 1928, em Guanabara, Rio de Janeiro. Era associado do Sindicato Nacional dos Aeronautas e participou, como Delegado do Brasil, da Conferência Específica sobre Transporte Aéreo da Organização Internacional do Trabalho, em Genebra, em 1974. Exerceu o cargo de Ministro Classista Representante dos Empregados no Tribunal Superior do Trabalho, de 30 de setembro de 1970 a 30 de setembro de 1976. Faleceu no dia 16 de julho de 2014.

Fonte: Acervo da CGEDM - Dossiê do Ministro

Miguel Mendonça



Miguel Mendonça nasceu em 1915, em São João Nepomuceno, Minas Gerais. Graduiu-se Bacharel em Direito. Foi Presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio de Belo Horizonte. Em 25 de agosto de 1970, foi nomeado Ministro Classista Representante dos Empregados no Tribunal Superior do Trabalho, permanecendo no cargo até o dia 8 de novembro de 1971. No mesmo ano, foi nomeado Juiz Representante Classista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional.

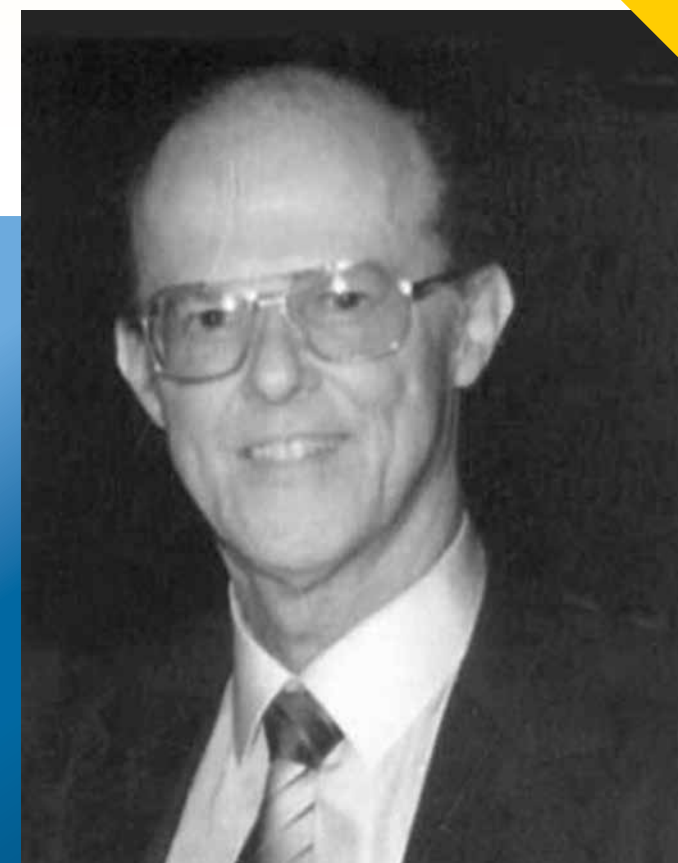
Carlos Alberto Barata Silva



Carlos Alberto Barata Silva nasceu no dia 2 de agosto de 1920, no Rio Grande do Sul. Graduiu-se Bacharel em Direito. Foi Juiz do Trabalho e presidiu as Juntas de Conciliação e Julgamento de São Jerônimo, São Leopoldo e Porto Alegre, de 1945 a 1958. Ingressou no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, em 1958, presidindo o órgão de 1965 a 1968. Ingressou como Ministro Togado no Tribunal Superior do Trabalho, em 1971. Foi Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, de 1978 a 1980; Vice-Presidente do TST, de 1980 a 1982; e Presidente do TST, em 1982, sendo reconduzido ao cargo de 1982 a 1984. Aposentou-se no dia 3 de agosto de 1990. Faleceu em 28 de agosto de 1996.

Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional.

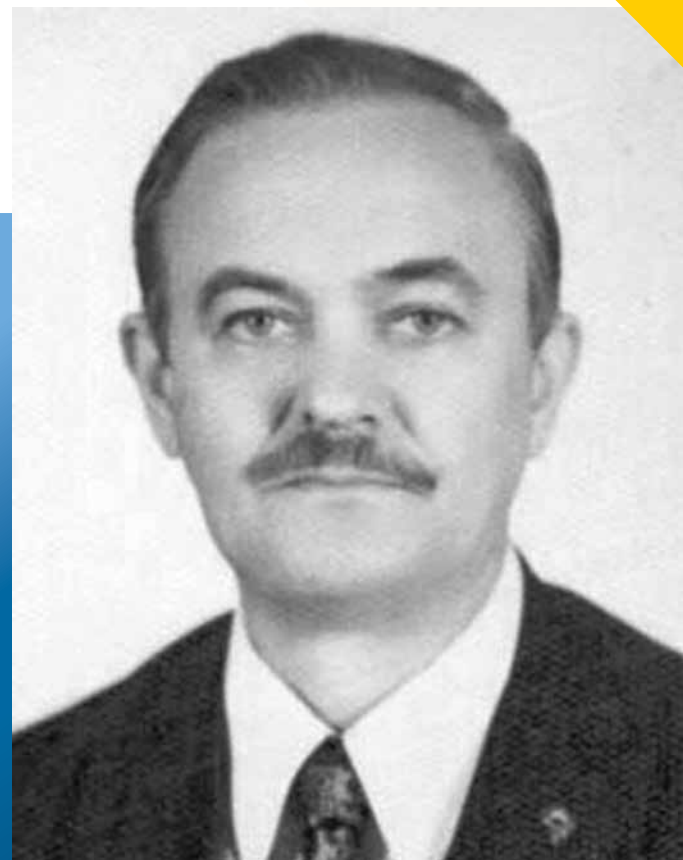
Carlos Coqueijo Torreão da Costa



Carlos Coqueijo Torreão da Costa nasceu no dia 5 de janeiro de 1924, em Salvador, Bahia. Foi compositor, poeta, letrista, maestro, jurista, jornalista, cantor, cronista e atuou no teatro brasileiro. Em 1945, graduou-se Bacharel em Direito pela Universidade Federal da Bahia e, em 1955, concluiu o curso de Filosofia. Foi Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, na Bahia. Em 1º de dezembro de 1971, tomou posse como Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho. Foi Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, de 1980 a 1982; Vice-Presidente do TST, de 1982 a 1984; e Presidente do TST, de 1984 a 1986. Faleceu no dia 20 de janeiro de 1988.

Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional.

Rudor Blumm



Rudor Blumm nasceu no dia 4 de março de 1920 no Município de Santo Antônio da Patrulha, Rio Grande do Sul. Foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados de Novo Hamburgo e presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário do Estado do Rio Grande do Sul. Foi secretário para Assuntos Internacionais e secretário de Finanças, ambos da CNTI. Exerceu o cargo de Ministro Classista Representante dos Empregados no Tribunal Superior do Trabalho, de 3 de fevereiro de 1972 a 2 de fevereiro de 1975.

Fonte: Acervo da CGEDM - Dossiê do Ministro

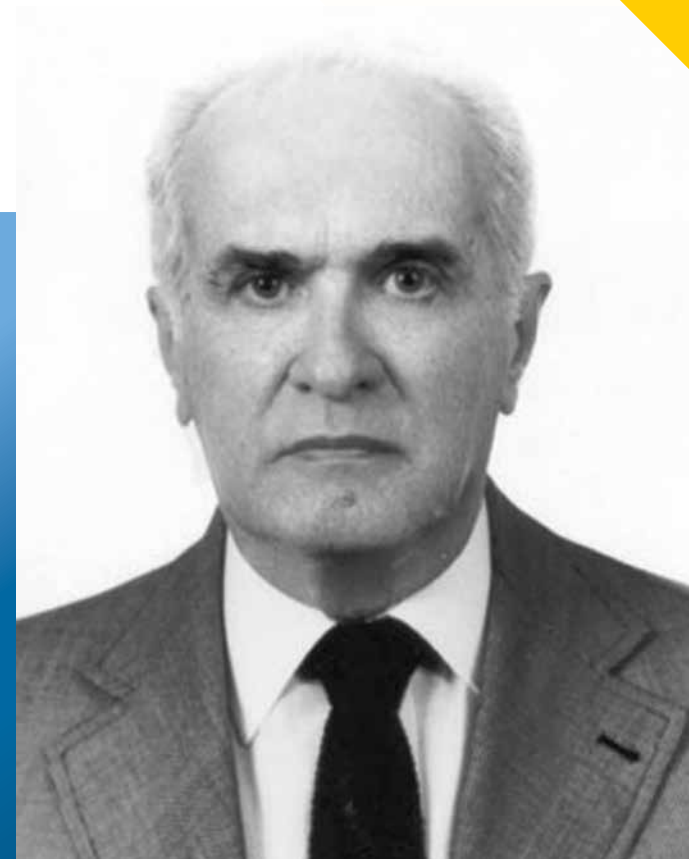
Orlando Coutinho



Orlando Coutinho nasceu em 8 de agosto de 1932. Foi presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres. Exerceu o cargo de Ministro Classista Representante dos Empregados no Tribunal Superior do Trabalho, de 11 de abril de 1973 a 1º de junho de 1982.

Fonte: Acervo da CGEDM – Dossiê

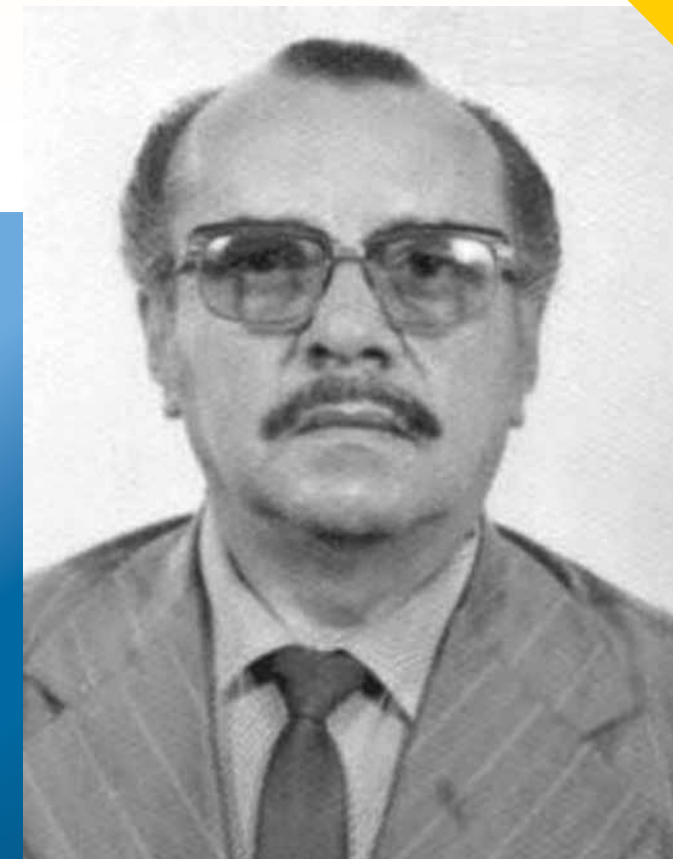
Henrique Lomba Ferraz



Henrique Lomba Ferraz nasceu no dia 22 de dezembro de 1918 no Rio de Janeiro. Exerceu a função de Vogal de Empregadores por indicação do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos do Rio de Janeiro, de junho de 1957 a janeiro de 1975. Durante esse período, foi convocado diversas vezes para a função de Juiz Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região. Em 1976, ingressou como Ministro Classista Representante dos Empregadores no Tribunal Superior do Trabalho, permanecendo por um triênio, até se aposentar no dia 2 de fevereiro de 1979.

Fonte: Acervo da CGEDM - Dossiê

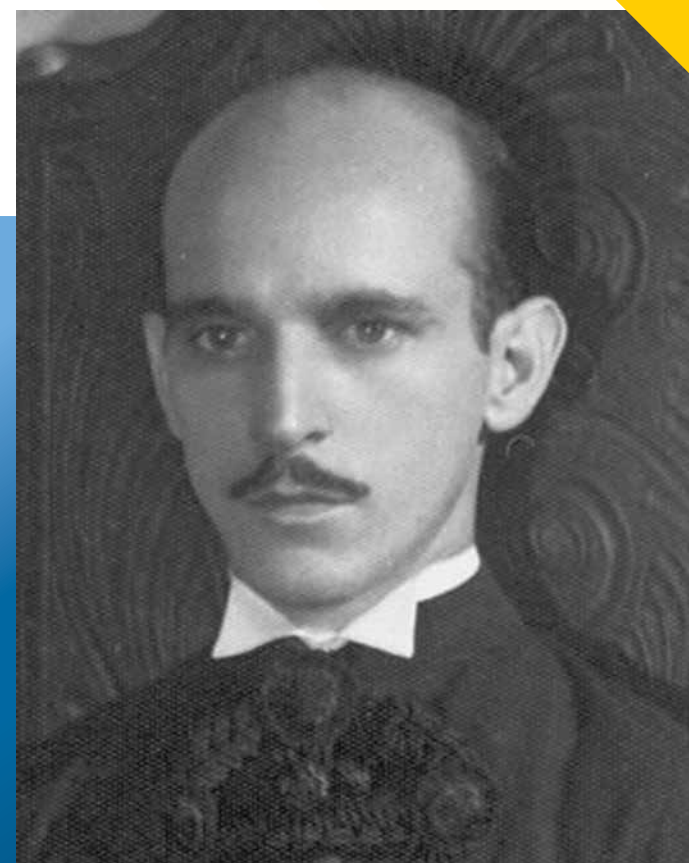
Fernando Alfredo Pequeno Franco



Fernando Alfredo Pequeno Franco nasceu no dia 8 de fevereiro de 1929, em Manaus, Amazonas. Foi representante da Categoria Econômica no Conselho Administrativo da Legião Brasileira de Assistência. Trabalhou na Secretaria de Estado de Transportes do Amazonas e no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), na Prefeitura Municipal de Manaus e no extinto Departamento de Águas e Esgotos do Amazonas. Ingressou como Ministro Classista Representante dos Empregadores no Tribunal Superior do Trabalho, em 1º de dezembro de 1976. Foi reconduzido ao cargo até sua aposentadoria, em 25 de novembro de 1985. Faleceu no dia 11 de julho de 1993, aos 64 anos de idade.

Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional

Lopo de Carvalho Coelho

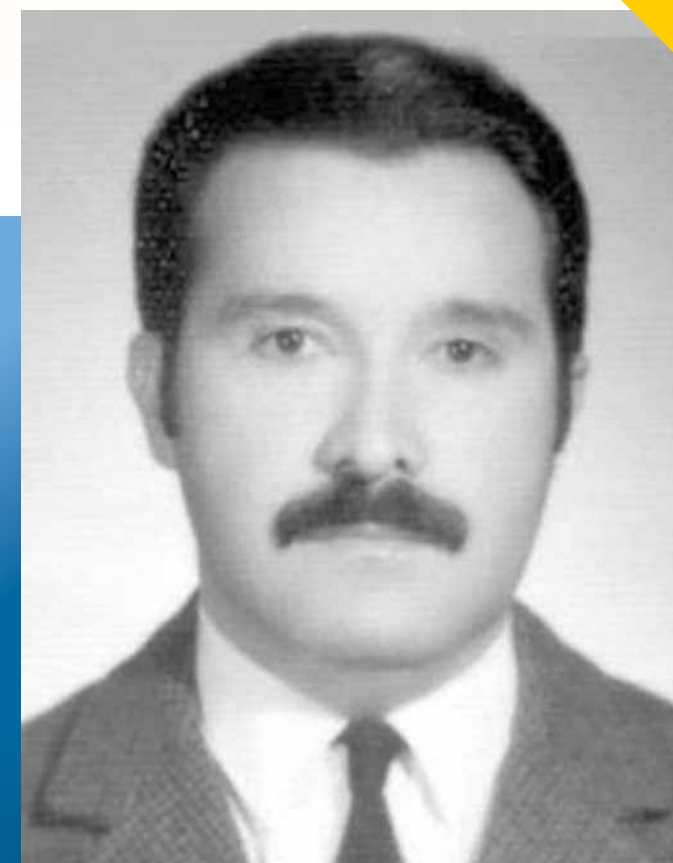


Lopo de Carvalho Coelho nasceu no dia 18 de fevereiro de 1911, em Uruguaiana, Rio Grande do Sul. Graduiu-se Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Niterói. Serviu na Secretaria Geral do Ministério da Guerra. Foi diretor do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em 1946; subchefe do gabinete da Presidência da República; secretário da Agricultura, Indústria e Comércio do Distrito Federal, Rio de Janeiro; e Deputado Federal pelo antigo Distrito Federal e pelo estado da Guanabara. Ingressou como Ministro Classista no Tribunal Superior do Trabalho, em junho de 1977. Aposentou em 5 de setembro de 1979. Faleceu no dia 18 de junho de 1984, aos 73 anos de idade.

Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional.

ABREU, Alzira de & BELOCH, Israel. Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983. Rio de Janeiro. Ed. Forense Universitária: FGV/CPDOC: FINESP, 1984, v. 2.

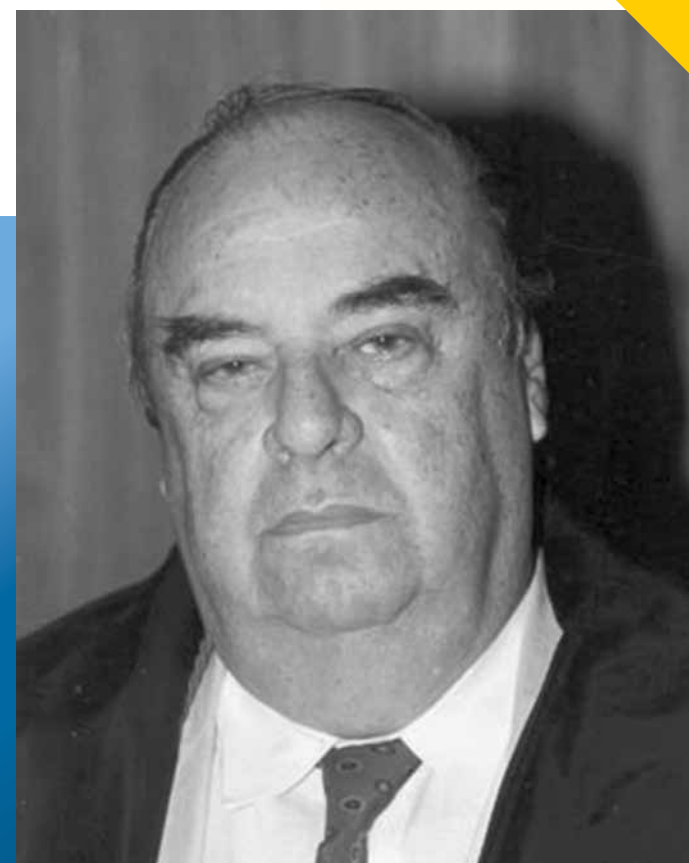
Nelson Tapajós



Nelson Tapajós nasceu no dia 22 de dezembro de 1930, em São Paulo. Foi advogado representante do Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros de São Paulo; Vogal Representante dos Empregadores na 5ª Junta de Conciliação e Julgamento de São Paulo, de 2 de maio a 6 de outubro de 1968; e Juiz Representante dos Empregadores do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, de 1968 a 1974 e de 1974 a 1978. Ingressou como Ministro Classista Representante dos Empregadores no Tribunal Superior do Trabalho, de 25 de janeiro de 1978 a 21 de janeiro de 1987. Faleceu em 24 de julho de 1995.

Fonte: Acervo do TST/CGEDM- Dossiê do Ministro

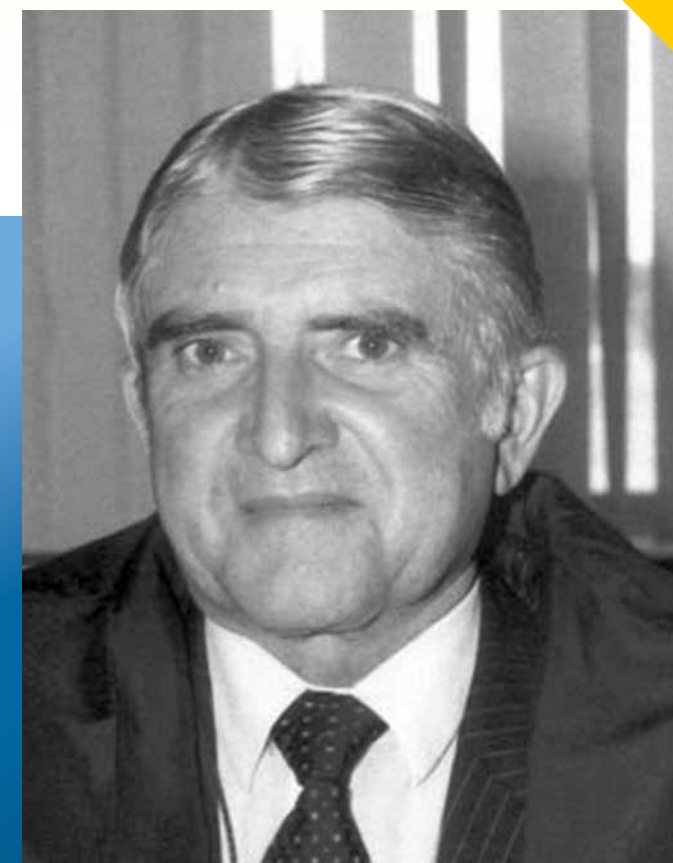
Marcelo Pimentel



Marcelo Pimentel nasceu no dia 13 de setembro de 1925, em Vitória, Espírito Santo. Graduou-se Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1949. Como Oficial de Gabinete trabalhou com os Ministros da Justiça Tancredo Neves, Marcondes Filho, Menezes Pimentel, Nereu Ramos (ex-Presidente da República), dentre outros. Foi nomeado pelo Presidente da República ao cargo de Assessor da Delegação Brasileira na Assembleia das Nações Unidas, em Nova York (1957). Foi Consultor Jurídico do Ministério do Trabalho e Previdência (1960), cargo que exerceu ao longo de 18 anos, até ser nomeado Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST). O Ministro participou como Conselheiro Técnico na 49ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho - OIT (Genebra); foi Delegado do Governo na Reunião do Centro Interamericano para El Desarrollo Del Conocimiento en la Formación Profesional - CINTERFOR, em (Buenos Aires); Delegado do Governo na Reunião de Assuntos Trabalhistas do Conselho Interamericano Social e Econômico da OEA (Lima- Peru); Delegado do Governo na Conferência da Comissão Técnica dos Trabalhadores nas Indústrias de Ferro e Aço na OIT (Genebra). Foi Membro nato da extinta Comissão Permanente de Direito Social; Presidente do Grupo de Trabalho incumbido de consolidar a jurisprudência sobre a Lei Orgânica da Previdência Social; Presidente do Conselho Fiscal da Fundação da Casa Popular, como substituto do Ministro de Estado. Foi autor do Projeto que resultou a Lei nº. 7701, que dividiu o TST em Seções Normativas. Tomou posse no TST no dia 4 de outubro de 1978. Exerceu a Presidência da Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho, por mais de cinco anos. Tornou-se Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, no período de 1982 a 1984. Exerceu a Vice-Presidência do TST, de 1984 a 1986, e foi eleito Presidente para o mandato de 1986 a 1988. Foi homenageado com diversas condecorações, dentre elas a Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho e a Grã-Cruz da Ordem do Mérito do Trabalho. Foi designado pelo Presidente da República, para participar como representante do TST e do Poder Judiciário, na Comissão Constitucional do Centenário da República, 1988. Em 1992, foi novamente designado pelo Presidente da República, agora para compor a Comissão do Bicentenário de Tiradentes. Exerceu o cargo de Ministro do Trabalho, durante o governo Itamar Franco. Aposentou-se em 4 de maio de 1994. Faleceu no dia 3 de maio de 2018, aos 92 anos de idade.

Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional. Disponível em <https://www.tst.jus.br/web/guest/galeria-dos-ex-dirigentes1>. Consulta em 4 mar. 2021.

Expedito de Azevedo Amorim



Expedito de Azevedo Amorim nasceu no dia em 16 de setembro de 1925, em Martins, Rio Grande do Norte. Foi corretor e inspetor na Sul América - Cia. Nacional de Seguros de Vida; inspetor geral na empresa "A Equitativa dos Estados Unidos do Brasil"; e diretor comercial na "Cia. Industrial do Rio Grande do Norte-COIRG". Foi empresário, de 1961 a 1967, e sua empresa denominava-se "Expedito Amorim e Cia. Ltda". Ingressou como Ministro Classista Representante dos Empregadores no Tribunal Superior do Trabalho em 12 de março de 1979. Permaneceu no TST até 1º de março de 1985, quando aposentou-se. Faleceu em 17 de setembro de 2007, em Brasília, aos 82 anos de idade.

Fonte: Acervo da CGEDM - Dossiê do Ministro

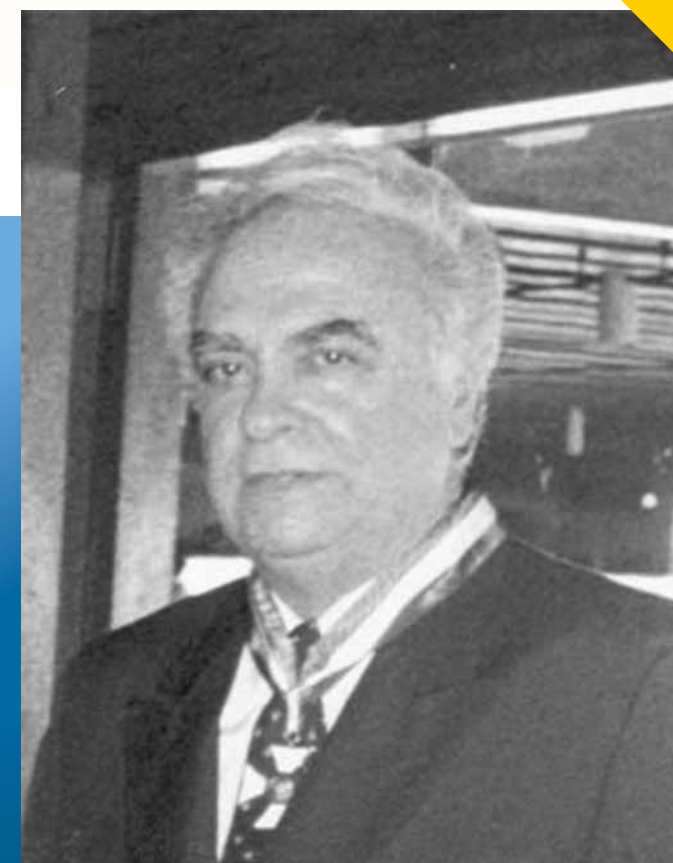
Leopoldo Cesar de Miranda Lima Filho



Leopoldo Cesar de Miranda Lima Filho nasceu no dia em 11 de maio de 1916, no Rio de Janeiro. Graduou-se Bacharel em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, em 1943. Foi Presidente da Seccional da OAB do Distrito Federal; Consultor-Geral da República; e Procurador-Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Atuou no magistério, como professor de Direito do Trabalho na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Exerceu o cargo de Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho, de 30 de abril de 1980 a 29 de setembro de 1981, data de sua aposentadoria. Faleceu no dia 27 de outubro de 2003.

Fonte: Acervo da CGEDM - Dossiê do Ministro

Marco Aurélio Prates de Macedo

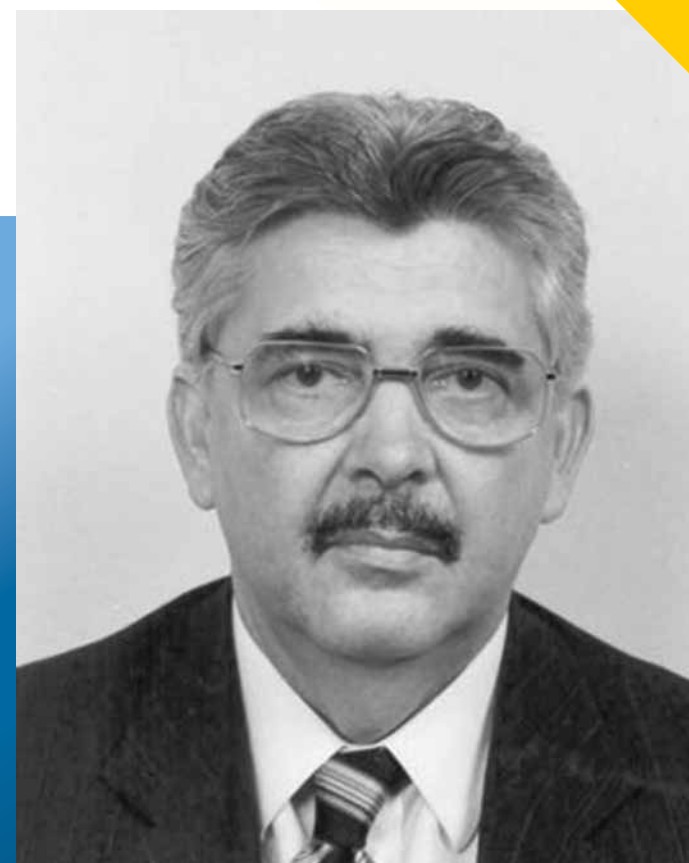


Marco Aurélio Prates de Macedo nasceu em São Gabriel, Rio Grande do Sul, no dia 28 de julho de 1921. Foi Procurador-Geral da Justiça do Trabalho de 1970 a 1980. Em 30 de abril de 1980, foi nomeado Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho. Participou da 71ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra e do Congresso Internacional Brasileiro de Direito do Trabalho e Previdência Social, em 1984. Foi Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, de 1984 a 1986; Vice-Presidente do TST, de 1986 a 1988; eleito Presidente do Tribunal, de 1988 a 1991. Aposentou-se em 29 de julho de 1991 e faleceu no dia 30 de março de 2008.

Em 18 de outubro de 2010, foi inaugurada a nova sede do Fórum Trabalhista de Ribeirão Preto, o edifício recebeu o nome de "Marco Aurélio Prates de Macedo", uma homenagem do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região ao Ministro Prates de Macedo.

Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional. Disponível em <https://www.tst.jus.br/web/guest/galeria-dos-ex-dirigentes1>. Consulta em 4 mar. 2021.

Luiz José Guimarães Falcão



Luiz José Guimarães Falcão nasceu em Porte Alegre (RS), no dia 16 de maio de 1934. Graduou-se como Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 1958. Em 1963, assumiu o cargo de Juiz do Trabalho Substituto no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. No período de 1963 a 1976, atuou como Juiz Presidente nas Juntas de Conciliação e Julgamento de Santa Rosa (RS), Lageado (RS), Novo Hamburgo (RS) e Porto Alegre (RS). Em 1976, assumiu o cargo de Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (Curitiba), onde foi Presidente no período de 1978 a 1980. Presidiu a Associação dos Magistrados da 4ª Região, de 1969 a 1970. Foi um dos fundadores da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho, tendo ocupado a Vice-Presidência da entidade no período de 1978 a 1980. Foi Comendador da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho (1979). Foi homenageado com a medalha Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho (1981) e com o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná (1982). Recebeu a Condecoração de Grande Oficial da Ordem do Mérito Aeronáutico e a de Grande Oficial da Ordem do Mérito Judiciário Militar. Foi membro do Instituto Ibero-americano de Direito do Trabalho. Tomou posse como Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho, no dia 2 de julho de 1981. Assumiu o cargo de Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, no período de 1986 a 1988. Exerceu a Vice-Presidência do TST, entre 1988 e 1991. Foi eleito Presidente do Tribunal Superior do Trabalho para mandato de 1991 a 1993. Aposentou-se no dia 10 de maio de 1995.

Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional. Disponível em <https://www.tst.jus.br/web/guest/galeria-dos-ex-dirigentes1>. Consulta em 4 mar. 2021.

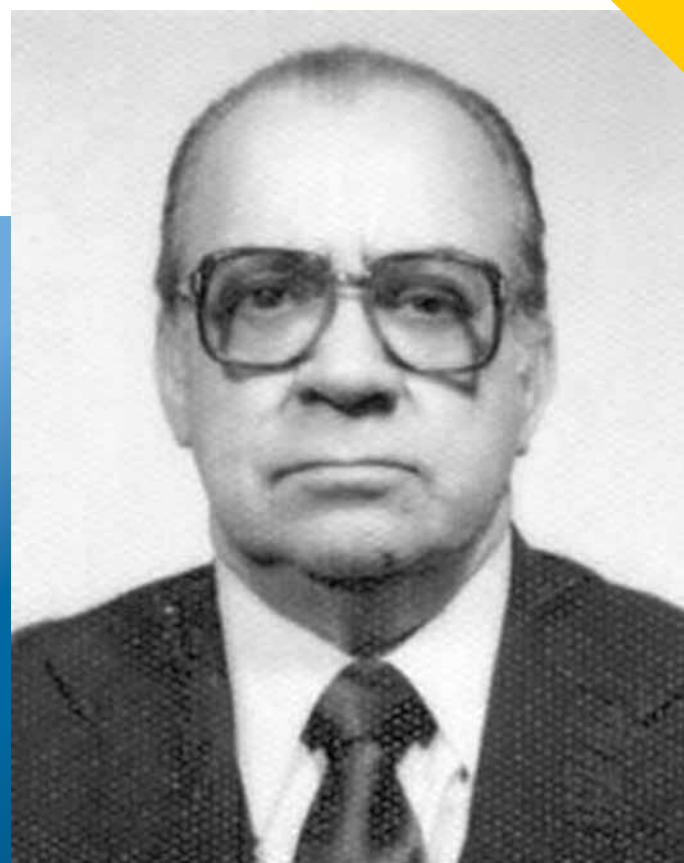
Marco Aurélio Mendes de Farias Mello



Marco Aurélio Mendes de Farias Mello nasceu no Rio de Janeiro (RJ), em 12 de julho de 1946. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1973. Fez o Mestrado em Direito Privado na mesma Faculdade, obtendo o certificado de capacitação em 1982.

Integrou o Ministério Público junto à Justiça do Trabalho da Primeira Região, de 1975 a 1978. Ingressando na Magistratura, foi Juiz Togado do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, de 1978 a 1981. Foi Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho, no período de setembro de 1981 a junho de 1990. Foi Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, de dezembro de 1988 a junho de 1990; Presidente da Primeira Turma, no biênio 1985/1986, reeleito para o biênio 1987/1988; Membro do Conselho da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho; Membro da Comissão encarregada das comemorações do Centenário de Nascimento do Ministro Lindolfo Collor. Nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal, por decreto de 28 de maio de 1990, para a vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Carlos Madeira, tomou posse em 13 de junho de 1990.

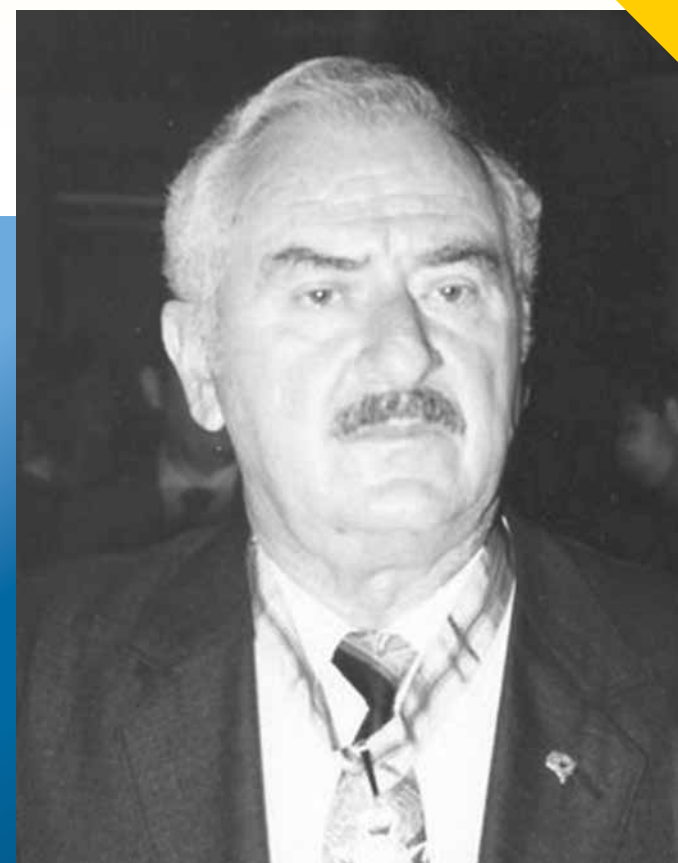
Ildelio Martins



Ildelio Martins nasceu no dia 19 de outubro de 1916, no Rio de Janeiro. Tomou posse como Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, no dia 22 de setembro de 1953. Em 16 de fevereiro de 1954, foi promovido, por antiguidade, para o cargo de Juiz do Trabalho, presidente da 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Santos. Foi Diretor-Geral do Departamento Nacional do Trabalho e Presidente da OAB Seção de São Paulo. Exerceu o cargo de Ministro Togado no Tribunal Superior do Trabalho, de 4 de novembro de 1981 a 16 de outubro de 1986. Faleceu em 10 de julho de 1999.

Fonte: Dossiê dos Ministros – CGEDM

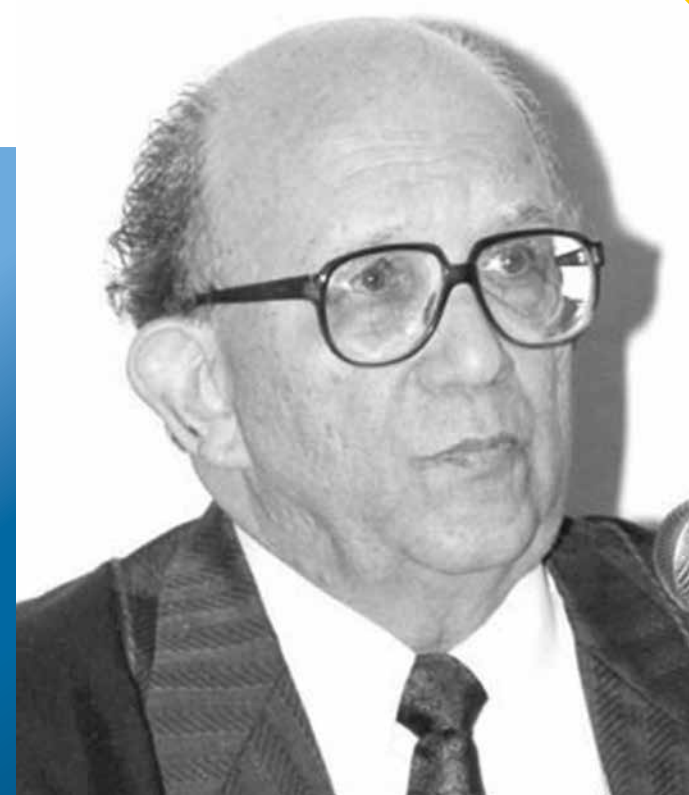
João Wagner



João Wagner nasceu no dia 13 de fevereiro de 1928, em Curitiba, Paraná. Foi Presidente eleito da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), de maio de 1964 a 1968; Secretário-Geral da CNTI, de fevereiro de 1972 a maio de 1974; e Secretário de Educação da CNTI, de 1974 a 1980. Em 1981, foi nomeado Ministro Classista Representante dos Empregados no Tribunal Superior do Trabalho, permanecendo por dois triênios. Foi nomeado delegado dos trabalhadores na 50ª Conferência Internacional do Trabalho em Genebra. Aposentou-se 15 de fevereiro de 1987.

Fonte: Acervo da CGEDM - Dossiê do Ministro

Orlando Teixeira da Costa



Orlando Teixeira da Costa nasceu em Belém, Pará, em 12 de março de 1929. Graduiu-se Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará. Ingressou na magistratura trabalhista em 1957, como Suplente de Juiz Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento. De 1959 a 1967, foi Juiz Presidente da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belém. Em 1967, tornou-se Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (Pará), onde exerceu a presidência por cinco mandatos, entre 1971 e 1980. Tomou posse como Ministro Togado no Tribunal Superior do Trabalho em 16 de junho de 1982. Foi Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho no período de 12/06/1990 a 06/02/1991. Exerceu a Vice-Presidência entre 1991 e 1993. Assumiu a Presidência do TST no biênio de 1993 a 1995. Em 1993, o Pleno do TST autorizou o Ministro, então Presidente do Tribunal, a solicitar ao Governo do Distrito Federal um terreno para a construção da nova sede do TST. A escritura foi lavrada em 1994, ano em que foi assinado o contrato com o escritório de arquitetura de Oscar Niemeyer, para a elaboração do projeto arquitetônico. O Ministro Orlando Teixeira da Costa aposentou-se no dia 21 de outubro de 1997. Faleceu no dia 1º de março de 1998.

Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional. Disponível em <https://www.tst.jus.br/web/guest/galeria-dos-ex-dirigentes1>. Consulta em 4 mar. 2021.

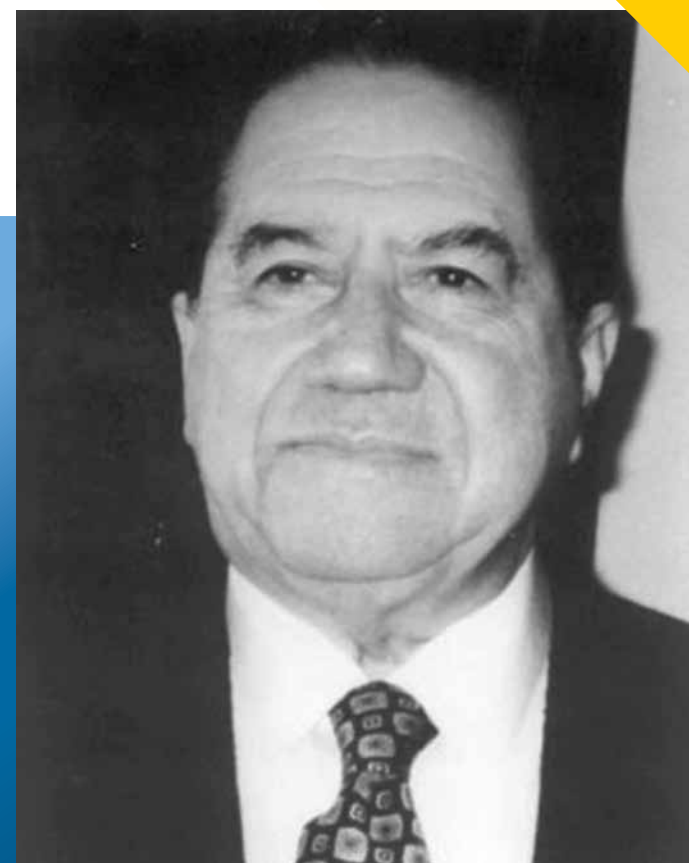
Hélio de Souza Regato de Andrade



Hélio de Souza Regatto Andrade nasceu no dia 11 de fevereiro de 1938, no Rio de Janeiro. Ingressou como Ministro Classista no Tribunal Superior do Trabalho no dia 20 de setembro de 1982 e foi reconduzido ao cargo trienalmente até a data de sua aposentadoria. Prestou serviço à empresa Rede Ferroviária S.A. Foi Juiz Classista na Junta de Conciliação e Julgamento do Rio de Janeiro. Participou da Conferência da Federação Internacional dos Transportes realizada no Peru, em 1985. Aposentou-se em abril de 1992.

Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional

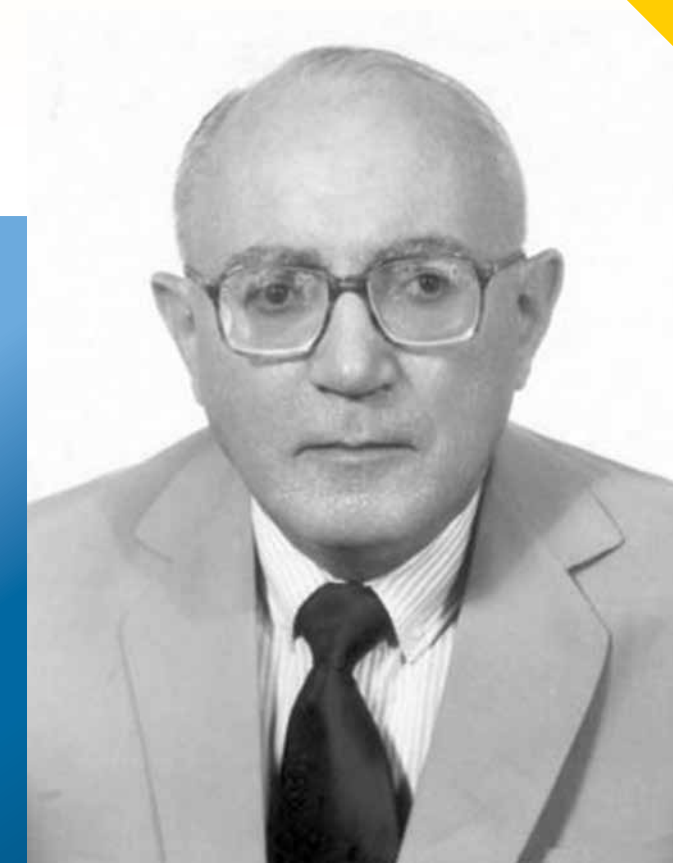
Ranor Thales Barbosa da Silva



Ranor Thales Barbosa da Silva nasceu na cidade de João Pinheiro-MG, em 11 de agosto de 1918. Foi nomeado Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho, em 31 de maio de 1983. Representou o Brasil na 68ª Conferência Internacional do Trabalho, em junho de 1982, e representou o TST na 73ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1987, ambas realizadas em Genebra. Aposentou-se em 18 de agosto de 1988. Faleceu em 10 de outubro de 2000, no Rio de Janeiro.

Fonte: Acervo da CGEDM - Dossiê do Ministro

Antônio Lamarca



Antônio Lamarca nasceu em 22 de agosto de 1925, em São Paulo. Atuou como advogado em São Paulo, de 25 de maio de 1949 a 21 de fevereiro de 1956. Foi Juiz do Trabalho e Presidente da Junta de Julgamento e Conciliação de Campinas e da 16ª Junta de Conciliação e Julgamento de São Paulo, de 1956 a 1983. Tomou posse como Ministro Togado no Tribunal Superior do Trabalho em 1º de junho de 1983, onde permaneceu até 16 de abril de 1984. Faleceu em 25 de fevereiro de 1995, em São Paulo.

Fonte: Acervo da CGEDM - Dossiê do Ministro

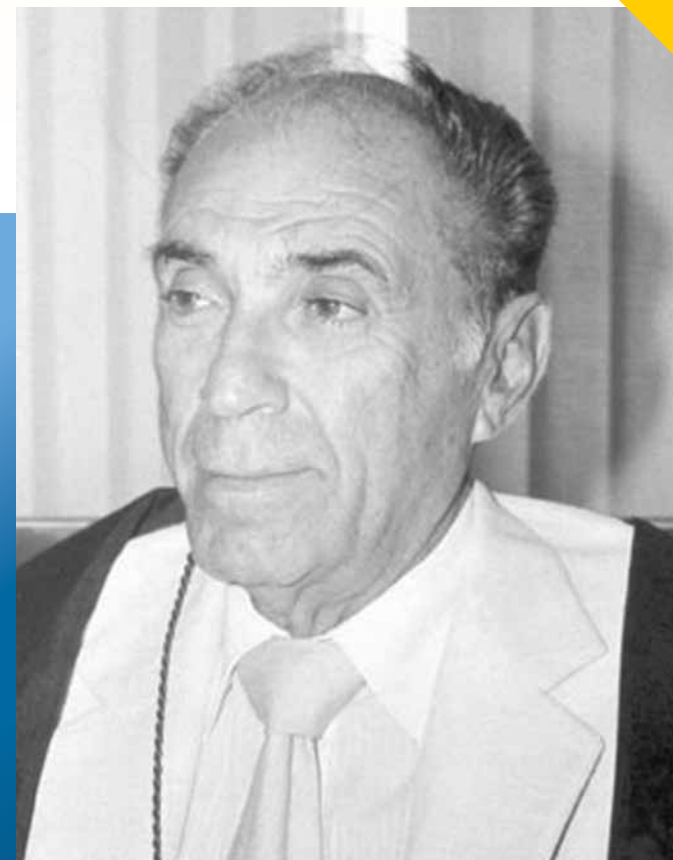
José Ajuricaba da Costa e Silva



José Ajuricaba da Costa e Silva nasceu na cidade de Rio das Flores (RJ), em 1º de junho de 1926. Em 1952, graduou-se Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), onde também, anos mais tarde, concluiu o Doutorado. Ainda no campo acadêmico, realizou estágio de especialização em duas instituições estadunidenses a Columbia University School of Law, em Nova Iorque, e o International and Comparative Law Center, no Texas. Em janeiro de 1971, foi promovido por merecimento ao cargo de Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, em Recife (PE). Entre 1981 e 1983, exerceu a Presidência do TRT 6ª, sendo que, em 20 de junho de 1984, foi nomeado Ministro do TST. Foi Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, no período de 1991 a 1993. Vice-Presidente do TST entre 1993 e 1995 e Presidente de 1995 a 1996, porém não pôde completar o mandato na Presidência, pois em 3 de junho de 1996 se aposentou em razão de ter completado 70 anos. Concomitantemente com a magistratura, exerceu, por mais de 30 anos, o magistério superior, tendo lecionado disciplinas de Direito Comercial, Direito do Trabalho, Direito da Navegação e Legislação Social na UFPE, na Universidade de Brasília (UnB) e na Universidade Católica de Pernambuco. Foi também Juiz do Tribunal Administrativo da Organização dos Estados Americanos (OEA), membro do Instituto Latino Americano de Derecho Del Trabajo y de La Seguridad Social, membro da Academia Nacional de Direito do Trabalho, membro efetivo da Sociedade Internacional de Direito do Trabalho e da Seguridade Social, sócio-fundador e Presidente da Associação dos Magistrados do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. No decurso de sua carreira, participou de inúmeros Congressos e Seminários sempre na posição destacada de expositor ou congressista. Publicou mais de 40 artigos em revistas especializadas em Direito do Trabalho, participou de diversos livros de autoria coletiva, além de ter assinado coluna no Caderno Direito e Justiça do jornal Correio Braziliense, entre 1993 e 1996. Recebeu numerosas condecorações, dentre as quais: Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, concedida pelo TST; Ordem do Mérito do Trabalho, concedida pelo antigo Ministério do Trabalho e Previdência Social; Ordem do Mérito dos Guararapes, do Estado de Pernambuco e a Grande Medalha da Inconfidência, do Estado de Minas Gerais. O ministro faleceu no dia 12 de abril de 2017, em Brasília.

Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional. Disponível em <https://www.tst.jus.br/web/guest/galeria-dos-ex-dirigentes1>. Consulta em 4 mar. 2021.

Pajehu Macedo da Silva



Pajehú Macedo Silva nasceu no dia 30 de junho de 1921, em Bajé, Rio Grande do Sul. Atuou como Juiz do Trabalho nas Juntas de Conciliação e Julgamento de Caxias de Sul e de São Leopoldo, bem como na 3ª Juntas de Conciliação e Julgamento de Porto Alegre. Foi promovido, por merecimento, para o cargo de Juiz Togado do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Foi eleito Presidente do TRT da 4ª Região por três biênios consecutivos, de 1971 a 1977. Foi nomeado, em 8 de agosto de 1984, Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho, em vaga decorrente da aposentadoria do ministro Mozart Victor Russomano. Aposentou-se em 25 de abril de 1985. Faleceu em 26 de dezembro de 2006.

Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional.

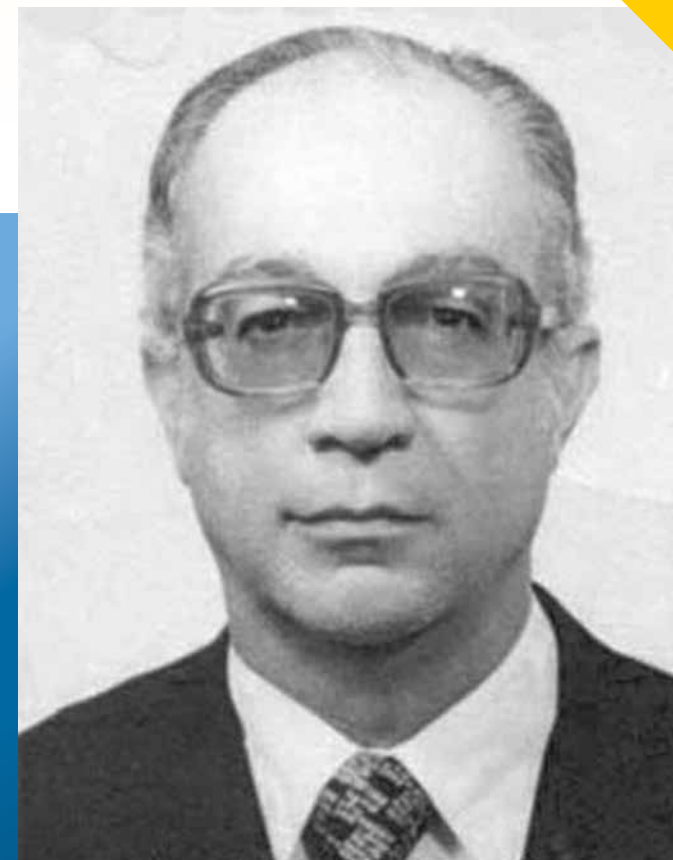
Herminio Mendes Cavaleiro



Herminio Mendes Cavaleiro nasceu no dia 25 de abril de 1926, em Manaus, Amazonas. Exerceu os cargos de Secretário do Sindicato das Empresas de Transportes, no Ceará; Vogal representante dos empregadores na Junta de Conciliação de Quixadá, situada na 7ª Região da Justiça do Trabalho, Ceará; e Presidente da Confederação Nacional dos Transportes Terrestre e da Federação das Empresas de Transportes Rodoviários do Norte e Nordeste – FETRONNOR, em Recife, Pernambuco. Foi Ministro Classista Representante dos Empregadores do Tribunal Superior do Trabalho, de 13 de março de 1985 a 12 de março de 1988. Em 28 de maio de 1990, foi nomeado suplente de Ministro Classista temporário no TST. Faleceu em 22 de maio de 2013, em Fortaleza.

Fonte: Acervo da CGEDM - Dossiê do Ministro

Luiz Philippe Vieira de Mello

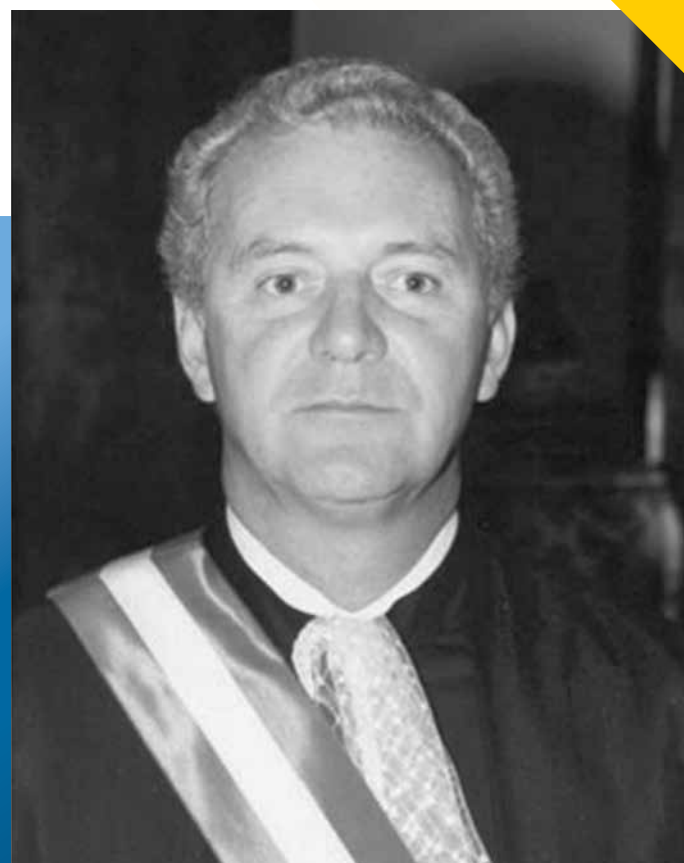


Luiz Philippe Vieira de Mello nasceu no Rio de Janeiro, em 26 de abril de 1922. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade Nacional do Rio de Janeiro, em 1945. Foi Professor Titular da segunda cadeira de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Minas Gerais, no período de 1963 a 1964. Foi nomeado, em 27 de dezembro de 1946, para exercer o cargo de Juiz do Trabalho Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Goiânia, Goiás, com exercício em 1º de março de 1947. Foi removido, em 1953, para 3ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belo Horizonte e convocado para o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, de 1959 a 1966, tornando-se Juiz da 2ª Instância em 1966. Atuou no Tribunal Superior do Trabalho em substituição a diferentes Ministros em licença temporária entre 1971 e 1985. Foi eleito Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região para o biênio de 1973 a 1975. Exerceu o cargo de Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho, de 27 de junho de 1985 a 17 de maio de 1990. Faleceu em Belo Horizonte, em 18 de agosto de 2001.

Fonte: Acervo da CGEDM - Dossiê do Ministro

<http://www.trt3.jus.br/#>

Norberto Silveira de Souza



Norberto Silveira de Souza nasceu em Itajaí, Santa Catarina, em 6 de junho de 1938. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Santa Catarina, em 1964. Foi presidente licenciado do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas (SINTTEL - SC); encarregado de Serviço da Secretaria do Interior e Justiça do Governo (SC); chefe do protocolo da Secretaria do Interior e Justiça do Governo (SC); advogado; diretor e representante no Conselho da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas (FENATTEL). Foi Ministro Classista Representante dos Empregados do Tribunal Superior do Trabalho, de 9 de janeiro de 1986 a 26 de abril de 1992.

Fonte: Acervo da CGEDM - Dossiê do Ministro

Orlando Sozinho Lobato



Orlando Sozinho Lobato nasceu em Mauaná, Pará, em 11 de janeiro de 1930. Foi Presidente da Federação e Centro do Comércio do Estado do Pará e do Conselho Regional do SESC/SENAC, além de Diretor de Relações Públicas da Confederação Nacional do Comércio. Exerceu os cargos de suplente de Vogal Representante dos Empregadores da 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, Pará; Vogal da 3ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, Pará; suplente de Juiz Classista e Juiz Classista no Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região. Ingressou como Ministro Classista Representante dos Empregadores no Tribunal Superior do Trabalho, de 14 de janeiro de 1986 a 20 de janeiro de 1987. Faleceu em 21 de janeiro de 1987.

Fonte: Acervo da CGEDM - Dossiê do Ministro

João Américo de Souza



João Américo de Souza nasceu em Coroatá, Maranhão, no dia 4 de fevereiro de 1932. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito de São Luís, Maranhão, em 1956. Exerceu os cargos de Procurador-Geral da Justiça do Estado do Maranhão e Secretário de Estado Chefe da Assessoria Especial do Governador do Maranhão. Foi advogado fundador da OAB em Brasília; e eleito Deputado Federal e Senador pelo Estado do Maranhão. Exerceu o cargo de Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho, de 15 de dezembro de 1986 a 18 de agosto de 1988, data em que se aposentou.

Fonte: Acervo da CGEDM - Dossiê do Ministro

Fernando Vilar



Fernando Vilar nasceu em Taperoá, Paraíba, no dia 30 de julho de 1948. Graduou-se em Administração de Empresas e em Ciências Jurídicas e Sociais. Foi funcionário do Banco do Estado da Paraíba S/A; Vogal da 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa; suplente de Vogal da Junta de Recursos da Previdência Social (JRPS); assessor para Assuntos Sindicais junto ao Gabinete do Governador do Estado da Paraíba; e Presidente do Sindicato e da Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários da Paraíba. Exerceu o cargo de Ministro Classista Representante dos Empregados no Tribunal Superior do Trabalho, de 17 de junho de 1987 a 14 de junho de 1993, data de sua aposentadoria. Faleceu em 15 de janeiro de 2018.

Fonte: Acervo da CGEDM - Dossiê do Ministro

José Carlos da Fonseca



José Carlos da Fonseca nasceu em São José do Calçado, Espírito Santo, no dia 21 de julho de 1931. Graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais e Sociologia pela Universidade Federal do Espírito Santo e em Filosofia pela Academia Brasileira de Letras no Rio de Janeiro. Foi advogado, jornalista, empresário rural, procurador autárquico do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Deputado Estadual e Deputado Federal. Exerceu o cargo de Ministro Classista Representante dos Empregadores do Tribunal Superior do Trabalho, de 18 de junho de 1987 a 6 de junho de 1993. Faleceu em 25 de novembro de 2007.

Fonte: Acervo da CGEDM - Dossiê do Ministro

Aurélio Mendes de Oliveira



Aurélio Mendes de Oliveira nasceu no dia 2 de dezembro de 1926, em Correntes, Pernambuco. Bacharelou-se em Direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas, em São Paulo. Foi designado para a função de Suplente Vogal para representação dos empregadores no triênio 1965/1968 nas 8ª e 16ª Juntas de Conciliação e Julgamento de São Paulo; e, no biênio 1968/1980, nas 1ª e 4ª Juntas de Conciliação e Julgamento de São Paulo. Exerceu a função de Suplente de Juiz Classista junto ao Tribunal Regional de Trabalho da 2ª Região, de 1978 a 1987. De 25 de junho de 1987 a 14 de junho de 1990, exerceu o cargo de Juiz Classista Representante dos Empregadores no Tribunal Superior do Trabalho. Aposentou em 19 de novembro de 1990, aos 63 anos de idade.

Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional

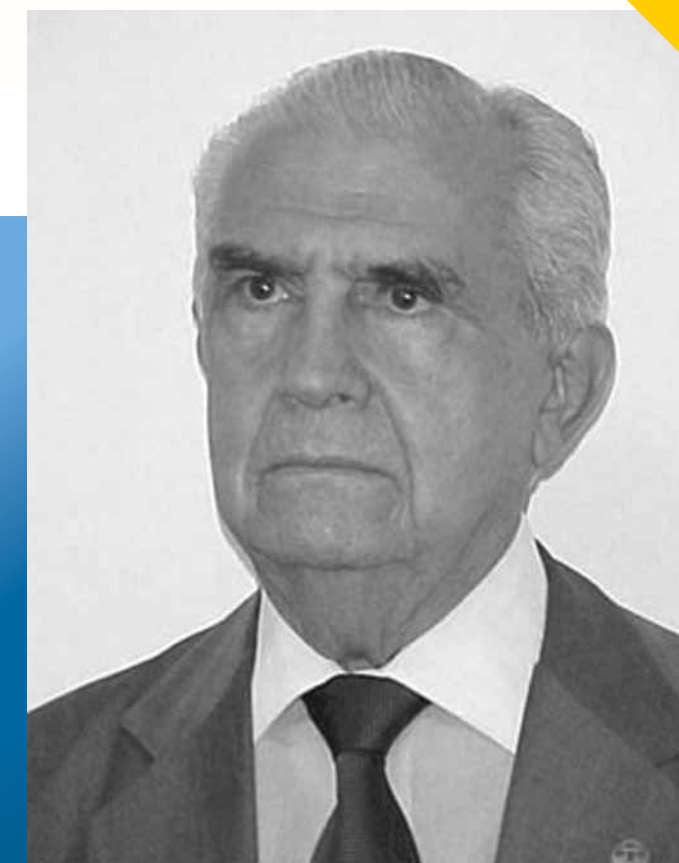
Ermes Pedro Pedrassani



Ermes Pedro Pedrassani nasceu em Soledade (RS), em 03 de maio de 1937. Graduou-se Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Em 1973, concluiu a Pós-Graduação em Direito do Trabalho na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Especializou-se também no *Course in Collective Bargaining in the United States Industrial Relations Research Institute* na Universidade de Wisconsin, nos Estados Unidos da América. Foi Juiz Togado do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, tendo presidido o Tribunal no período de 1981 a 1983. Em 14 de abril 1988, foi nomeado Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Foi condecorado com a Medalha do *National Labor Relations*, em Washington, nos Estados Unidos. Recebeu a insígnia da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, no Grau de Comendador. Foi Membro de Honra no VIII Congresso Nacional de *Derecho Del Trabajo y de La Seguridad Social*. Foi homenageado por ocasião das comemorações pelos 30 e 40 anos da Justiça do Trabalho no Brasil. Tornou-se Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, no período de 1993 a 1995. Exerceu a Vice-Presidência de 1995 a 1996 e a Presidência do TST, no período de 1996 a 1998. Aposentou-se em 12 de março de 1999.

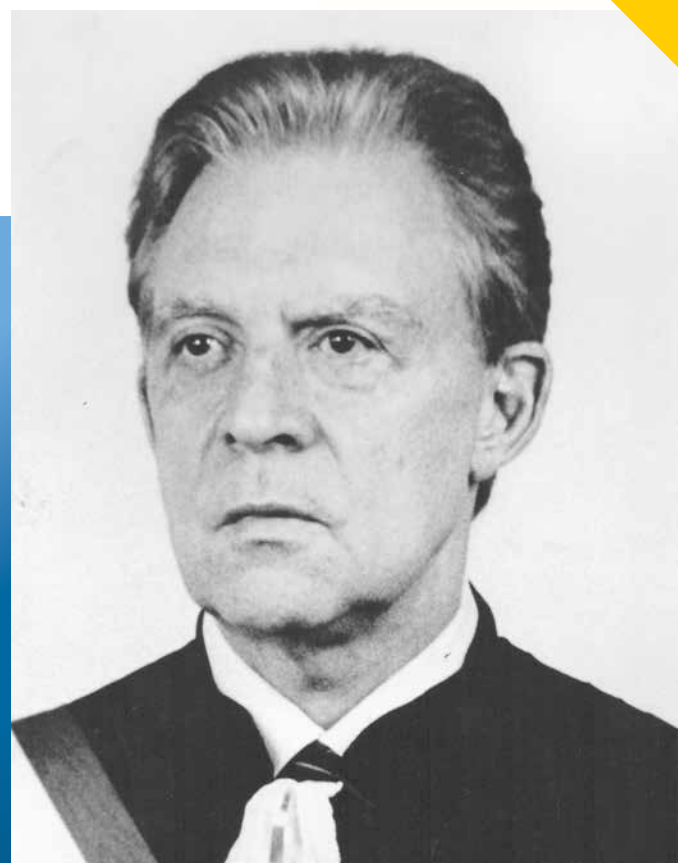
Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional. Disponível em <https://www.tst.jus.br/web/guest/galeria-dos-ex-dirigentes1>. Consulta em 4 mar. 2021.

Antônio Nonnato do Amaral



Antônio Nonnato do Amaral nasceu em Belém, Pará, no dia 16 de maio de 1926. Foi eleito Deputado Estadual, em 1966, pela Aliança Nacional Renovadora (ARENA) e exerceu o cargo por três mandatos consecutivos, de 1967 até 1979. Exerceu dois mandatos consecutivos como Deputado Federal pelo Estado do Pará, nos períodos de 1979 a 1987. Prestou serviços ao Sindicato dos Despachantes Aduaneiros de Belém. Foi nomeado Ministro Classista Representante dos Empregadores no Tribunal Superior do Trabalho, no dia 30 de junho de 1988, e permaneceu no cargo até sua aposentadoria, no dia 3 de dezembro de 1993.

Fonte: Acervo da CGEDM - Dossiê do Ministro



Nasceu em São Sebastião do Paraíso (MG), em 24 de abril de 1934. É bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e licenciado em Línguas Neolatinas pela Faculdade de Filosofia da Universidade de Goiás (UG). É também professor universitário (Universidade de Brasília), jornalista e Técnico em Relações Públicas. É, ainda, pós-graduado em Literatura pelo Centro de Ensino Universitário de Brasília (CEUB) e graduado pelo Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra (ESG).

Entre os muitos cursos realizados se destacam: Curso de Direito Processual do Trabalho (especialização), Curso de Atualização em Ensino Superior (CEUB), Seminário Internacional de Direito do Trabalho (TST).

Pronunciou palestras e conferências de interesse jurídico no Brasil e no exterior, muitas delas publicadas. Entre elas, mencionam-se: a feita no Seminário do TST, sobre o tema *Novos Princípios do Direito do Trabalho*; a feita no II Congresso de Direito Coletivo do Trabalho, sobre o tema *A dinâmica do Poder Normativo*, depois publicada pela Revista LTr. Além disso, designado pelo TST, pronunciou conferência na Universidade de León, na Espanha, sobre tema *Principios del Derecho del Trabajo en el Estado Moderno*.

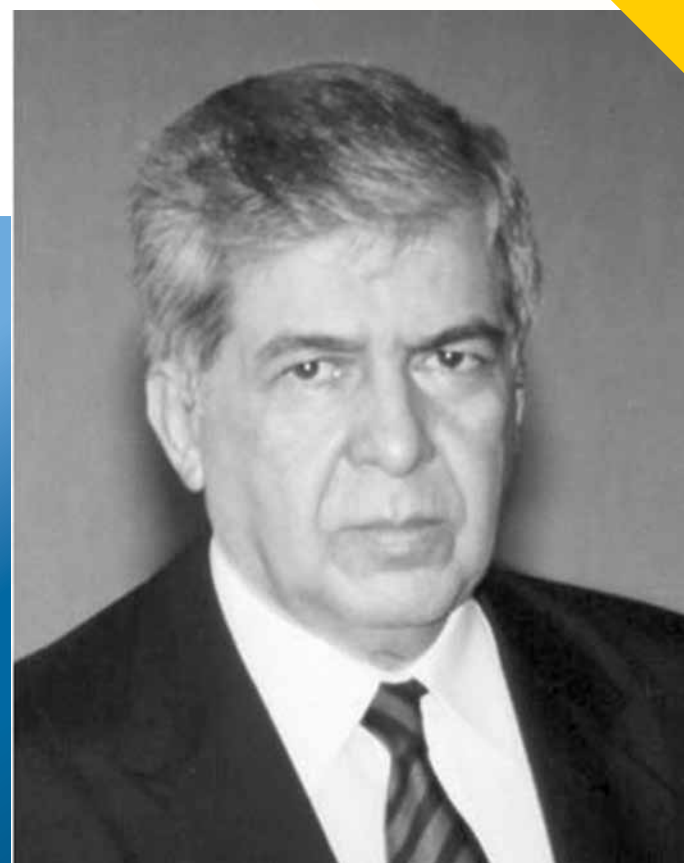
Quando se falava em extinção da Justiça do Trabalho (1999), fez palestras sobre o tema *A Reforma do Poder Judiciário*, com debates, em Ribeirão Preto (SP), Natal (RN), Teresina (PI), Porto Alegre (RS), Belo Horizonte (MG), Goiânia (GO), Belém (PA), e Cuiabá (MT). E também na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e na Câmara dos Deputados (Brasília).

Em 2001, convidado pela Associação dos Juizes do Trabalho, presidiu o Congresso Ítalo-Brasileiro de Direito Trabalhista, realizado em Roma e em Bolonha, na Itália.

Ingressou no quadro do Ministério do Trabalho, ocupando cargo de destaque no gabinete do ministro Castro Neves, em 1961 e, mais tarde, de assessor jurídico. Aprovado em concurso público de provas e títulos, foi nomeado Procurador do Trabalho de 2ª Categoria e posteriormente, por merecimento, promovido à 1ª categoria. Em março de 1985, por ato do Presidente da República, foi nomeado Procurador-Geral da Justiça do Trabalho. Em 1985 e 1986, foi designado Conselheiro Técnico Governamental do Brasil, nas 71ª e 72ª Conferências Internacionais do Trabalho, da OIT, em Genebra, Suíça. Em 1988 foi nomeado Ministro do Tribunal Superior do Trabalho onde sucessivamente ocupou os cargos de Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho (1995-6), Vice-Presidente (1996-8) e, por fim, Presidente do TST para o biênio 1998-2000.

Recebeu dezenas de condecorações, entre as quais se mencionam a Grã-Cruz do Mérito Judiciário do Trabalho, do TST; a Ordem do Mérito de Brasília, do Governo do Distrito Federal, no grau de Grande Oficial; a Ordem do Mérito Militar; a Grande Medalha da Inconfidência, do Governo de Minas Gerais; a Medalha Tiradentes, da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro; a Medalha do Estado Maior das Forças Armadas, no grau de Grande Oficial; a Medalha do Pacificador, do Ministério do Exército; a Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário Militar do Superior Tribunal Militar e a Ordem de Rio Branco, por decreto do Presidente da República.

Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional. Disponível em <https://www.tst.jus.br/web/guest/galeria-dos-ex-dirigentes1>. Consulta em 18 mar. 2021.

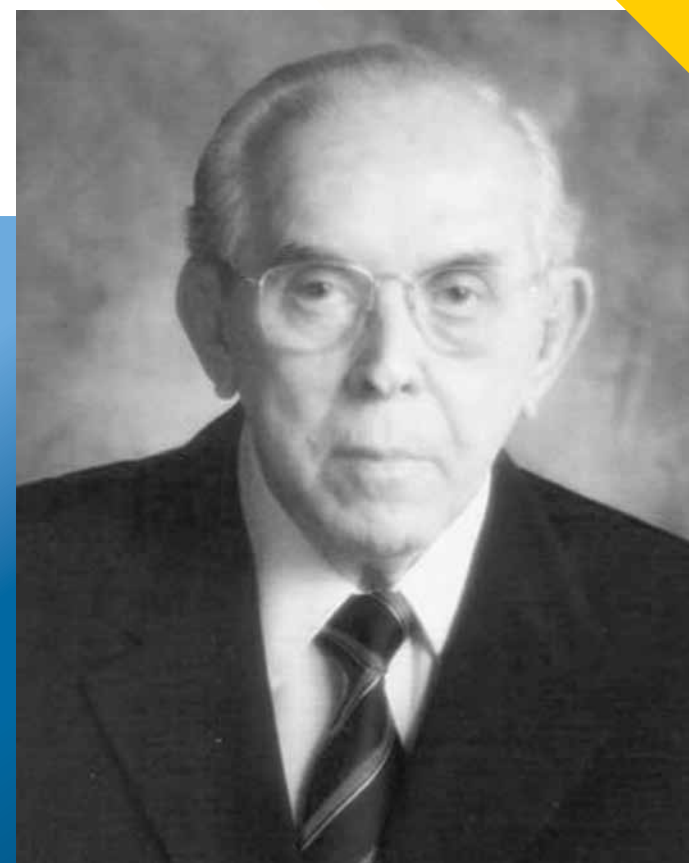


Almir Pazzianotto Pinto nasceu em Capivari (SP), em 29 de outubro de 1936. Graduou-se Bacharel em Ciências Jurídicas pela Universidade Católica de Campinas(SP), em 1960. Foi Assessor Jurídico da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de São Paulo. Participou da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo e de alguns Sindicatos. De 1974 a 1978, exerceu cargo de Deputado Estadual junto à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, pelo Movimento Democrático Brasileiro - MDB (que mais tarde tornou-se PMDB). Foi reeleito para os mandatos de 1979 a 1982 e de 1982 a 1986. Na Assembleia Legislativa de São Paulo, presidiu a Comissão de Relações de Trabalho, de 1977 a 1982, e a Comissão de Política Salarial, de 1984 a 1985. Em março de 1985, foi nomeado Ministro de Estado do Trabalho. Participou do IV e do V Congresso Ibero-Americano de Direito do Trabalho e Previdência Social, o primeiro em São Paulo, 1972, e o segundo no México, em 1974. Chefiou a delegação brasileira na LXXI e LXXV edições da Conferência Internacional do Trabalho (Genebra), em

1985 e 1988, respectivamente. Foi Chefe da Delegação Brasileira no “Encontro sobre a Administração Democrática do Trabalho Diante da Crise”, promovido pela Organização Internacional do Trabalho - OIT/CIAT. Em 1987. Foi Chefe da Delegação Brasileira na Reunião de Alto Nível da OIT, sobre o tema: “Emprego e Ajuste Estrutural” (Genebra), em novembro de 1987. Participou do Seminário de Encontro Norte-Sul “America Latina e suas Relações com o Canadá”. Em 1985, foi condecorado com o Honorary Fellow Of The Industrial Relations Research Institute concedido pela Universidade de Wisconsin Estados Unidos da América. Durante sua carreira, também foi agraciado com a Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho (Grã-Cruz); Ordem do Congresso Nacional (Grande Oficial). Ordem do Mérito das Forças Armadas (Grande Oficial). Ordem do Mérito de Brasília (Grã-Cruz); Ordem do Mérito Militar (Grande Oficial); Ordem do Mérito Aeronáutico (Grande Oficial); Ordem do Mérito dos Guararapes (Grã-Cruz); Grande Medalha da Inconfidência; Medalha do Mérito Nacional de Segurança do Trabalho. Ingressou na Justiça do Trabalho no cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho em 29/09/1988. Exerceu o cargo de Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, no período de 1996 a 1998. Tornou-se Vice-Presidente, no biênio de 1998 a 2000. Presidiu o TST no período de 2000 a 2002 e aposentou-se em 15 de março de 2002.

Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional. Disponível em <https://www.tst.jus.br/web/guest/galeria-dos-ex-dirigentes1>. Consulta em 4 mar. 2021.

Hylo Bezerra Gurgel



Hylo Bezerra Gurgel nasceu no Ceará no dia 9 de fevereiro de 1926. Bacharel em Direito pela Universidade Federal da Bahia, em 1953, concluiu a Extensão em Direito Civil e Direito Comercial pela mesma instituição. Foi professor de Direito do Trabalho na Universidade Católica do Salvador e no Instituto Baiano de Direito do Trabalho. Em 1977, foi promovido para o cargo de Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. Em 1979 foi eleito Vice-Presidente do Tribunal e presidiu a 2ª Turma do Tribunal. Em 30 de outubro de 1989, tomou posse Ministro Togado no Tribunal Superior do Trabalho, permanecendo até 1995, ano em que se aposentou. Faleceu no dia 30 de novembro de 2012, aos 86 anos de idade.

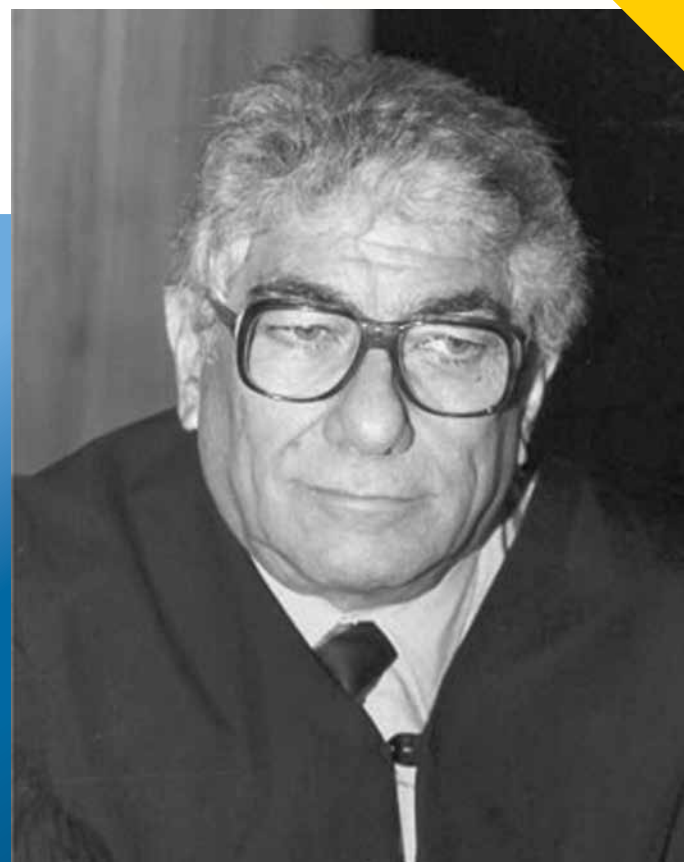
Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional

José Calixto Ramos



José Calixto Ramos nasceu em Ipojuca, Pernambuco, no dia 14 de outubro de 1928. Foi representante dos trabalhadores no extinto Conselho Federal de Mão-de-Obra do Ministério do Trabalho; representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) junto ao Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); e representante dos trabalhadores junto ao Conselho Monetário Nacional (CMN). Atuou como Ministro Classista Representante dos Empregados no Tribunal Superior do Trabalho, de 30 de novembro de 1989 a 9 de julho de 1995. Aposentou-se em 7 de julho de 1995, aos 66 anos de idade.

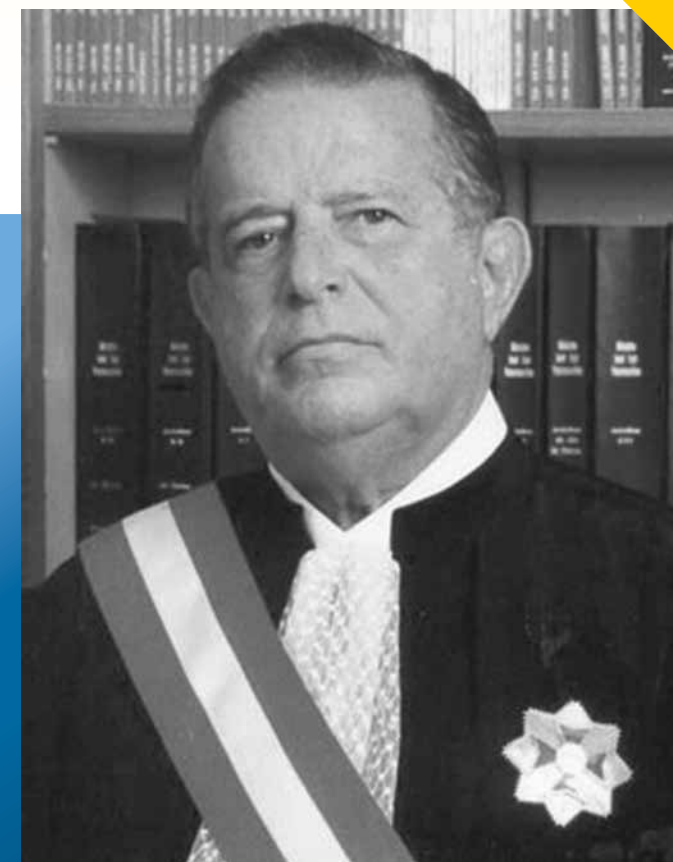
Ursulino Santos Filho



Ursulino Santos Filho nasceu em Manaus, Amazonas, em 26 de agosto de 1930. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás (UFG). Exerceu vários cargos, inclusive no gabinete do Ministro do Trabalho (1963) e no Gabinete Civil da Presidência da República (1966). Foi nomeado Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, em 30 de novembro de 1989. Exerceu o cargo de Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho no biênio de 1998 a 2000. Após aposentar-se, no ano 2000, voltou a atuar como advogado e consultor na área trabalhista. Faleceu em 6 de agosto de 2009.

<http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,M190381,81042-TST+presta+ultima+homenagem+ao+ministro+aposentado+Ursulino+Santos>

José Luiz de Vasconcellos



José Luiz Vasconcellos nasceu no dia 21 de junho de 1931, em Orlandia, São Paulo. Gradou-se Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo, em 1954. Foi Juiz Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento, em Sorocaba - SP, em 1962. Atuou como Juiz titular no TRT da 2ª Região, sendo eleito Presidente da 7ª Turma daquela Corte, em 1982. Ingressou no Tribunal Superior do Trabalho como Ministro Togado em 30 de novembro de 1989. Foi Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, em 2000, e Vice-Presidente do TST. Aposentou-se em 21 de junho de 2001. Faleceu em 2 de outubro de 2002.

Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional

Francisco Leocádio Araújo Pinto



Francisco Leocádio Araújo Pinto nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, no dia 3 de outubro de 1933. Graduiu-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi Juiz Classista do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 10ª Região; presidente da Federação das Indústrias de Brasília do SESI/DF e do SENAI/DF; vice-presidente e conselheiro da Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e vice-presidente da Associação Comercial do Distrito Federal (ACDF). Foi Ministro Classista Representante dos Empregadores no Tribunal Superior do Trabalho, no período de 30 de novembro de 1989 a 13 de novembro de 1992. Aposentou-se em 8 de agosto de 1996, aos 62 anos de idade. Faleceu no dia 29 de maio de 2013.

Ney Proença Doyle



Ney Proença Doyle era natural de Belo Horizonte, Minas Gerais, e nasceu em 25 de dezembro de 1933. Formado como Bacharel em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, especializou-se em Métodos e Técnicas de Ensino pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Em 1979, concluiu o curso de Estudos Aprofundados em Direito Social pela Faculdade de Direito e de Ciências Políticas da Universidade de Strasbourg, na França, e, em novembro de 1984, finalizou o curso de Negociação Coletiva pela Universidade de Wisconsin, nos Estados Unidos. Foi advogado em Belo Horizonte, de 1957 a 1959; Auxiliar Judiciário do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais; Promotor Público na Comarca de Congonhas, em Minas Gerais; Professor Titular na Faculdade de Ciências Econômicas de Belo Horizonte, em disciplina no campo do Direito; Juiz do Trabalho Substituto de 1959 a 1961; Juiz do Trabalho Presidente da 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Juiz de Fora; Juiz do Trabalho Substituto, em Belo Horizonte; e Juiz Convocado do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Tomou posse como Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho, em 30 de novembro de 1989. Representou a Justiça do Trabalho da 3ª Região em Congressos Jurídicos nacionais e internacionais. Recebeu a medalha do Mérito Judiciário do Trabalho no Grau de Comendador do TST e foi agraciado pela Associação dos Advogados Trabalhistas de Belo Horizonte com a medalha de Juiz do Ano de 1971. Aposentou-se em 5 de outubro de 1995.

Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional.

Francisco Fausto Paula de Medeiros



Francisco Fausto Paula de Medeiros nasceu em Areia Branca (RN), no dia 13 de maio de 1935. Graduou-se como Bacharel na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Trabalhou na Administração do município de Natal como Assessor Técnico da Secretaria de Estado de Educação e Cultura e, também, da Secretaria de Estado de Finanças. Em agosto de 1961, foi nomeado para o cargo de Suplente de Juiz do Trabalho da 6ª Região. De 1968 a 1978, atuou como Presidente das Juntas de Conciliação e Julgamento (JCJ) de Natal (RN), Mossoró (RN), Recife (PE), Escada (PE) e Jaboatão (PE). Em março de 1978, foi nomeado para o cargo de Juiz Togado do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, mediante promoção por merecimento. Nessa condição, representou o Tribunal em eventos como o Congresso Iberoamericano de Direito do Trabalho, em Fortaleza (1979); Congresso Latino-Americano de Direito do Trabalho, em Passo Fundo (RS); 1º Simpósio Nacional de Reforma da Consolidação das Leis do Trabalho, também em Passo Fundo (RS); Congresso Internacional de Direito do Trabalho, na Bahia; Congresso Nacional Pós-Constituinte, em Recife. Foi condecorado com a Medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região; com a Medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Tribunal Superior do Trabalho, no Grau Comendador; Medalha do Mérito Eptácio Pessoa, do TRT da 13ª Região; e com a Medalha do Mérito Judiciário Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira. Em março de 1987, foi eleito Vice-Presidente do TRT. Dois anos depois, foi nomeado Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Sua posse ocorreu em 30 de novembro de 1989. Foi Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, no período de agosto de 2000 a junho de 2001, e Vice-Presidente de 2001 a 2002. Exerceu a Presidência do TST de março a abril de 2002, em mandato complementar, cumulativo com as funções na Vice-Presidência. Na sequência, foi eleito Presidente do TST, para o mandato da 30ª Gestão do Tribunal, período de 2002 a 2004. Aposentou-se no dia 04 de junho de 2004, dois meses após o término de seu mandato como Presidente do TST. O ministro faleceu no dia 30 de julho de 2016.

Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional.

José Francisco da Silva



José Francisco da Silva nasceu no dia 28 de setembro de 1939, em Orobó, Pernambuco. Foi Secretário da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco, de 1966 a 1968; e Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, de 1968 a 1989. Foi nomeado Ministro Classista do Tribunal Superior do Trabalho em 14 de novembro de 1989 e agraciado com a Ordem do Mérito Grã-Cruz, em 15 de abril de 1993. Aposentou-se em 25 de abril de 1995.

Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional.

Afonso Celso Moraes de Sousa Carmo



Afonso Celso Moraes de Sousa nasceu no dia 12 de julho de 1940, em Aimorés, Minas Gerais. Graduou-se Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 1964. Tomou posse como Ministro Classista Representante dos Empregadores do Tribunal Superior do Trabalho em 30 de novembro de 1989 e permaneceu no Tribunal até 29 de novembro de 1995.

Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional

Cnéa Cimini Moreira de Oliveira



Cnéa Cimini Moreira de Oliveira nasceu no dia 3 de março de 1929, em Inhapim, Minas Gerais. Graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Distrito Federal, em 1957. Foi Substituta de Procurador do Trabalho Adjunto e, logo após, tornou-se Procuradora do Trabalho de 2ª Categoria na Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região. Tomou posse como Ministra Togada do Tribunal Superior do Trabalho em 29 de março de 1990. Entrou para a história por ser a primeira mulher no Brasil e a segunda, no mundo a ocupar o cargo de ministra em tribunal superior. Aposentou-se em abril de 1999. Faleceu no dia 22 de abril de 2008, no Rio de Janeiro.

Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional

Marco Aurélio Giacomini



Marco Aurélio Giacomini nasceu no dia 16 de maio de 1942, em Juiz de Fora, Minas Gerais. Gradou-se Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, em 1966. Foi advogado trabalhista de 1966 a 1975. Ingressou no cargo de juiz do trabalho substituto do TRT da 3ª Região, em 1975. Assumiu, em 1979, a Presidência da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Brasília. Foi promovido a Juiz do Trabalho do TRT da 10ª Região, em 1985. Tomou posse como Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho em 5 de julho de 1990. Aposentou-se no dia 11 de maio de 1992.

Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional.

Roberto Della Manna



Roberto Della Manna nasceu no dia 1º de janeiro de 1934, em São Paulo. Gradou-se em Economia pela Universidade de São Paulo - USP. Foi nomeado Ministro Classista Representante dos Empregadores do Tribunal Superior do Trabalho, em 5 de julho de 1990, onde permaneceu até 20 de junho de 1996, quando se aposentou. Foi Presidente do Sindicato da Indústria de Proteção, Tratamento e Transformação de Superfícies do Estado de São Paulo - SINDSUPER, Vice-presidente da FIESP e Conselheiro Honorário da ABTS. Faleceu em 16 de abril de 2020 aos 86 anos de idade.

Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional.

Manoel Mendes de Freitas



Manoel Mendes de Freitas nasceu em Luz, Minas Gerais. Graduado em Direito, iniciou sua carreira como advogado da Federação das Associações Rurais de Minas Gerais. Ingressou na Justiça do Trabalho, em 1968. Foi servidor no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região; e Juiz do Trabalho aprovado em concurso de provas e títulos. Foi eleito Vice-Presidente do TRT da 3ª Região, em 1981, e eleito Presidente do órgão, em 1985. Tomou posse como Ministro Togado no Tribunal Superior do Trabalho em 29 de novembro de 1990. Aposentou-se no dia 25 de março de 1998.

Vantuil Abdala



Vantuil Abdala nasceu em Muzambinho (MG), em 13 de março de 1943. Tem Licenciatura para o Magistério pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ainda na UFMG, graduou-se como Bacharel em Direito, em 1968, e concluiu a Pós-Graduação, em 1969. No Estado de São Paulo, como Juiz do Trabalhista, presidiu as Varas do Trabalho de Mauá, 1978 a 1979; São Bernardo do Campo, 1979 a 1981 e de São Paulo, de 1981 a 1986. Presidiu, também, a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 2ª Região, de 1983 a 1984. Em 1986, tomou posse como Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. Em 29 de abril de 1991, tomou posse como Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Foi Agraciado com as medalhas: Ordem Guaicurus do Mérito Judiciário do Trabalho pelo Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região; medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho pelo TST, no grau Comendador e Grã-Cruz; dentre outras. Integrou o Instituto de Direito do Trabalho do MERCOSUL, em 2001; o Instituto de Direito do Trabalho de São Paulo e de Minas Gerais; e a Academia Nacional de Direito do Trabalho. Foi nomeado Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, no período de 25/06/2001 a 09/04/2002 (mandato complementar). Exerceu a Vice-Presidência do TST no período de 2002 a 2004. Foi eleito Presidente do Tribunal para o biênio de 2004 a 2006 e Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, 2004 a 2006. Aposentou-se em 22 de fevereiro de 2010.

Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional. Disponível em <https://www.tst.jus.br/web/guest/galeria-dos-ex-dirigentes1>. Consulta em 4 mar. 2021.

Armando de Brito



Armando de Brito nasceu no dia 20 de março de 1930, no Rio de Janeiro. Em 1957, graduou-se Bacharel em Direito na Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro. Foi procurador da Justiça do Trabalho, tendo ingressado no Ministério Público em 1960; e secretário-geral do Ministério do Trabalho e Previdência Social, cargo no qual permaneceu de novembro de 1969 até setembro de 1972. Ingressou no Tribunal Superior do Trabalho como Ministro Togado em 26 de março de 1992. Aposentou-se em 14 de março de 2000. Faleceu no dia 17 de julho de 2001.

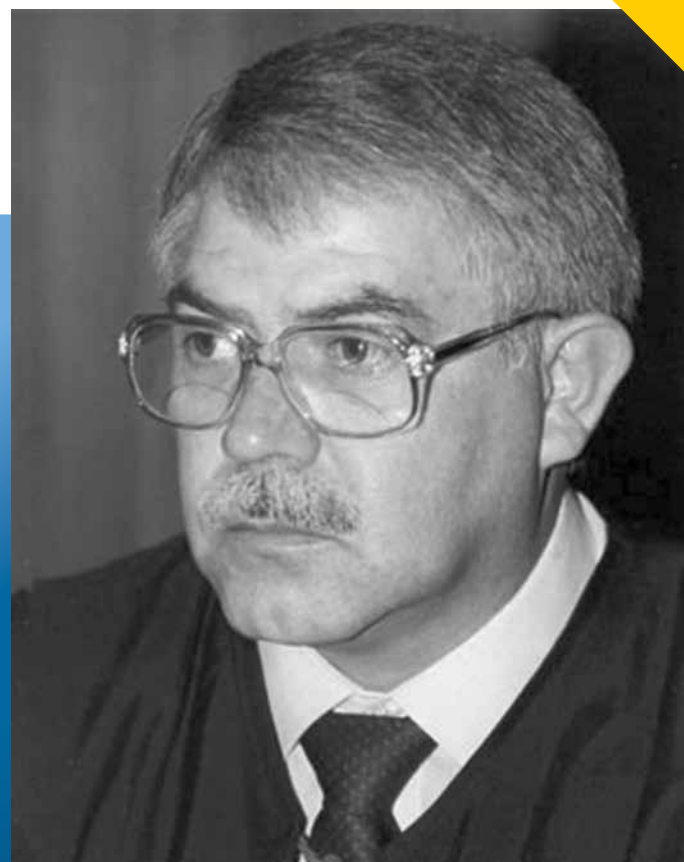
Antonio Maria Thaumaturgo Cortizo



Antonio Maria Thaumaturgo Cortizo nasceu em Salvador, Bahia. Graduou-se em Jornalismo. Trabalhou no Ministério da Justiça como conselheiro do Conselho Superior de Liberdade de Criação e Expressão, de 1988 e 1990; e no Ministério da Saúde, ocupando o cargo de conselheiro do Conselho Nacional de Saúde, de 1991 a 1992. Foi nomeado Ministro Classista representante dos trabalhadores no Tribunal Superior do Trabalho onde atuou no período de 25 de junho de 1992 a 18 de novembro de 2001.

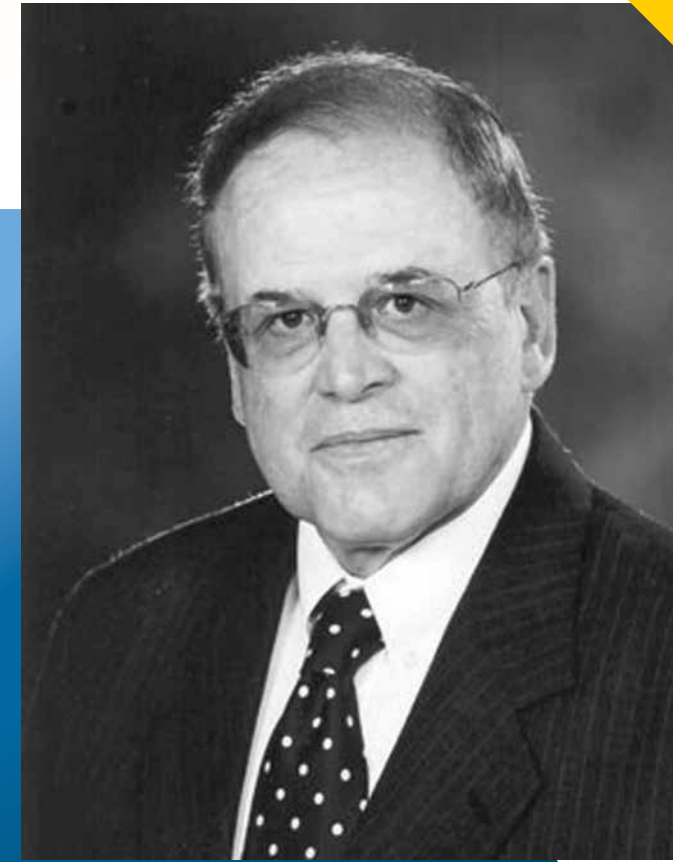
Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional.

Leonardo Silva



Leonardo Silva nasceu em Ponta Grossa, Paraná, no dia 18 de novembro de 1944. Graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba. Foi suplente de Vogal na 5ª Junta de Conciliação e Julgamento de Curitiba, convocado para atuar em 1988; suplente de juiz temporário no Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, convocado para atuar de 1988 a 1991; integrante da Representação Internacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), eleito em 1991. Integrou, como Ministro Classista representante dos trabalhadores, o Tribunal Superior do Trabalho, de 25 de janeiro de 1992 a 18 de novembro de 2001. Faleceu em 24 de agosto de 2018.

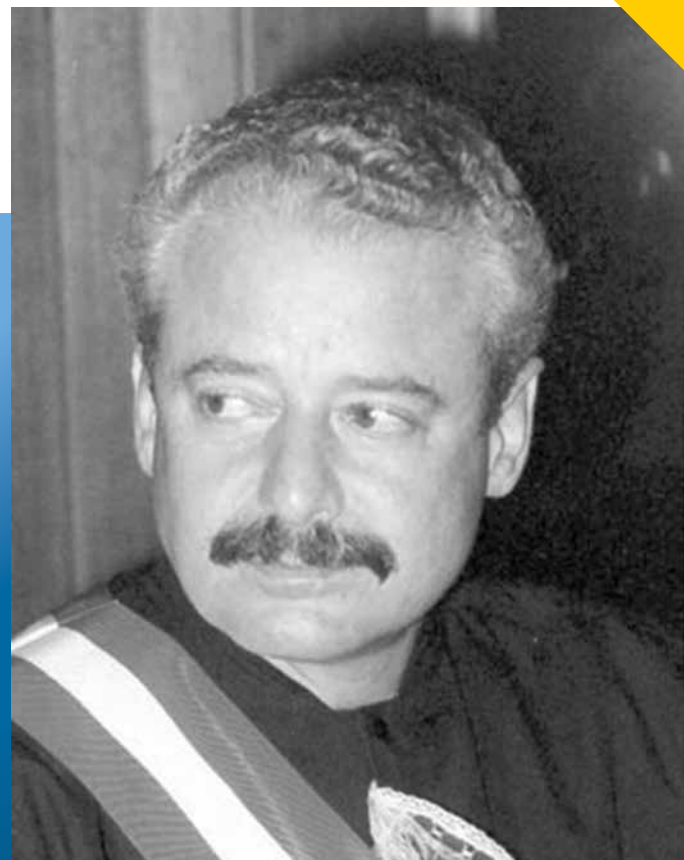
Indalécio Gomes Neto



Indalécio Gomes Neto nasceu em 23 de fevereiro de 1941, em São Francisco de Paula, Rio Grande do Sul. Graduou-se Bacharel em Direito pela Universidade de Caxias do Sul. Foi Juiz do Trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. Tomou posse como Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho, em 19 de novembro de 1992. Permaneceu no Tribunal até sua aposentadoria em 8 de março de 1996. É professor licenciado da Faculdade de Direito de Curitiba e, atualmente, advogado em Curitiba, Paraná, e em Brasília, Distrito Federal.

Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional

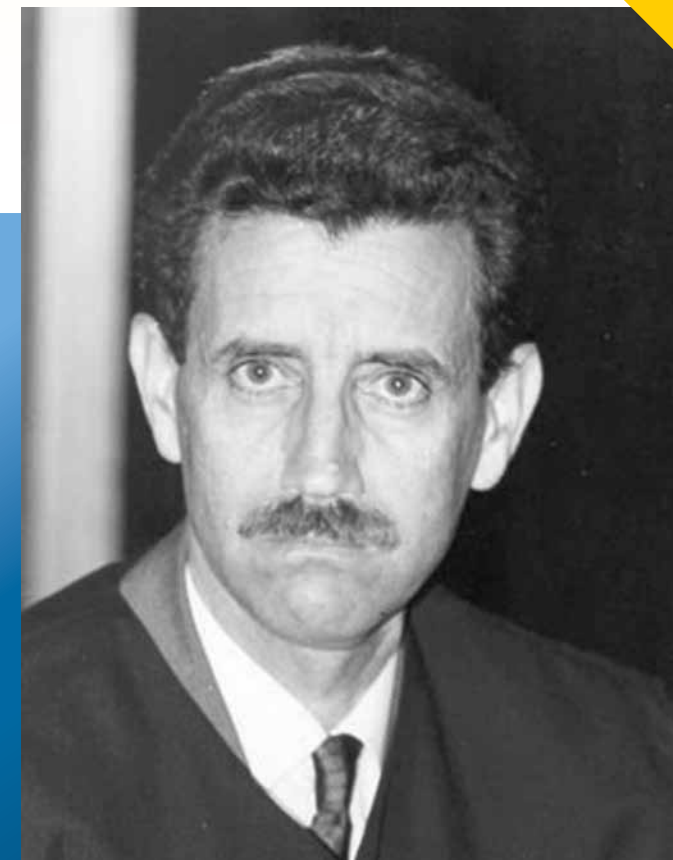
João Batista Tezza Filho



João Batista Tezza Filho nasceu no dia 19 de abril de 1944, em Florianópolis, Santa Catarina. Gradou-se em Direito pela Universidade Federal do Paraná - UFPR, em 1968. Exerceu a advocacia nos foros do Paraná, de 1969 a 1972, e em diversos estados brasileiros, de 1972 a 1985. Foi Deputado Estadual no Acre, de 1986 a 1990; presidente da Federação da Agricultura do Estado do Acre; e Delegado Representante da Federação da Agricultura do Estado do Acre junto à Confederação Nacional da Agricultura - CNA. Integrou como Ministro Classista Representante dos Empregadores no Tribunal Superior do Trabalho, no período de 17 de dezembro de 1992 a 16 de dezembro de 1995.

Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional.

Lourenço Ferreira do Prado



Lourenço Ferreira do Prado nasceu em Unai, Minas Gerais, no dia 10 de agosto de 1939. Em 1973, graduou-se em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Foi presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (CONTEC), de 1987 a 1993; e membro do Conselho Monetário Nacional (CMN), de 1990 a 1992, representando os trabalhadores. De 1970 a 1974, exerceu a advocacia na área trabalhista e assessoria especializada sobre imóveis. Em 21 de junho de 1993, ingressou no Tribunal Superior do Trabalho como Ministro Classista representante dos trabalhadores. Permaneceu no cargo até 20 de junho de 1999.

<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=102082&tp=1> (curriculum vitae):

Galba Magalhães Velloso



Galba Magalhães Velloso nasceu no dia 24 de fevereiro de 1945, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Graduiu-se em Direito. Foi Vereador de Belo Horizonte entre janeiro de 1967 a janeiro de 1971. Exerceu a função de Assessor Jurídico do presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais, de 1975 a 1978; Assessor Superior no Ministério da Justiça, de 26 de maio de 1981 a 23 de novembro de 1982 e de 1º de fevereiro de 1983 a 22 de março de 1984; e Assessor Superior no Ministério da Previdência Social, de 28 de março de 1984 a 28 de março de 1985. Foi Consultor da República na Advocacia-Geral da União, por dois períodos entre os anos de 1975 e 1990. Ingressou no Tribunal Superior do Trabalho como Ministro Classista em 22 de junho de 1993, atuando no Tribunal até 20 de junho de 1999.

Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional

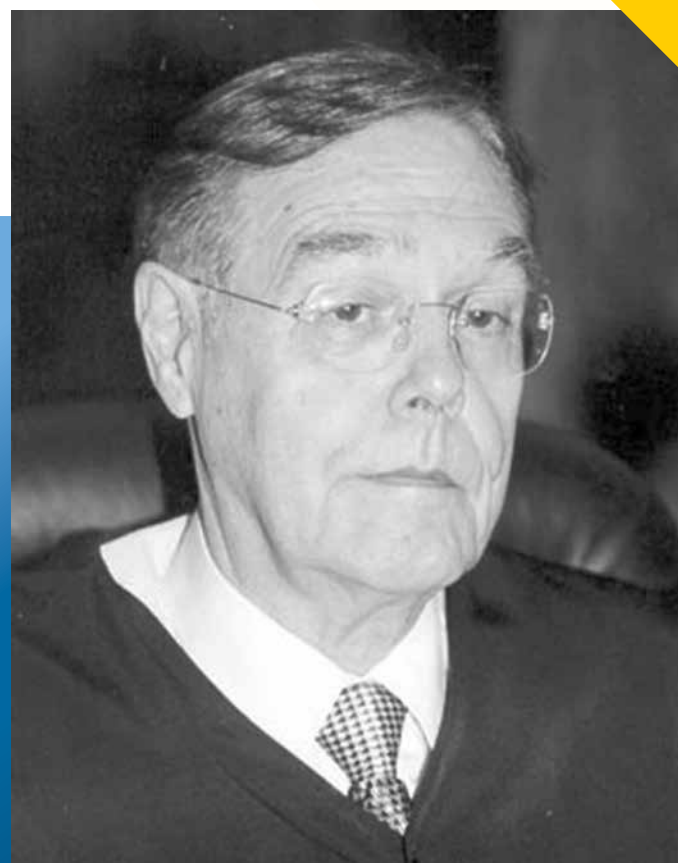
Valdir Righetto



Valdir Righetto nasceu no dia 30 de setembro de 1934, na cidade de Lauro Muller. Graduiu-se Bacharel em Ciências Econômicas e em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Foi advogado do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração do Carvão de Criciúma e do Instituto Nacional de Previdência Social (INSS). Em 1993, foi nomeado Ouvidor-Geral do Município de Blumenau. Foi fundador e primeiro secretário da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil do Município de Blumenau. Tomou posse como Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho em 21 de fevereiro de 1995, atuando no Tribunal até 4 de maio de 2000.

<http://www.camarablu.sc.gov.br/solenes/2005/cidadao080605/cidadao2005.htm> :

Ronaldo José Lopes Leal



Ronaldo José Lopes Leal nasceu em São Jerônimo, Rio Grande do Sul, no dia 9 de fevereiro de 1937. Em 1956, ingressou na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre. Logo após se formar, em 1960, iniciou sua carreira como advogado. Em 1961, foi aprovado em 1º lugar no concurso para Pretor e assumiu a comarca de Rio Pardo (RS). O ingresso na magistratura trabalhista ocorreu em 1º de agosto de 1963, no cargo de Juiz Substituto do TRT da 4ª Região (RS). Em 1965, foi designado para presidir a Junta de Conciliação e Julgamento de Santo Ângelo (RS). Em outras oportunidades, presidiu também as Juntas de Cruz Alta, Santa Maria, Canoas e Porto Alegre (7ª). Entre 1966 e 1989, atuou como professor de Direito do Trabalho, ministrando aulas na Faculdade de Direito de Santo Ângelo, na Faculdade de Direito de Santa Maria e na Escola Osvaldo Vergara de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais. Durante dois biênios consecutivos (1978 a 1980 e 1980 a

1982) presidiu a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). Entre 1982 e 1994, foi condecorado diversas vezes pela Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho. Autor de várias publicações, dentre elas o “Estudo das Macro-lesões aos Direitos do Trabalho”, publicado na Revista Trabalhista Brasileira, em 1984. Em 1986, foi promovido para o cargo de Juiz Togado do TRT da 4ª Região. Presidiu o TRT da 4ª Região no biênio de 1994 a 1995. Em 18 de dezembro de 1995, foi empossado como Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho. Foi condecorado, no grau de oficial, pela Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, em 1982; promovido a Comendador da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, em 1987; promovido a Grande Oficial da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, em 1994; dentre outras premiações não menos importantes. Foi Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho de 2002 a 2004. Exerceu a Vice-Presidência durante os anos de 2004 a 2006 e foi eleito Presidente do Tribunal Superior Trabalho, no período de 2006 a 2007. Aposentou-se no dia 8 de fevereiro de 2007, um mês após o término do seu mandato como Presidente do TST.

Fontes: Associação Nacional da Justiça do Trabalho (Amatra), Memorial do TRT 4ª Região e Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional. Disponível em <https://www.tst.jus.br/web/guest/galeria-dos-ex-dirigentes1>. Consulta em 4 mar. 2021.

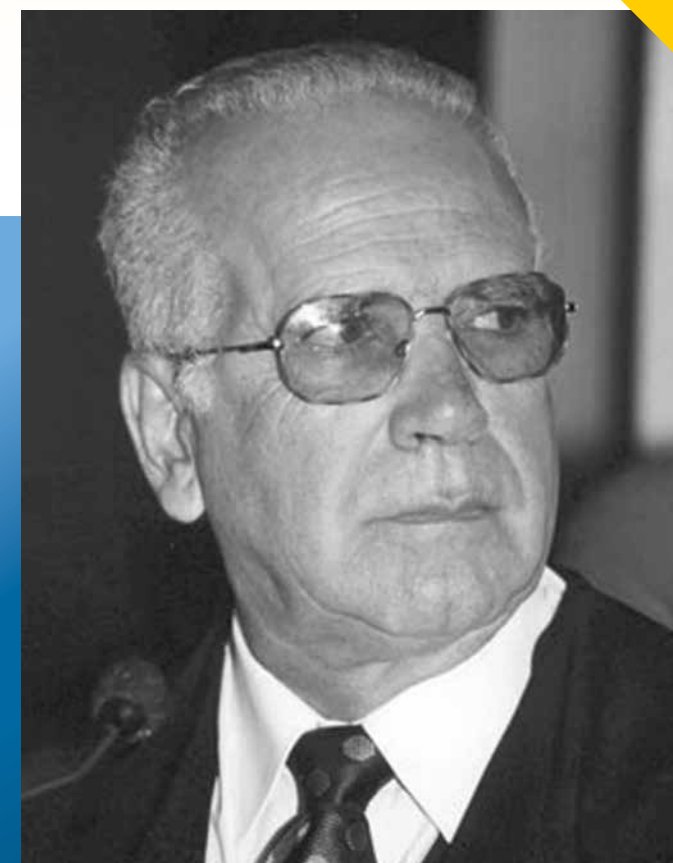
Rider Nogueira de Brito



Rider Nogueira de Brito nasceu em Óbidos, Pará, no dia 8 de junho de 1939. Graduou-se Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Pará em 1966. Foi Técnico Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (Pará e Amapá). Nesse cargo, atuou como Assessor do Diretor de Secretaria do Tribunal (1964 a 1966) e Diretor-Geral de Secretaria do Tribunal (1966 a 1968). Em 1968, foi aprovado em primeiro lugar no concurso para Juiz do Trabalho da 8ª Região. De 1968 a 1971, presidiu a Junta de Conciliação e Julgamento de Santarém (PA). Em agosto de 1985, foi promovido, por merecimento, a Juiz Togado do TRT 8ª Região. De 1985 a 1996, atuou no TRT 8ª Região, sendo Vice-Presidente, de 1988 a 1990, e Presidente, de 1990 a 1992. Atuou como Membro do Conselho de Administração da Medalha do Mérito "Jus et Labor" do TRT 8ª Região e foi professor Titular de Direito e Trabalho Processual do Trabalho da União das Escolas Superiores do Estado do Pará (UNESPA). Dentre suas condecorações estão a medalha de Ordem do Mérito Judiciário Trabalhista, no grau de Grande Oficial e a medalha Comemorativa do Cinquentenário da instalação da Justiça do Trabalho. Tomou posse como Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho em 18 de dezembro de 1995. Foi Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, no período de 2004 a 2006. Tornou-se Vice-Presidente do TST no período de 2006 a 2007. Assumiu a Presidência do Tribunal de 8 de fevereiro de 2007 a 1º de março de 2007, em mandato complementar. Ato contínuo, foi eleito Presidente para a gestão de 2007 a 2009. Durante esse período também presidiu o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). Aposentou-se em 7 de julho de 2009.

Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional. Disponível em <https://www.tst.jus.br/web/guest/galeria-dos-ex-dirigentes1>. Consulta em 4 mar. 2021.

José Luciano de Castilho Pereira



José Luciano de Castilho Pereira nasceu no dia 4 de janeiro de 1937, no município de Pedro Leopoldo, Minas Gerais. Graduou-se Bacharel em Direito pela Universidade Católica de Minas Gerais. Começou sua carreira pública como vereador na sua cidade, de 1958 a 1962. Foi aprovado em concurso público para Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais, em 1974. Em 1979, foi promovido a Juiz do Trabalho Presidente da 8ª Junta de Conciliação e Julgamento de Brasília e, em 1991, foi promovido a Juiz Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região. Foi eleito Vice-Presidente do TRT da 10ª Região para o biênio de 1994 a 1996, permanecendo até ser nomeado Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho, em 5 dezembro de 1995. Assumiu a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho de 17 de abril de 2006 a 04 de janeiro de 2007. Foi professor no curso de pós-graduação em Direito do Centro de Ensino Unificado de Brasília - CEUB. Aposentou-se em 15 de março de 2007.

Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional.

Nelson Antonio Daiha



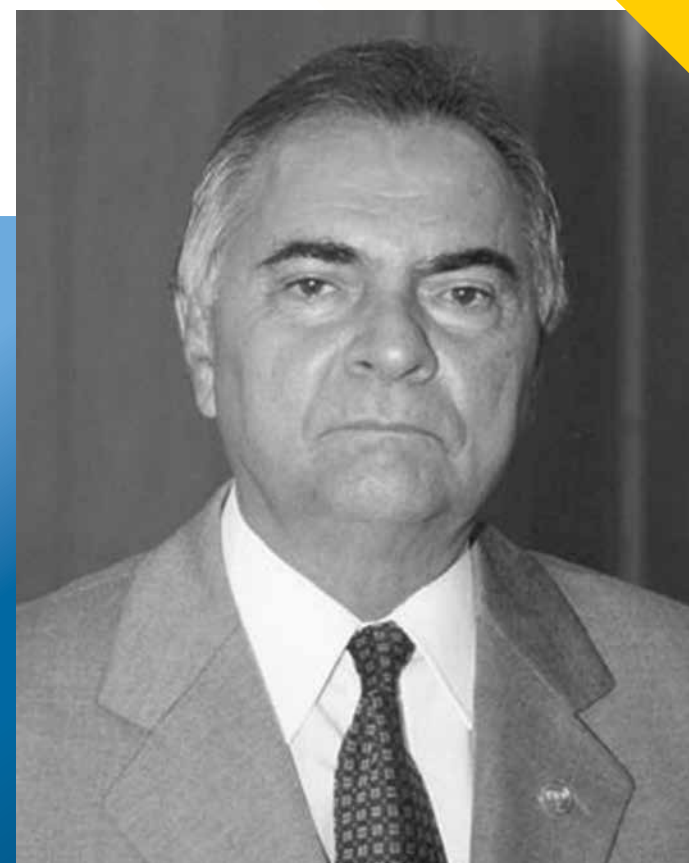
Nelson Antônio Daiha nasceu no dia 25 de setembro de 1941, em Salvador, Bahia. Graduiu-se em Direito pela Universidade de Salvador, em 1967. Foi Presidente da Federação do Comércio do Estado da Bahia nos períodos de 1986 a 1989, de 1992 a 1995 e de 1995 a 1998; membro suplente do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), de 1989 a 1991; representante da Confederação Nacional do Comércio (CNC); 1º Diretor Secretário da CNC de 1992 a 1995. Foi Ministro Classista Representante dos Empregadores no Tribunal Superior do Trabalho, no período de 19 de dezembro de 1995 a 18 de dezembro de 1998.

José Zito Calasãs Rodrigues



José Zito Calasãs Rodrigues nasceu no dia de 26 outubro de 1950, em Itabaianinha, Sergipe. Em 1995, graduou-se Bacharel em Direito pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB). Foi Diretor Secretário de Educação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, entre 1992 e 1996; Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de Minas Gerais, de 1994 a 1997; e membro do Conselho Nacional de Seguridade Social entre 1994 e 1996. Tomou posse como Ministro Classista representante dos trabalhadores no Tribunal Superior do Trabalho, no período de 19 de dezembro de 1995 a 18 de dezembro de 1998.

Ângelo Mário de Carvalho e Silva



Ângelo Mário de Carvalho e Silva nasceu em Feira de Santana, Bahia, no dia 9 de dezembro de 1936. Graduou-se em Medicina pela Escola Baiana de Medicina e Saúde Pública. Foi Presidente da Federação da Agricultura do Estado da Bahia, entre 1991 e 1994; vice-presidente do Conselho Nacional de Pecuária e Corte; presidente do Conselho de Administração do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) da Bahia; e presidente da Comissão Técnica de Relações Governamentais da Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ABDE). Em 19 de dezembro de 1995, tomou posse como Ministro Classista Representante dos Empregadores no Tribunal Superior do Trabalho, permanecendo até 1998. Faleceu em 26 de abril de 2018.

Moacyr Roberto Tesch Auersvald



Moacyr Roberto Tesch Auersvald nasceu em Caçador, Santa Catarina, no dia 12 de novembro de 1955. Trabalhou na Federação dos Trabalhadores no Comércio do Estado do Paraná, entre 1981 e 1987. Foi membro efetivo da Junta de Recursos da Previdência Social, de 1988 a 1991; suplente de Juiz Classista na 3ª Junta de Conciliação e Julgamento do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, de 1992 a 1995; Juiz Classista na 14ª Junta de Conciliação e Julgamento do TRT da 9ª Região, de 1993 a 1996. Atuou como Ministro Classista representante dos trabalhadores no Tribunal Superior do Trabalho, no período de 20 de dezembro de 1995 a 19 de dezembro de 1998.

Regina Fatima Abrantes Rezende Ezequiel



Regina Fátima Abrantes Rezende Ezequiel nasceu em 21 de outubro de 1953, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Gradou-se em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Foi Assessora Jurídica e Superintendente da Federação de Transportes Rodoviários e Diretora Jurídica da Federação das Empresas de Transportes de passageiros de Minas Gerais. Tomou posse como Ministra Classista Representante dos Empregadores do Tribunal Superior do Trabalho em 20 de dezembro de 1995. Seu nome foi encaminhado para recondução, porém foi arquivado em decorrência da Emenda Constitucional nº 24, de 1999, que alterou dispositivos constitucionais relativos à representação classista na Justiça do Trabalho. Permaneceu no TST até 19 de dezembro de 1998.

Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional.

Antônio Fábio Ribeiro



Antônio Fábio Ribeiro nasceu em Leopoldo de Bulhões, Goiás, no dia 1º de agosto de 1942. Licenciado em Física pelo Ministério da Educação e Cultura e pós-graduado em Engenharia Econômica pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Foi presidente da Federação das Indústrias do Distrito Federal (FIBRA); membro do Conselho de Representantes da Confederação Nacional das Indústrias; secretário de Estado da Indústria e Comércio de Goiás e membro do Conselho de Política Salarial do Ministério do Trabalho. Tomou posse como Ministro Classista do Tribunal Superior do Trabalho, em 28 de junho de 1996, permanecendo no cargo até 31 de dezembro de 1998. Faleceu em 23 de outubro de 2012.

Milton de Moura França



Milton de Moura França nasceu em Cunha, São Paulo, no dia 9 de março de 1942. Em 1965, graduou-se Bacharel pela Faculdade de Direito de Taubaté (SP). Em 1970, foi aprovado no concurso para ingresso na carreira de Procurador do Estado de São Paulo. Exerceu a advocacia até 1975, ano em que iniciou sua carreira como Juiz do Trabalho. Em 1979, foi promovido, por merecimento, a Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Guaratinguetá (SP). Atuou como Juiz Substituto no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (Campinas/SP), desde junho de 1987. E, em 1991, foi promovido a Juiz desse TRT. Concluiu créditos em mestrado pela PUC de São Paulo e foi professor de Direito do Trabalho na Universidade de Taubaté. Tomou posse como Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho, no dia 18 de julho de 1996. Publicou diversos artigos, dentre eles: “A aposentadoria voluntária e a extinção do contrato de trabalho”, “Anistia Constitucional, em face da coisa julgada, e seu reflexo na extinção do contrato de trabalho – Breves considerações”. Também foi assíduo palestrante em congressos relativos a Direito do Trabalho. Exerceu a Vice-Presidência do TST, no período de 2007 a 2009, e a Presidência, de 2009 a 2011. Aposentou-se no dia 2 de março de 2012.

Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional. Disponível em <https://www.tst.jus.br/web/guest/galeria-dos-ex-dirigentes1>. Consulta em 4 mar. 2021.

João Oreste Dalazen



João Oreste Dalazen nasceu em Getúlio Vargas, Rio Grande do Sul, no dia 12 de janeiro de 1953. Obteve graduação e pós-graduação em Direito, em nível de Mestrado, pela Universidade Federal do Paraná. Foi procurador da Caixa Econômica Federal, de 1978 a 1980, e aprovado, em primeiro lugar, no concurso público para Promotor de Justiça Substituto no Estado do Paraná, em 1978. Juiz do Trabalho substituto do TRT da 9ª Região (PR), de dezembro de 1980 a junho de 1982, foi promovido, por merecimento, ao então cargo de Juiz-Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento. Presidiu, no Paraná, sucessivamente, as Junta de Conciliação e Julgamento de Maringá, de 1982 a 1983, de Guarapuava, de 1983 a 1986, e de a 4ª Junta de Conciliação e Julgamento de Curitiba de 1986 a 1993. Presidiu a Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região em dois mandatos (1984/1985). Foi professor concursado da Faculdade de Direito da PUC/PR (86/89), professor assistente da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná e, atualmente, é professor da Faculdade de Direito da UnB. Foi Juiz do TRT da 9ª Região (1993/1996), mediante promoção por merecimento. Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, a partir de julho de 1996. É autor da monografia “Competência Material Trabalhista” e de dezenas de artigos doutrinários. Foi Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho no biênio 2007/2009. É membro nato do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). No dia 2 de março de 2009, tomou posse como vice-presidente do TST para o biênio 2009/2011. Foi Presidente do Tribunal Superior do Trabalho no biênio de 2011/2013. Aposentou-se no dia 16 de novembro de 2017.

Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional. Disponível em <https://www.tst.jus.br/web/guest/galeria-dos-ex-dirigentes1>. Consulta em 4 mar. 2021.

Gelson de Azevedo



Gelson de Azevedo nasceu em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, no dia 11 de fevereiro de 1943. É graduado em Ciências Jurídicas e Sociais e possui licenciatura plena em Filosofia, ambas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Em 1969, foi chefe de secretaria de Junta de Conciliação e Julgamento. Em 1976, foi promovido, por merecimento, a Juiz Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento e a Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Em 25 de junho de 1998, ingressou no Tribunal Superior do Trabalho como Ministro Togado. Permaneceu no cargo até sua aposentadoria no dia 29 de agosto de 2007.



Carlos Alberto Reis de Paula

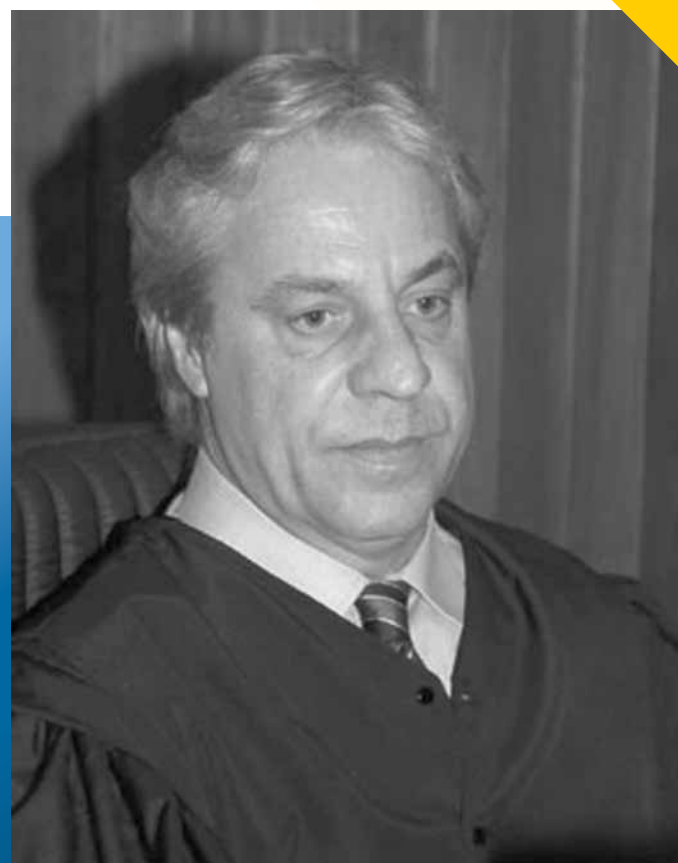


Carlos Alberto Reis de Paula nasceu em Pedro Leopoldo, Minas Gerais, no dia 26 de fevereiro de 1944. Formou-se em Direito pela UFMG (1970) e Licenciou-se em Filosofia pela Faculdade de Divinópolis. Mestre (1984) e Doutor (2000) pela Faculdade de Direito da UFMG. Foi professor de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho da UFMG e, desde 1999, é professor adjunto da UnB. Iniciou a carreira no serviço público como professor do Colégio Estadual de Pedro Leopoldo. Foi aprovado em concurso público, em 1972, para Técnico de Controle Externo do Tribunal de Contas da União. Obteve segundo lugar nas provas escritas para Procurador da República e no concurso para Juiz do Trabalho Substituto da 3ª Região (MG). Presidiu Juntas de Conciliação e Julgamento e chegou, por merecimento, ao TRT da 3ª Região - MG (1993). É Ministro do TST desde 25 de junho de 1998 e autor de livros e artigos diversos. Foi Presidente da Terceira e Oitava Turmas do TST e Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat) no biênio 2007/2009. No dia 2 de março de 2009, assumiu a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho para o biênio 2009/2011. Integrou o Conselho Superior da Justiça do Trabalho como membro eleito de 2007 a 2009, e como membro nato, por ser Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, de 2009 a 2011. Indicado pelo TST, tomou posse como conselheiro do Conselho Nacional de Justiça em 15 de agosto de 2011. Tomou posse como Presidente do TST no dia 5 de março de 2013 e aposentou-se no dia 26 de fevereiro de 2014.



Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional. Disponível em <https://www.tst.jus.br/web/guest/galeria-dos-ex-dirigentes1>. Consulta em 4 mar. 2021.

Antonio José de Barros Levenhagen



Antonio José de Barros Levenhagen nasceu em Baependi, Minas Gerais. Formado em Direito, em 1975, pela Faculdade de Direito de Varginha/MG. Ingressou na Magistratura do Trabalho da 2ª Região, por concurso público, tendo sido empossado como Juiz Substituto em junho de 1980. Foi promovido por merecimento a Juiz Titular da 1ª Vara do Trabalho de Guarulhos-SP, de onde se removeu, a pedido, sucessivamente para as Varas do Trabalho de Taubaté e Cruzeiro-SP. Em 1986, removeu-se para o recém-criado Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, com sede em Campinas-SP, tendo sido designado Juiz Substituto daquela Corte a partir de 1989. Promovido por merecimento a Juiz do TRT da 15ª Região, em janeiro de 1993, onde presidiu a Primeira Turma no biênio 95/96. Foi diretor-presidente da Escola da Magistratura da 15ª Região no biênio 97/98. Integrou as Comissões de Vitaliciamento, Revista e Regimento Interno do TRT de Campinas. Ex-Promotor de Justiça da Comarca de Passa Quatro/MG e Juiz de Direito concursado de Minas Gerais. Foi ainda professor de Direito Comercial, Direito Processual Civil e Direito do Trabalho da Faculdade de

Direito de Varginha-MG. Nomeado Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho a partir de 14 de outubro de 1999. Foi Presidente da Quarta Turma, integrou a SDC, a SBDI-1 e SBDI-2, o Órgão Especial, o Pleno do Tribunal Superior do Trabalho e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Foi Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat) entre março de 2009 e março de 2011. Foi agraciado, dentre outras honrarias, com a Grande Medalha da Inconfidência Mineira pelo Governo do Estado de Minas Gerais, com a Medalha Tiradentes pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e com a Medalha Professor Doutor Antonio José de Souza Levenhagen, concedida pela Faculdade de Direito de Varginha. Colaborador em obras jurídicas coletivas e articulista em revistas especializadas em Direito. Tem especialização em Direito do Trabalho, Direito Processual Civil e Direito Processual do Trabalho. Paraninfo da Turma de Formandos do 1º semestre de 2004 do Curso de Direito do Centro Universitário de Brasília – UNICEUB. Patrono da Turma de Formandos do 2º semestre de 2009 das Faculdades Planalto – IESPLAN / Universidade Paulista – UNIP. Ocupou o cargo de Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho no biênio de 2011/2013 e foi Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho no período de 5 de março de 2013 a 26 de fevereiro de 2014. Foi presidente do TST no biênio de 2014/2016 e aposentou no dia 1º de agosto de 2017.

Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional. Disponível em <https://www.tst.jus.br/web/guest/galeria-dos-ex-dirigentes1>. Consulta em 4 mar. 2021.



Ives Gandra da Silva Martins Filho, nascido em São Paulo a 9 de maio de 1959, bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (1981), mestre em Direito pela Universidade de Brasília (1991), doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2014) e doutor honoris causa em Filosofia pela Academia Brasileira de Filosofia (2017), é Ministro do Tribunal Superior do Trabalho desde 14 de outubro de 1999. Integra o Órgão Especial e a Seção Especializada em Dissídios Coletivos do TST, além de presidir a sua 4ª Turma e a Comissão de Jurisprudência e de Precedentes Normativos.

É professor da Law School CEU (SP) e da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), da qual foi o 1º Diretor (2006), além de coordenar o Grupo de Pesquisas de Direito do Trabalho do IDP (DF). Coordena as Revistas LTr, de Direito do Trabalho da RT e da Lex-Magister. É membro da Academia Nacional de Direito do Trabalho, da Academia Brasiliense de Direito do Trabalho, da Academia Paulista de Magistrados e da Academia Internacional de Direito e Economia.

No TST, foi Presidente (2016-2018) e Vice-Presidente da Corte (2014-2016), Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho (2013-2014), Presidente das 7ª (2007-2013) e 5ª Turmas (2018), da Comissão de Jurisprudência e Precedentes Normativos do TST (2010-2013), da qual também foi Membro (2008-2009), e da Comissão de Documentação (2018-2020), coordenando a Revista do TST naquele período. Conselheiro do CNJ (2009-2011) e Subprocurador-Geral do Trabalho (1988-1999, aprovado em 1º lugar no concurso público para ingresso no Ministério Público do Trabalho).

Foi também Assessor Especial da Casa Civil da Presidência da República (1997-1999) e Assessor do Ministro Coqueijo Costa no TST (1983-1988, tendo ingressado como analista judiciário por concurso público). Lecionou Direito do Trabalho e Processo do Trabalho no curso de graduação da UnB (1984-1988) e Direito Comparado do Trabalho no curso de pós-graduação do CEUB (1990). Advogou em causas cíveis e trabalhistas (1982).

Tem participado como expositor em inúmeros congressos, recebeu variadas condecorações, coordenou várias obras coletivas e congressos e possui dezenas de artigos publicados pela imprensa especializada, além das seguintes obras publicadas:

- “Manual Esquemático de Direito e Processo do Trabalho” (Saraiva, 2018, São Paulo, 26ª edição);
- “A Legitimidade do Direito Positivo” (Forense Universitária, 1992, Rio);
- “O Controle Disciplinar da Magistratura e o Perfil Ético do Magistrado” (Saraiva, 2016, SP);
- “Processo Coletivo do Trabalho” (LTr, 2009, São Paulo, 4ª edição);
- “Manual Esquemático de História da Filosofia” (LTr, 2004, São Paulo, 3ª edição);
- “Manual Esquemático de Filosofia” (LTr, 2010, São Paulo, 4ª edição);
- “Ação Civil Pública Trabalhista” (Nossa Livraria, 1997, Recife);
- “O Sistema Legal e Judiciário Brasileiro” (LTr, 2000, São Paulo);
- “História do Brasil – Resumo Esquemático” (LTr, 2011, São Paulo, 2ª edição);
- “O Mundo do Senhor dos Anéis” (Martins Fontes, 2006, São Paulo, 3ª edição);
- “Ética e Ficção” (GZ Editora, 2016, Rio, 2ª edição).
- “Teoria e Prática do Recurso Extraordinário Trabalhista” (Saraiva, 1986, São Paulo, em co-autoria com Maria Bernadete Silva Pires);
- “Manual de Contribuições Especiais” (Revistas dos Tribunais, 1987, São Paulo, em co-autoria com Ives Gandra Martins);
- “História do Trabalho, do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho” (LTr, 2011, 3ª edição, São Paulo, em co-autoria com Amauri Mascaro e Irany Ferrari).

Fonte: <https://www.tst.jus.br/ministros>. Consulta em 4 mar. 21.

João Batista Brito Pereira



João Batista Brito Pereira nasceu em Sucupira do Norte, Maranhão, no dia 4 de setembro de 1952. Bacharel em Direito formado pelo Centro Universitário do Distrito Federal - UDF. Pós-graduado em Direito Público.

Advogado militante e consultor na área jurídica no período de 1982 a 1990.

Em 1991, concluiu o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia na Escola Superior de Guerra, apresentando a monografia "O Sindicalismo no Brasil".

Professor de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho no Curso de Direito do UDF.

Integrou bancas examinadoras de concursos públicos para ingresso nas carreiras da advocacia pública, do Ministério Público do Trabalho, da Magistratura do Trabalho e compôs a Banca do Exame de Ordem na OAB - DF.

Membro da Academia Brasileira de Direito do Trabalho (titular da cadeira 69).

Autor de obras coletivas e artigos publicados em revistas e periódicos especializados, sendo as mais recentes: Emenda Constitucional 45/2004: a Justiça do Trabalho 15 anos depois, in "Emenda Constitucional nº 45/2004 15 Anos do Novo Poder Judiciário" Organizadores José Antonio Dias Toffol, Felipe Santa Cruz e André Godinho. Editora OAB Conselho Federal-DF 2019;

A Constituição de 1988 e a evolução da Justiça do Trabalho in "30 Anos da Constituição Brasileira. Democracia, Direitos Fundamentais e Instituições" Organizador José Antonio Dias Toffoli – Ed. Forense, RJ, 2018;

Dispensa Coletiva. Art. 477-A da CLT. in "A Centralidade do Direito do Trabalho e os Rumos da Legislação Trabalhista" (homenagem ao Ministro João Oreste Dalazen – coordenadoras: Kátia Magalhães Arruda e Delaíde Miranda Arantes) Ed. LTr – 2011;

Justiça do Trabalho: 70 anos. Renovação da Jurisprudência do TST in "Revista do Tribunal Superior do Trabalho. Vol 77 nº 2 abr/jun 2011, pp. 236-270";

A Terceirização e a Súmula nº 331 do TST. in A Efetividade do Direito e do Processo do Trabalho (obra conjunta - Ives Gandra Martins Filho, Maurício Godinho Del Ney Prado e Carlos Araújo, Coordenadores) Elsevier Editora Ltda – 2010. P. 67-76;

A autonomia do processo do trabalho e o CPC. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, v. 11, p. 97-101, 2008/2009; Os Embargos no Tribunal Superior do Trabalho. In Processo nos Tribunais Superiores (obra conjunta) – Ed. Saraiva São Paulo. 2006. p. 875-909;

Cooperativa, uma Alternativa. In Cooperativas à Luz do Código Civil (obra conjunta) Ed. Quatier Latin São Paulo – 2006. P. 95-132.

Participação como expositor em debates, congressos e seminários.

Aprovado em concursos públicos na área do Direito, entre os quais, no Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Procurador do Trabalho, tendo ingressado no Ministério Público do Trabalho em maio de 1988. Promovido a Procurador do Trabalho de Primeira Categoria em agosto de 1988.

Promovido, por merecimento, a Subprocurador-Geral do Trabalho em 1989, cargo que exerceu até sua posse no cargo de Ministro do Tribunal Superior Trabalho, em 31 de maio de 2000.

Presidiu a Quinta Turma do TST nos períodos de 2004 a 2014 e 2016 a 2018. Integrou o Conselho Superior da Justiça do Trabalho nos biênios 2009/2011 e 2014/2016. Foi membro do Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho desde sua instalação até sua aposentadoria em 21/04/2021.

Integrou a Delegação Brasileira, como observador, na 91ª Conferência Internacional do Trabalho da OIT, realizada em Genebra, na Suíça, em julho de 2003.

Membro do grupo de estudos sobre “El sistema de las normas internacionales de Trabajo”, realizado em Genebra, na Suíça, e Turim, na Itália, em setembro de 2004.

Integrou a Delegação Brasileira, como observador, na “106ª Session de Conférence Internationale du Travail” da OIT, realizada em Genebra, na Suíça, no período de 5 a 16 de junho de 2017.

Integrou a Delegação Brasileira, como observador, na “108ª Session de Conférence Internationale du Travail” da OIT (centenário), realizada em Genebra, na Suíça, no período de 10 a 21 de junho de 2019.

Foi presidente da Comissão Permanente de Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho no período de 2007 a 2009.

Foi membro da Comissão Permanente de Jurisprudência e Precedentes Normativos do TST, no período de 2011 a 2013 e Presidente da mesma comissão no período de 2013 a 2014.

Exerceu o cargo de Vice-Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat), no biênio 2009-2011.

Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, no biênio 2014-2016.

Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho no biênio 2018-2020.

Condecorações:

Tem recebido diversas condecorações de honra ao mérito, além das seguintes:

Grão-Colar, da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, em 26 de fevereiro de 2018;

Grã-Cruz, da Ordem do Mérito Judiciário Militar, em 28 de março de 2019;

Grã-Cruz da Ordem do Mérito do Trabalho Getúlio Vargas, em 28 de novembro de 2018;

Recebeu a insígnia da Ordem do Mérito Militar (Exército Brasileiro), no grau Grande Oficial, (por Decreto Presidencial de 28/3/2019), em 17 de abril de 2019;

Recebeu a insígnia da Ordem de Rio Branco, no grau Grande Oficial (por Decreto Presidencial de 30/4/2019), em 3 de maio de 2019;

Recebeu a insígnia da Ordem do Mérito Naval (Marinha do Brasil), no grau Grande Oficial (por Decreto Presidencial de 28/5/2020), em 18 de junho de 2020;

Grã-Cruz da Ordem Estadual do Mérito Renascença do Piauí (Decreto 18.538), em 19 de outubro de 2019;

Medalha Mérito Tamandaré (Marinha do Brasil - Portaria nº 327, de 7.11.2019), em 13 de dezembro de 2019;

Grã-Cruz, da Advocacia Geral da União, em 12 de março de 2020;

Títulos de cidadão:

Cidadão Piauiense, cujo título foi outorgado pelo Decreto Legislativo nº 198, de 22 de junho de 2005.

Cidadão Cearense, cujo título foi outorgado pela Lei Estadual nº 14.130, de 11 de junho de 2008 - (DO de 25/6/2008).

Cidadão Colinense, cujo título foi outorgado pelo Decreto Legislativo nº 98/2012 - (Câmara Municipal de Colinas - MA).

Fonte: <https://www.tst.jus.br/ministros>. Acesso em 4 mar. 21.

Maria Cristina Irigoyen Peduzzi



Maria Cristina Irigoyen Peduzzi é cidadã brasileira, nascida em 21 de dezembro de 1952.

É Ministra do Tribunal Superior do Trabalho desde 21 de junho de 2001.

É Presidente do Tribunal Superior do Trabalho no biênio 2020/2022.

Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho no biênio 2011/2013.

Diretora da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, no biênio 2016/2018. Integrou o Conselho Consultivo nos biênios 2008/2009 e 2010/2011.

Conselheira do Conselho Nacional de Justiça no biênio 2013/2015.

Conselheira do Conselho Superior da Justiça do Trabalho de 2009 a 2013.

Presidente da Comissão TST/Saúde no biênio 2011/2013.

Presidente da Comissão de Documentação do Tribunal Superior do Trabalho, que compreende a Revista do TST no biênio 2009/2011.

Concluiu o curso de Direito, iniciado na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na Universidade de Brasília, em 1975.

Mestre em “Direito, Estado e Constituição” pela Universidade de Brasília.

Foi advogada, com atuação perante os Tribunais Superiores, de 1975 até sua posse como Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, em 2001.

Foi Procuradora da República (1984), Procuradora do Trabalho (1992) e professora universitária, graduação e pós-graduação.

Presidente da Academia Brasileira de Direito do Trabalho de 2002 a 2005. É membro efetivo de várias instituições jurídicas. Recebeu condecorações de diversos Tribunais. Integrou bancas de concursos públicos. É articulista, conferencista em inúmeros congressos jurídicos, nacionais e internacionais.

Autora de livros e trabalhos publicados, dentre eles “O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana”, “Tempo de Serviço no Direito do Trabalho”, “O Contrato de Trabalho e sua Alteração”, em co-autoria; “Curso de Direito Coletivo do Trabalho”, em co-autoria; “O Novo Código Civil – Estudos em Homenagem ao Prof. Miguel Reale, em co-autoria; “Recursos Trabalhistas”, Estudos em homenagem ao Ministro Vantuil Abdala, em co-autoria; “Aspectos Polêmicos e Atuais do Direito do Trabalho”, Homenagem ao Professor Renato Rua de Almeida, em co-autoria; “Trabalho da Mulher”, Estudos em Homenagem a Alice Monteiro de Barros, em co-autoria, todos pela Editora LTr.

Fonte: <https://www.tst.jus.br/ministros>. Acesso em 4 mar. 21.

José Simpliciano Fontes de Faria Fernandes



José Simpliciano Fontes de Faria Fernandes nasceu em Aracaju, Sergipe, no dia 16 de maio de 1948. Bacharel em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Sergipe (UFSE). Foi Membro do Conselho Estadual da Ordem dos Advogados de Sergipe (OAB-SE) entre 1983 e 1985; Membro do Conselho Federal da OAB, de 1993 a 1995; e Representante da OAB-SE em concursos públicos para provimento de cargos de Juiz do Trabalho substituto da 20ª Região. Foi agraciado com a Comenda Ordem Sergipana do Mérito Trabalhista, em 1996, sendo o primeiro advogado sergipano a recebê-la. Em 21 de junho de 2001, tomou posse como Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho, em vaga destinada à Carreira da Advocacia. Aposentou-se em 7 de abril de 2010.



O Ministro Renato de Lacerda Paiva, do Tribunal Superior do Trabalho, ingressou, por concurso público, em 1981, na magistratura do trabalho, como Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, localizado em São Paulo. Antes de sua nomeação para Juiz do Trabalho Substituto, o Ministro Renato Paiva foi advogado, no período de 1971 a 1981.

Exerceu, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2.ª Região, os cargos de Juiz-Presidente da 17ª Junta de Conciliação e Julgamento de São Paulo, de 1984 a 1986, e Juiz-Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Itapeverica da Serra (SP), de 1987 a 1995.

Por merecimento, foi promovido ao cargo de Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região em 1995, cargo atualmente designado Desembargador do Trabalho. Como relator, analisou importantes processos vinculados ao Direito do Trabalho e participou dos órgãos de julgamento do Tribunal. Foi, também, Diretor da Escola Judicial de Magistrados do Trabalho da 2.ª Região, quando desenvolveu diversas ações significativas de formação profissional de Juizes, promovendo cursos e eventos relevantes.

Atuou no Tribunal Superior do Trabalho (TST) como Juiz Convocado, relatando e julgando processos de competência do TST, em três ocasiões, no período 1997/1998, 1999 e, por fim, 2000.

Nomeado Ministro do TST, tomou posse no dia 15 de abril de 2002 e permanece no exercício do cargo. Participa de órgãos de julgamento, tendo sido Presidente da 2.ª Turma por dois anos, e é reconhecido pela relevância dos conhecimentos e posicionamentos demonstrados no exame de processos.

Também na qualidade de Ministro do TST, foi Presidente da Comissão de Jurisprudência, de 2014 a 2015; integrou o Conselho Superior da Justiça do Trabalho no período de 30/4/2010 a 30/4/2015; foi membro do Conselho Consultivo da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, nos biênios 2007/2009 e 2009/2011; e foi Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, de fevereiro de 2015 a fevereiro de 2016.

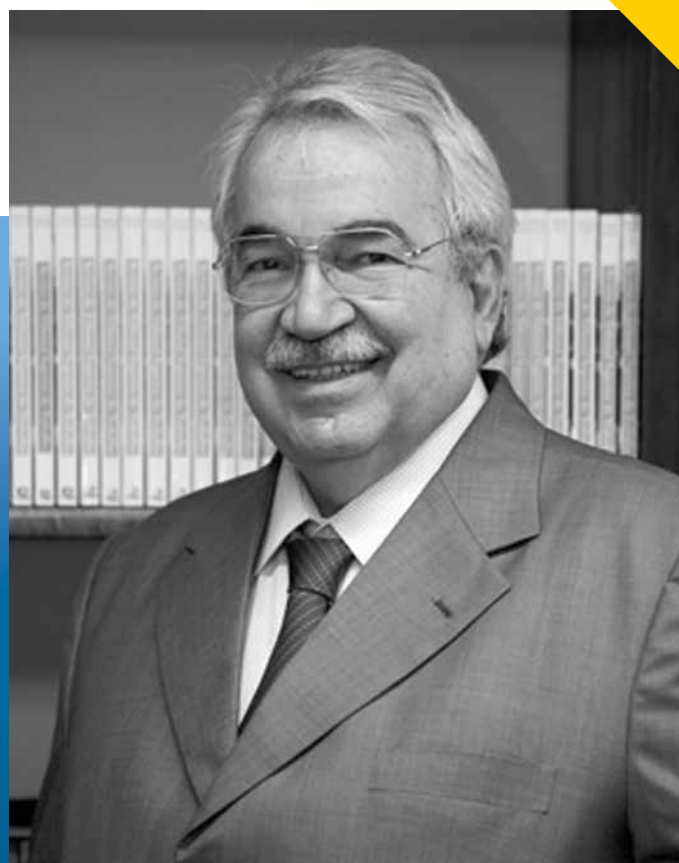
Na sequência, exerceu os seguintes cargos de direção no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho: Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, no biênio 2016/2017 e Vice-Presidente, no biênio de 2018/2019.

Na Corregedoria-Geral, a implantação da Política de Suporte ao Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho (e-Gestão) e ao Módulo de Extração de Dados do Sistema PJe para o e-Gestão (Extrator de Dados), a implantação do Sistema e-Gestão 2.0 e do Sistema Bacenjud Digital JT e o lançamento do índice nacional de gestão do desempenho da Justiça do Trabalho, foram destaques da sua gestão.

Na Vice-Presidência, destacou-se como Gestor da Política Nacional de Conciliação da Justiça do Trabalho, com expressivos avanços no âmbito das políticas públicas judiciárias de resolução adequada de disputas, principalmente no campo da autocomposição de conflitos coletivos nacionais no TST e na instalação de Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas da Justiça do Trabalho (CEJUSCs-JT).

Atualmente, o Ministro integra os seguintes órgãos judicantes do TST: Órgão Especial, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais – SBDI2 e Sétima Turma.

Fonte: <https://www.tst.jus.br/ministros>. Acesso em 4 mar. 21.



Advogado durante 20 anos, Emmanoel Pereira foi Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Vice-Presidente da Comissão de Relações Internacionais, Membro efetivo da Comissão de Prerrogativa para o exercício da advocacia e Membro efetivo do Órgão Especial do Conselho Federal da OAB, no biênio 2000-2002.

É Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, em vaga destinada a advogado pela Constituição Republicana, desde 30 de dezembro de 2002; Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça e Corregedor Nacional de Justiça Substituto, desde setembro de 2019.

Atuou como Vice-Diretor e Professor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT na gestão de 2015/2016; foi Vice-Presidente do TST e CSJT no biênio 2016-2018, foi membro da 1ª Turma e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos, também do TST.

Integrou a Delegação Brasileira, como observador, na 92ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho – OIT, em julho de 2004, Genebra/Suíça. Participou do Programa sobre Libertad Sindical, e el Sistema de

las Normas Internacionales de Trabajo, em setembro de 2005, Turim/Itália, promovido pela OIT. Participou do Curso “Reflexiones de la Formación de Jueces en Iberoamericana”, na Escuela Judicial do Consejo General del Poder Judicial, em outubro de 2009, Barcelona/Espanha. Coordenou a II Conferência Nacional de Mediação e Conciliação, no TST, em outubro de 2016, Brasília/DF. Integrou a Delegação Brasileira, como Presidente em Exercício do Tribunal Superior do Trabalho, na 106ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho – OIT, em junho de 2017, Genebra/Suíça. Como membro do Conselho Nacional de Justiça, presidiu o Painel “Extrajudicial e Disciplinar” no II FONACOR – Fórum Nacional das Corregedorias, em outubro de 2019, Brasília/DF, e participou do Painel “Panorama dos Tribunais Superiores” no XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, representando o Tribunal Superior do Trabalho, em novembro de 2019, Maceió/AL.

É autor do livro “Direitos Sociais Trabalhistas”, lançado em 2018 pela editora Saraiva, e de diversos artigos publicados em jornais e revistas jurídicas. Ainda, presidiu bancas examinadoras de concurso público para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto.

Atualmente, compõe, no Tribunal Superior do Trabalho, o colegiado do Tribunal Pleno, o Órgão Especial, a Seção Especializada em Dissídios Coletivos, o Conselho da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho e, no Conselho Nacional de Justiça, atua como Presidente da Comissão de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas, Presidente da Comissão Permanente de Solução Adequada de Conflitos; integra a Comissão Permanente de Comunicação do Poder Judiciário e a Comissão Permanente de Sustentabilidade e Responsabilidade Social.

Fonte: <https://www.tst.jus.br/ministros>. Acesso em 4 mar. 21.



Lelio Bentes Corrêa nasceu em Niterói, Rio de Janeiro, no dia 3 de julho de 1965. Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília em 1986 e mestre em Direito Internacional dos Direitos Humanos pela Universidade de Essex, Inglaterra, em 2000. Foi bolsista do Programa Chevening do Governo Britânico, mediante seleção pública. Ingressou no Ministério Público do Trabalho, por concurso público de provas e títulos, em 1989, onde ocupou os cargos de Procurador do Trabalho, Procurador Regional do Trabalho e de Subprocurador-Geral do Trabalho, a partir de 2001. Em 2002, chefiou a Coordenadoria Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção do Trabalhador Adolescente, e integrou o Conselho Superior do MPT de 2001 a 2003, eleito pelos integrantes da categoria.

Presidiu a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT, por dois mandatos, entre 1992 e 1996.

Cedido à Organização Internacional do Trabalho (OIT), atuou em Genebra (Suíça), como oficial de programas para a América Latina do Programa Internacional para a Erradicação do Trabalho Infantil (IPEC), entre 2002 e 2003. Foi professor da Escola Superior do Ministério Público da União entre 2001 e 2003; da Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (AEUDF), de 1988 a 1990; do Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB), de 1992 a 2004; e do Instituto de Ensino Superior de Brasília (IESB) desde 2009.

Autor de estudos diversos, com destaque para a área dos direitos humanos, em especial trabalho infantil e trabalho escravo. Foi secretário-geral da International Coalition for the Elimination of Child Labour and for Education, com sede em Washington, e membro do Conselho Consultivo da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança (SP) de 1996 a 2010, e da ONG Missão Criança (DF), de 1998 a 2002. Coordenou a Marcha Global contra o Trabalho Infantil na América do Sul de 1997 a 1999.

Ministro do Tribunal Superior do Trabalho desde 29 de julho de 2003, em posto destinado pela Constituição a membros do Ministério Público do Trabalho.

No TST, atuou como membro eleito do Órgão Especial de 2007 a 2009 e de 2011 a 2013. Integrou ainda, na qualidade de membro eleito: o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), de 2011 a 2013; o Conselho Consultivo da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), de 2007 a 2011 e de 2013 a 2015; e a Comissão de Jurisprudência, de 2007 a 2009 e de 2011 a 2015. Designado pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho presidiu a Comissão da Justiça do Trabalho para a Erradicação do Trabalho Infantil, de 2012 a 2015. Presidiu a Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho de 2007 a 2015. Atuou na Subseção Especializada em Dissídios Individuais – SBDI-I, de 2003 a 2015 e na Subseção Especializada em Dissídios Individuais – SBDI-II, de 2015 a 2018.

Participou de diversas bancas de exame em concursos para admissão nas carreiras da Magistratura do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho.

Nomeado para o Conselho Nacional de Justiça em junho de 2015, após indicação unânime de seus pares. No CNJ, foi presidente da Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento do Conselho Nacional de Justiça e da Comissão Permanente de Aperfeiçoamento da Justiça Militar nos âmbitos federal e estadual. Presidiu, ainda, o Fórum Nacional da Infância e da Juventude (FONINJ) e o Comitê Nacional Judicial de Enfrentamento à Exploração do Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas. Coordenou o Grupo de Trabalho Permanente para assessoramento aos órgãos do CNJ na elaboração de atos normativos atinentes às especificidades da Justiça Eleitoral; o Grupo de Trabalho constituído para elaborar estudos visando à regulamentação da Política Judiciária de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito da Justiça do Trabalho; e o Grupo de Trabalho incumbido de coordenar o projeto “melhoria da eficiência e do desempenho do Judiciário brasileiro”.

É membro da Comissão de Peritos em Aplicação de Normas Internacionais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) desde 2006 e membro da Comissão Julgadora do Prêmio Innovare, de 2013 até a presente data. É membro da Academia Brasileira de Direito do Trabalho desde 2016.

Em 07 de dezembro de 2017, em Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno, foi eleito Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho para o biênio 2018-2020.



Aloysio Corrêa da Veiga nasceu no dia 1º de outubro de 1950, em Petrópolis, Rio de Janeiro, onde se formou em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica de Petrópolis (UCP) no ano de 1974.

Ingressou na magistratura, em 1981, como Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, com sede no Rio de Janeiro, tendo exercido a magistratura no TRT até 2004. Promovido, por merecimento, em 1984, a Juiz do Trabalho Presidente da 27ª Junta de Conciliação e Julgamento do Rio de Janeiro. Atuou como Juiz convocado, a partir de 1996, no TRT da 1ª Região, tendo sido promovido, por merecimento, em janeiro do ano seguinte, para o cargo de Desembargador, vindo a presidir a 6ª Turma daquele Tribunal Regional a partir de 1997.

Participou da banca examinadora de vários concursos públicos para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto, em diversas regiões da Justiça do Trabalho.

Professor da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Petrópolis, de 1984 até 2016. Autor de trabalhos jurídicos publicados em livros em coautoria e em diversas revistas especializadas.

Em 1998, foi convocado pela primeira vez pelo Tribunal Superior do Trabalho, tendo permanecido convocado por seis anos. Em 28 de dezembro de 2004, foi empossado ministro do TST.

Foi membro da Comissão Permanente de Jurisprudência e Precedentes Normativos do TST, de 2007 a 2011. Conselheiro do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) - 2012/2014. Membro da Academia Brasileira de

Direito do Trabalho. Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros. Membro da Academia Brasileira de Direito do Trabalho. Professor Honoris Causa da Universidade Católica de Petrópolis (RJ), Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) no biênio 2011/2013.

Presidiu a Sexta Turma do TST desde a sua instalação, em fevereiro de 2006 até o mês de agosto de 2017; integrou a Seção Especializada em Dissídios Individuais 1 (SDI-1) de 14 de fevereiro de 2005 até agosto de 2017.

Atualmente preside a Comissão Permanente de Regimento Interno – Biênio 2016/2018 e 2018/2020. Membro da Comissão Executiva Nacional de Concurso Público Nacional Unificado para ingresso na carreira da Magistratura do Trabalho – ENAMAT, e integra o Órgão Especial e a Seção Especializada em Dissídios Coletivos - SDC.

Compôs o Conselho Nacional de Justiça, como Conselheiro, no biênio 2017/2019, onde presidiu a Comissão de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas, membro da Comissão de Tecnologia da Informação e Infraestrutura (Portaria nº 10 de 15/2/2018), membro do Comitê Gestor de Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, integrante do Fórum Nacional do Poder Judiciário e Liberdade de Imprensa (Portaria nº 30, de 10/05/2018), representante suplente adicional do CNJ do Comitê Gestor de Identificação Civil Nacional (Ofício 206/GP/2018), membro titular da Câmara Temática “Parcerias e Meios de Implementação” da Comissão Nacional para os objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Ofício 210/GP/2018) e designado como Corregedor Nacional da Justiça – Substituto até setembro de 2019 (Portaria nº 68 de 31/08/2018).

Eleito, em 9 de dezembro de 2019, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho para o biênio 2020/2022.

Fonte: <https://www.tst.jus.br/ministros>. Acesso em 4 mar. 21.

Horácio Raymundo de Senna Pires



Horácio Raymundo de Senna Pires, nasceu em 10 de junho de 1942, em Salvador, Bahia. Formou-se Bacharel em Direito na Universidade Federal da Bahia, em 1965. Iniciou sua carreira jurídica no Ministério Público, em 1966. Ingressou na Magistratura Trabalhista em 1973 como Juiz do Trabalho Substituto, exercendo suas funções em diversas Juntas de Conciliação e Julgamento da Bahia e de Sergipe. Foi promovido, por merecimento, para o cargo de Juiz Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento, nas Juntas de Sergipe e Bahia, de 1980 a 1997, quando foi promovido para o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. Membro do Conselho de Ética da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho – AMATRA V – 1995/1997, 2001/2003, 2003/2005. Membro das Comissões de Concursos

para ingresso na Magistratura Trabalhista – 1990, 1992 e 1995. Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho – AMATRA V – 1997/1999. Membro da Diretoria da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA. Biênio 1999/2001. Chamado a atuar como Juiz Convocado junto ao Tribunal Superior do Trabalho pela primeira vez no ano 2000, foi reconvocato excepcionalmente, em períodos intercalados, até 2005. Tomou posse como Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho, em 14 de fevereiro de 2006. Foi Presidente da 3ª Turma, integrou o Órgão Especial e a Subseção I de Dissídio Individuais do Tribunal Superior do Trabalho e era membro suplente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT. Foi Vice-Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) no biênio 2011/2013. Aposentou-se em 28 de maio de 2012, aos 70 anos.

Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional.



Rosa Maria Pires Weber nasceu no dia 2 de outubro de 1948, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Bacharelou-se em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1971. Foi nomeada Juíza do Trabalho Substituta do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, em 1976. Foi promovida ao cargo de Juiz do Trabalho Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento, em 1981. Foi Juíza do Trabalho Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Ijuí, Santa Maria, Vacaria, Lajeado, Canoas e Porto Alegre e da 4ª Junta de Conciliação e Julgamento, todas no Rio Grande do Sul, no período de 1981 a 1991. Foi promovida a Desembargadora do Trabalho do TRT da 4ª Região, em 1991. Ocupou o cargo de Vice-Corregedora Regional, junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, na forma regimental, pela aposentadoria do Vice-Corregedor eleito, de 29 de março de 1999 a 12 de dezembro de 1999 e Corregedora Regional, por eleição, de 13 de dezembro de 1999 a 16 de dezembro de 2001. Integrante do Colégio de Presidentes e Corregedores

dos Tribunais Regionais do Trabalho, na qualidade de Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, de 13 de dezembro de 1999 a 16 de dezembro de 2001, bem como na de Presidente do Tribunal, de 17 de dezembro de 2001 até 15 de dezembro de 2003, tendo sido membro da Comissão de Orçamento nele instituída. Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, por eleição, de 17 de dezembro de 2001 até 15 de dezembro de 2003. Ingressou como Ministra Togada no Tribunal Superior do Trabalho, em 21 de fevereiro de 2006, e permaneceu até 19 de dezembro de 2011, data na qual tomou posse como Ministra do Supremo Tribunal Federal. No TST, integrou a 6ª Turma, a 3ª Turma, a Sessão Especializada em Dissídios Individuais I, o Órgão Especial e o Tribunal Pleno. A partir do ano de 2009 foi membro titular da Comissão Permanente de Documentação do TST, até 13 de abril de 2011. Compôs, em 2008 e 2009, a Comissão Especial de Juristas, responsável pela elaboração de propostas de aprimoramento e modernização da legislação material e processual trabalhista. Tornou-se, em dezembro de 2011, a primeira mulher da carreira da magistratura trabalhista, desde o primeiro grau de jurisdição, a se tornar Ministra do STF. Atuou também como Ministra Substituta do Tribunal Superior Eleitoral com posse em 12 de junho de 2012 e recondução por mais um biênio em 13 de junho de 2014. Ministra Efetiva do Tribunal Superior Eleitoral, com posse em 24 de maio de 2016. Foi eleita Vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral, com posse em 6 de fevereiro de 2018. Tomou posse como Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, em 14 de agosto de 2018. Foi empossada como Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, em 10 de setembro de 2020. Em dezembro de 2021, completa 10 anos como Ministra do Supremo Tribunal Federal.⁹

Luiz Philippe Vieira de Mello Filho



Luiz Philippe Vieira de Mello Filho é Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, desde 2006. Nasceu em Belo Horizonte (MG) em 24 de março de 1961. É formado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ingressou na magistratura trabalhista em 1987, após ter sido aprovado em segundo lugar em concurso de prova e títulos para o cargo de Juiz do Trabalho substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG), em 1987. Atuou como tal nas Juntas de Conciliação e Julgamento (JCJ) de Belo Horizonte de 1987 a 1988, e foi empossado, por merecimento, na presidência da JCJ de João Monlevade (MG), no mesmo ano.

Exerceu a presidência de Juntas de Conciliação e Julgamento em Uberaba, Ouro Preto e Belo Horizonte, de 1989 a 1990. De 1992 a 1998 atuou em substituição nos gabinetes de diversos juizes titulares do TRT da 3ª Região. Compôs a 5ª Turma do TRT da 3ª Região como juiz convocado em 1998 e foi promovido, por merecimento, a juiz daquele TRT, no mesmo ano. Como Desembargador do TRT de Minas Gerais, foi onze vezes convocado para o TST.

Eleito Diretor da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região entre 2001 e 2003, e membro do Conselho Consultivo da Escola em 2005. Foi titular de diversas comissões de concurso público de títulos e provas para a magistratura do trabalho e o Ministério Público do Trabalho. Integrou o Grupo de Diretrizes Básicas da Reforma Trabalhista criado pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República e foi relator do Fórum Nacional do Trabalho para proposta de reforma sindical do governo Luiz Inácio Lula da Silva, entre 2003 e 2004. Em 21 de fevereiro de 2006, foi empossado ministro do TST.

Exerceu vários cargos na Justiça do Trabalho, dentre os quais o de Diretor da Escola Judicial do 3º Tribunal Regional do Trabalho, Vice-Diretor da Escola Nacional de Aperfeiçoamento da Magistratura (ENAMAT) e Presidente da Comissão de Documentação do TST. Exerceu o cargo de Diretor da ENAMAT, eleito para o biênio 2018/2020. É membro e Vice-Coordenador Processual do Trabalho, do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP). É conferencista, autor de diversos artigos, e coordenador de obras jurídicas. Eleito Vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho para o biênio 2020-2022.

Fonte: <https://www.tst.jus.br/ministros>. Acesso em 4 mar. 21.

Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira



Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira nasceu no Rio de Janeiro (RJ), em 4 de julho de 1961. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora (MG) em 1983, foi oficial administrativo, advogado e procurador administrativo da Prefeitura de Juiz de Fora até novembro de 1988, quando, aprovado em concurso público de provas e títulos, tomou posse como Juiz do Trabalho Substituto da 10ª Região/DF e TO. Promovido por merecimento para a Presidência da então Junta de Conciliação e Julgamento de Ponta Porã (MS), em 1991, foi Titular das 7ª e 17ª Juntas de Conciliação e Julgamento de Brasília (DF), até junho de 1998, quando foi mais uma vez promovido por merecimento ao cargo de Juiz Togado do TRT da 10ª Região. Vice-presidente daquela Corte no biênio 2004/2006, exerceu os cargos de presidente das comissões de informática e de jurisprudência, do Conselho de Saúde e de vice-coordenador da Escola Judicial.

Com diversos trabalhos publicados, tem sido examinador em concursos públicos para provimento de cargos de carreiras jurídicas. Foi vice-presidente, diretor de estudos jurídicos e membro do Conselho Fiscal da AMATRA-X, entre 1993 e 2001.

A partir de 1999 passou a atuar como juiz convocado no Tribunal Superior do Trabalho, sendo reconvocato até 2003. Desde 21 de fevereiro de 2006 é ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

No Tribunal Superior do Trabalho, é Presidente da 3ª Turma, que integra desde a sua posse. Compôs a SBDI-2. Atualmente, integra o Órgão Especial, a SBDI-1 e é Conselheiro do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Foi membro da Comissão de Regimento Interno e Conselheiro da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho. É, pela segunda vez, titular da Comissão de Jurisprudência, além de presidir a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão.

Fonte: <https://www.tst.jus.br/ministros>. Acesso em 4 mar. 21.

Maria de Assis Calsing



Maria de Assis Calsing nasceu em 8 de agosto de 1952, em Juiz de Fora, Minas Gerais. Bacharel em Direito pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília – CEUB, em 1978, e Mestre em Direito e Estado pela Universidade de Brasília, em 1982. Começou a carreira jurídica como advogada, em 1979. Foi Assessora Jurídica do Ministério das Relações Exteriores, até fevereiro 1984, quando tomou posse como Juíza do Trabalho Substituta no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, atuando em Brasília, Goiânia, Cuiabá e Campo Grande. Foi Juíza Presidente da 3ª Junta de Conciliação e Julgamento de Goiânia e da 4ª e da 9ª Juntas de Conciliação e Julgamento de Brasília. Tomou posse como Desembargadora do Trabalho do TRT da 10ª Região, em janeiro de 1993, onde exerceu diversos cargos, entre eles a de Presidente do Tribunal no biênio 1996/1998. Desde outubro de 1998, esteve convocada para o Tribunal Superior do Trabalho, em períodos descontínuos,

tendo permanecido na Corte até tomar posse como Ministra Togada, em 17 de maio de 2007. No Tribunal Superior do Trabalho, integrou a 4.ª Turma desde que tomou posse e tendo sido também dela Presidente. Fez parte da Subseção I e II da Seção Especializada em Dissídios Individuais e depois integrou também a Seção Especializada em Dissídios Coletivos - SDC do Tribunal Superior do Trabalho. Foi membro da Comissão Permanente de Jurisprudência e de Precedentes Normativos. Atuou ainda como Conselheira do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT, de 2013 a 2015, e Conselheira da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, no biênio 2016/2018. Foi Presidente da Comissão de Documentação do Tribunal Superior do Trabalho e Coordenadora do Comitê Gestor do Programa Nacional de Resgate da Memória da Justiça do Trabalho - CGMNac-JT. Foi Vice-Coordenadora do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem.

Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional



Dora Maria da Costa nasceu em Dores do Indaiá, Minas Gerais, no dia 28 de março de 1951. Formou-se em Direito, em 1979, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, e especializou-se em Direito e Processo do Trabalho pela Universidade Federal de Goiás.

Ingressou na Justiça do Trabalho da 3ª Região (Minas Gerais), por concurso público, como Auxiliar Judiciário, em 1979, sendo promovida a Técnico Judiciário. Como servidora, foi assessora de juiz e diretora do Serviço de Documentação, Legislação e Jurisprudência.

Em 1987, ingressou na magistratura trabalhista como Juíza do Trabalho substituta do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (Distrito Federal/Tocantins). Entre 1988 e 2002, presidiu Varas do Trabalho da 10ª e da 18ª Regiões, até ser promovida a Desembargadora do Trabalho do TRT da 18ª Região (Goiás) – órgão que presidiu no biênio 2005/2007.

Em 2003 e 2004, atuou como juíza convocada no Tribunal Superior do Trabalho, ao qual retornou em março de 2007 como juíza substituta na vaga aberta com a aposentadoria do ministro Ronaldo Lopes Leal.

Em 17 de maio de 2007, foi empossada como Ministra Togada do TST, em vaga destinada à carreira da magistratura, onde passou a integrar a Primeira Turma.

Integra a 8ª Turma, desde novembro de 2007, e a Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC), desde março de 2014.

Foi Conselheira do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) no Biênio 2014/2016.

Atuou como membro do Órgão Especial nos biênios 2011/2013 e 2017/2019.

Foi eleita Diretora da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat) para o biênio 2020/2022.

Fonte: <https://www.tst.jus.br/ministros>. Acesso em 4 mar. 21.

Pedro Paulo Teixeira Manus



Pedro Paulo Teixeira Manus nasceu em 12 de março de 1951, na cidade de São Paulo. Em 1973, graduou-se Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Paulista de Direito da PUC-SP. Em 1985, concluiu o Mestrado em Direito do Trabalho pela Faculdade de Direito da USP e, em 1995, o Doutorado em Direito do Trabalho pela PUC-SP. Iniciou sua carreira como servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região e foi chefe de gabinete da Presidência, em 1974. Em 1980, foi nomeado Juiz do Trabalho Substituto do TRT da 2ª Região e, em 1983, promovido a Juiz Presidente da 14ª Junta de Conciliação e Julgamento de São Paulo. Foi Juiz do Trabalho Substituto convocado no ano de 1987 e Juiz Titular do TRT da 2ª Região, em 1992. Em 4 de outubro de 2007, tomou posse como Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga para magistrados dos Tribunais Regionais do Trabalho. Aposentou-se em 19 de abril de 2013.

Fonte: Dossiê do Ministro/TST - Documento Institucional

Fernando Eizo Ono



Fernando Eizo Ono nasceu em Assaí, Paraná. Tornou-se Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Londrina. Ingressou na magistratura trabalhista em 1980, atuando como Juiz Substituto nas Juntas de Conciliação e Julgamento de Florianópolis e Concórdia, em Santa Catarina, e nas Juntas de Conciliação e Julgamento de União da Vitória, Guarapuava, Ponta Grossa, Cornélio Procópio, Maringá, Apucarana e Londrina, no Paraná. Em 1985, foi promovido pelo critério de merecimento ao cargo de Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Londrina e Cornélio Procópio, cargo que ocupou até 1993, quando foi promovido para o cargo de Juiz do Tribunal. Convocado diversas vezes entre 1997 e 1999 para atuar no Tribunal Superior do Trabalho em substituição a dois outros Ministros. Em novembro de 1999, foi eleito por seus pares para o cargo de Corregedor Regional; foi eleito Vice-presidente do TRT Paraná para o biênio 2001/2003; e eleito Presidente da Corte no biênio 2003/2005. Foi coordenado do Colégio de Presidentes e Corregedores dos TRTs, de 2004 a 2005. Em 4 de outubro de 2007, tomou posse como Ministro Togado do TST, na vaga destinada a Juizes dos Tribunais Regionais do Trabalho. Aposentou-se em 5 de março de 2018.

Guilherme Augusto Caputo Bastos



Guilherme Augusto Caputo Bastos nasceu em Juiz de Fora (MG) em 28 de agosto de 1958.

Bacharelou-se em Ciências Econômicas pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB) e em Direito pela Universidade de Brasília (UnB).

É pós-graduado em Direito do Trabalho pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB) e em Direito Material e Processual do Trabalho pela Universidade de León, na Espanha.

Iniciou a carreira no serviço público como servidor concursado do Tribunal Federal de Recursos (1976).

Ingressou na magistratura trabalhista como Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (DF) em 1989. Foi promovido a Juiz Presidente da 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Dourados (MS) em 1991 e Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (MT) em 1992.

Atuou como Juiz Convocado no Tribunal Superior do Trabalho a partir de janeiro de 2000 em períodos descontínuos.

É Presidente da Academia Nacional de Direito Desportivo.

É detentor de honrarias com destaque para a Ordem do Mérito Desportivo concedida pela Presidente da República pelo destacado trabalho no âmbito do direito desportivo.

Em 4 de outubro de 2007 tomou posse como Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

Fonte: <https://www.tst.jus.br/ministros>. Acesso em 4 mar. 21.

Márcio Eurico Vitral Amaro



Márcio Eurico Vitral Amaro nasceu em 27 de junho de 1952, em Belo Horizonte (MG). Bacharelou-se em Direito pela Universidade Católica de Minas Gerais em junho de 1980. Em 1987, após aprovação em concurso público, tomou posse como Juiz do Trabalho perante o Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, que, à época, além do Distrito Federal, tinha jurisdição sobre os Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Em 1992 foi promovido por merecimento a juiz do recém-criado Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, com sede em Campo Grande (MS), e eleito como seu primeiro Presidente, cargo que exerceu no biênio 1993/1994. Em 14 de novembro de 2007 tomou posse no cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho. Aposentou-se em 5 de março de 2021.

Fonte: <https://www.tst.jus.br/ministros>. Acesso em 4 mar. 21.



Walmir Oliveira da Costa nasceu em Irituia (PA), em 17 de fevereiro de 1958. Graduou-se em Direito e obteve título de Mestre em Instituições Jurídico-Políticas/Direito do Trabalho, pela Universidade Federal do Pará, em 1998. Na década de 80, foi assistente técnico e advogado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Museu Paraense Emílio Goeldi, onde exerceu diversos cargos e presidiu comissões. Ingressou na magistratura trabalhista por concurso público em 1989, como juiz do Trabalho substituto da 8ª Região (PA/AP). Atuou em todas as Varas do Trabalho de Belém e nas de Abaetetuba, Almeirim, Altamira, Castanhal, Macapá e Marabá. Em janeiro de 1993, foi promovido por merecimento e por unanimidade a titular da Vara do Trabalho de Almeirim e, posteriormente, de Abaetetuba e da 1ª de Belém. Presidiu a Associação dos Magistrados do Trabalho da 8ª Região (Amatra VIII) e lecionou nos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade da Amazônia, entre 1996 e 2003, da Faculdade Ideal (PA), entre 2003 e 2004, e no curso de Pós-graduação em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho do IESB (DF), entre 2009 e 2010. Em 1997, foi promovido por merecimento a juiz do Tribunal Regional do

Trabalho da 8ª Região. Atuou como juiz convocado no Tribunal Superior do Trabalho em dez períodos de convocação, entre 2000 e 2007. Em novembro de 2007, tomou posse como ministro do TST, em vaga destinada à magistratura. Em 1998, publicou o livro "Danos Morais nas Relações Laborais. Competência e Mensuração", pela Editora Juruá. Em 2014, publicou o livro "Acórdãos Didáticos: Jurisprudência em Recurso de Revista no TST", pela Editora LTR. Em 2017, e publicou o livro "Acórdãos Didáticos II: Jurisprudência do TST em Direito Individual e Coletivo do Trabalho, pela Editora LTr., além de possuir artigos em diversas obras jurídicas. Foi agraciado com medalhas, títulos e honrarias. Atuou como membro do Conselho Consultivo da ENAMAT, biênios 2011/2013 e 2018/2020. Foi Conselheiro Suplente do Ministro Eizo Ono no Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), biênio 2015/2017. Membro titular da Comissão de Documentação do Tribunal Superior do Trabalho. Foi membro titular da Comissão de Documentação do Tribunal Superior do Trabalho. Foi membro titular da Comissão de Jurisprudência e Precedentes Normativos do Tribunal Superior do Trabalho, período de 2016 a 2017, e Presidente de novembro de 2017 a fevereiro de 2018. Conselheiro do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) no biênio de 2017/2019. Foi eleito Vice-Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT para o Biênio 2020/2022. Foi membro da Academia Nacional de Direito do Trabalho, ocupante da Cadeira nº 75. Foi membro da Academia Nacional de Direito Desportivo, ocupante da Cadeira nº 32. Foi Presidente da 1ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho, e compôs a Subseção I da Seção Especializada em Dissídios Individuais. Faleceu em 28/04/2021.

Maurício Godinho Delgado



Mauricio José Godinho Delgado, nascido em Lima Duarte (MG), em 13 de maio de 1953, graduou-se em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) – 1º lugar geral no Vestibular Unificado –, tornando-se Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 1980, e Doutor em Direito por essa Universidade em 1994.

É Ministro do Tribunal Superior do Trabalho desde novembro de 2007. No TST integra, desde março de 2012, a 3ª Turma. Entre 2007 e 2012, compôs a 6ª Turma do TST. E, entre 2013 e 2017, foi membro do Órgão Especial (OE) e, entre 2017 e 2019, compôs o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). Integra, desde 2007, a Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC-TST) e o Tribunal Pleno. Compôs a Comissão de Jurisprudência e de Precedentes Normativos do TST em dois períodos, de fevereiro de 2016 a fevereiro de 2018 e de fevereiro de 2018 a fevereiro de 2020. Preside, desde fevereiro de 2020, a Comissão de Documentação e Memória do TST e, no mesmo período, coordena o Comitê Gestor do Programa Nacional de Resgate da Memória da Justiça do Trabalho (CGMNac-JT). Coordena a Revista do TST desde fevereiro de 2020 e a Revista Direito das Relações Sociais e Trabalhista, do UDF, desde janeiro de 2015.

Foi Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais (promoção por merecimento em maio de 2004), tendo exercido jurisdição desde 1991 na Capital daquele Estado, com ingresso na Magistratura em 1989 (1º lugar no Concurso Público). Anteriormente, foi Juiz do Trabalho Substituto (1989-1990) e Juiz Titular, Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento nas cidades de Governador Valadares (1990), Varginha (1990), Itabira (1990-1991), Contagem (1991) e, finalmente, Belo Horizonte (1991-2004).

Sua experiência na Magistratura abrange, pois, mais de 31 anos (1989-2021).

Foi Advogado inscrito na OAB-MG por mais de uma década até novembro de 1989, quando tomou posse como Magistrado.

Professor Titular do Centro Universitário UDF, em Brasília-DF, desde fevereiro de 2014. Participou da fundação de seu “Mestrado em Direito das

Relações Sociais e Trabalhistas”, aprovado, pela CAPES, em dezembro de 2015 e inaugurado no primeiro semestre de 2016.

Foi Professor na Universidade Federal de Minas Gerais por 22 anos, inicialmente na área de Ciência Política (1978-1992) e, em seguida (1º lugar no Concurso Público), também na Faculdade de Direito da UFMG (1993-2000), de Direito do Trabalho (graduação e pós-graduação). De fevereiro de 2000 a julho de 2012 foi Professor de Direito do Trabalho (graduação e pós-graduação) da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (desde novembro de 2007, somente Mestrado e Doutorado, em disciplina virtual). Professor de Curso de Especialização em Direito Material e Processual do Trabalho do Centro Universitário IESB, em Brasília-DF (2008-2013). Atualmente é Professor Titular do UDF (2014; atual.) e de seu Mestrado em Direito das Relações Sociais e Trabalhistas (Professor Decano).

Sua experiência no Magistério Universitário abrange, pois, mais de 43 anos (1978-2021).

Há 28 anos atrás, em 1993, integrou Comissão Especial de Juristas, instituída por Decreto do Presidente da República do Brasil, com o objetivo de analisar propostas a serem debatidas no quadro da revisão prevista pela Constituição Republicana de 1988. Nos anos de 2008 e 2009, também foi membro titular da Comissão Especial de Juristas, responsável pela elaboração de propostas de aprimoramento e modernização da legislação material e processual trabalhista.

Palestrante consagrado, tem participado de diversos eventos, no País e no exterior, relativos ao Direito Constitucional, Direito Constitucional do Trabalho, Direito Coletivo do Trabalho, Direito Individual do Trabalho e Direito Processual do Trabalho. No Brasil já ministrou distintos cursos de atualização e especialização, além de ter composto inúmeras bancas de concursos públicos, a par de natureza acadêmica, sobre a mesma área de pesquisa e estudos.

Possui mais de 30 livros publicados, entre individuais, duais e coletivos.

Seus livros individuais editados são treze: Curso de Direito do Trabalho (19ª ed., São Paulo: LTr, 2020); Direito Coletivo do Trabalho (7ª ed., São Paulo: LTr, 2017); Capitalismo, Trabalho e Emprego – entre o paradigma da destruição e os caminhos de reconstrução (3ª ed., São Paulo: LTr, 2017); Princípios Constitucionais do Trabalho e Princípios de Direito Individual e Coletivo do Trabalho (5ª ed., São Paulo: LTr, 2017); Jornada de Trabalho e Descansos Trabalhistas (3ª ed., São Paulo: LTr, 2003); Salário – teoria e prática (2ª ed., Belo Horizonte: Del Rey, 2002); Introdução ao Direito do Trabalho (3ª ed., São Paulo: LTr, 2001); Alterações Contratuais Trabalhistas (São Paulo: LTr, 2000); Contrato de Trabalho: caracterização, distinções, efeitos (São Paulo: LTr, 1999); O Novo Contrato por Tempo Determinado (2ª ed., São Paulo: LTr, 1999); O Poder Empregatício (São Paulo: LTr, 1996); Democracia e Justiça (São Paulo: LTr, 1993); Direito do Trabalho e Modernização Jurídica (Brasília: Consulex, 1992).

Lançou, em 2012, obra dual, com Gabriela Neves Delgado, Professora da Faculdade de Direito da UNB: Constituição da República e Direitos Fundamentais – Dignidade da Pessoa Humana, Justiça Social e Direito do Trabalho (hoje em 4ª edição - São Paulo: LTr, 2017). Também em 2012 coorganizou, com a mesma Professora da UnB, a Coleção, em seis volumes, Doutrinas Essenciais – Direito do Trabalho e Direito da Seguridade Social (São Paulo: Revista dos Tribunais). Em 2013 lançou, em conjunto com a mesma Professora, obra em três volumes, Tratado Jurisprudencial de Direito Constitucional do Trabalho (São Paulo: Revista dos Tribunais). Em 2016 lançou com a referida Professora da UNB o livro: O Novo Manual do Trabalho Doméstico (hoje em 2ª edição - São Paulo: LTr, 2017) e a obra CLT Acadêmica e Profissional (São Paulo: LTr, 2016). Em 2017 lançou, igualmente com a citada Professora da UnB o livro: A Reforma Trabalhista no Brasil, com os comentários à Lei n. 13.467/2017 (hoje em 2ª edição - São Paulo: LTr, 2018).

Lançou, em 2007, obra coletiva com a Professora Lorena Vasconcelos Porto, com diversos autores nacionais e internacionais: O Estado de Bem-Estar Social no Século XXI (hoje em 2ª edição - São Paulo: LTr, 2018); com a mesma Professora e Procuradora do Trabalho lançou em 2019 nova obra coletiva, com diversos autores nacionais e internacionais: *Welfare State – Os grandes desafios do Estado do Bem-Estar Social* (São Paulo; LTr, 2019). Em 2021, lançou, com a mesma coorganizadora e autora, outra obra coletiva, igualmente com autores brasileiros e estrangeiros: *O Estado de Bem-Estar Social na América Latina – caracterização, obstáculos e desafios* (São Paulo; Ed. Tirant Lo Blanch, 2021).

Coparticipou ainda, ao lado de outros juristas, da organização de cinco outras obras de natureza coletiva: *Direito do Trabalho – evolução, crise, perspectivas* (São Paulo, LTr, 2004); *Relação de Trabalho – fundamentos interpretativos para a nova competência da Justiça do Trabalho* (2ª tir., São Paulo: LTr, 2006); *Anais do I Congresso Internacional de Direito do Trabalho e Direito da Seguridade Social – Programa de Mestrado em Direito do UDF* (Belo Horizonte: RTM, 2017); *Social and Labor Relations and New Technologies* (São Paulo-Lisboa: Lisbon International Press, 2020); e *Human and Social Rights in Brazil* (São Paulo-Lisboa: Lisbon International Press, 2020).

Tem mais de 110 artigos e/ou capítulos publicados em livros coletivos e/ou revistas especializadas do Brasil e do exterior.

Recebeu diversas homenagens, entre as quais, citam-se: Comenda Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, Grau: Oficial, Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (2001); Comenda Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho Juiz Ari Rocha, Grau: Grã-Cruz, Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (2004); Medalha Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, Universidade Federal de Juiz de Fora (2006); Comenda Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, Grau: Grã-Cruz, Tribunal Superior do Trabalho (2007); Medalha Dom Cabral,

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC MINAS (2007); Comenda Ordem do Mérito Jus et Labor, Grau: Grã-Cruz, Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (2009); Comenda Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, Grau: Grã-Cruz, Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (2009); Comenda Ordem do Mérito de Dom Bosco, Grau: Grande Cruz, Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (2009); Medalha da Inconfidência Mineira - Grande Medalha Ouro Preto, Governo do Estado de Minas Gerais (2010); Comenda Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, Grau: Grande Colar, Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (2010); Comenda Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, Grau: Grã Cruz, Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (2011); Comenda “Mérito Benjamin Colucci”, OAB Minas Gerais - Subseção Juiz de Fora (2012); Comenda Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, Grau: Grã-Cruz, Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (2012); Medalha do Curso de Doutorado e de Mestrado em Direito, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC MINAS (2012); Comenda Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, Grau: Grã-Cruz - recebeu dia 27/09/19 no TRT, Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (2012); Comenda da Ordem de São José Operário, Grau: Grã-Cruz, Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (2013); Comenda Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho da Bahia, Grau: Oficial, Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (2013); Voto de Congratulação - Homenageado na obra: Trabalho e Justiça Social - um tributo a Maurício Godinho Delgado, Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais (2013); Comenda Ordem Anhanguera do Mérito Judiciário do Trabalho; Grau: Grã-Cruz, Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (2013); Livro Coletivo em Homenagem ao Professor Mauricio Godinho Delgado - Trabalho e Justiça Social - Coord.: Daniela Muradas; Roberta Dantas De Mello; Solange B. De C. Coura, Obra com 52 artigos de distintos autores nacionais e internacionais - São Paulo: Ltr, 2013; Medalha Alusiva aos 10 Anos do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - Instituída pelo Ato nº 194/TST.GP de 19 de abril de 2016, Tribunal Superior do Trabalho (2016); Comenda Ordem Alencarina do Mérito do Judiciário do Trabalho - Grau Grã-Cruz, Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região - Recebida pessoalmente no TST no dia 10 de setembro 2019 (2017); Livro Coletivo em Homenagem ao Professor Mauricio Godinho Delgado - Direito do Trabalho e Estado Democrático de Direito - Coord.: Raphael Miziara; Carolina S. S. Assunção; Antonio Capuzzi, Mestrado em Direito do UDF - Ed. LTr - São Paulo-SP (2018); Homenagem - Simpósio Virtual O Direito do Trabalho na Contemporaneidade: A Obra do Jurista Mauricio Godinho Delgado, AMAT - Associação Mineira de Advogados Trabalhistas; OAB/MG; OAB/JF (Evento Telepresencial, 2020).

Fontes: <https://www.tst.jus.br/ministros>; <http://lattes.cnpq.br/0193819848023084>. Acesso em ... mar. 21.

Kátia Magalhães Arruda



Kátia Magalhães Arruda nasceu no Ceará. Bacharel em Direito e Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Ceará. É Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão e pesquisadora de temas relacionados à precarização do trabalho e eficácia dos direitos constitucionais trabalhistas e trabalho infantil.

Iniciou na magistratura do trabalho em 1990, quando foi aprovada em concurso público para atuar no Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, no Maranhão. Presidiu as Varas do Trabalho de Imperatriz, Caxias e também a 1ª e 4ª Varas de São Luis. Em 2000 foi promovida a Desembargadora do TRT 16ª Região, ocupando os cargos de corregedora, no período de 2003-2005, e de presidente no biênio de 2005-2007. Em 27 de março de 2008 assumiu o cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho – TST. A ministra Kátia Magalhães Arruda foi ainda membro de bancas examinadoras de concurso para juiz do trabalho e para professor da Universidade Estadual do Maranhão, além de ter representado a Justiça do Trabalho maranhense no Fórum Estadual Contra o Trabalho Infantil. Foi presidente da Comissão

de Memória do TRT do Maranhão. No período compreendido entre 1994 e 2009 foi professora do Curso de Direito da Universidade Federal do Maranhão. Foi professora da Escola de Magistratura do TRT da 16ª Região (1994-2008).

A ministra Kátia Arruda é autora e coautora de vários trabalhos, entre eles “Direitos Coletivos, Dignidade Humana e Inclusão Social”, “A Jurisdição extraordinária do TST na admissibilidade do Recurso de Revista”, “Democracia e Direito do Trabalho”, “Dos direitos humanos aos direitos fundamentais”, “Direito Constitucional do Trabalho”, “Justiça do Trabalho: Evolução histórica e perspectivas”. Publicou em diversas revistas jurídicas do país, tais como: Revista LTR, Revista do Senado Federal, Síntese Trabalhista, Revista do TRT 16ª Região, Revista de Informação Legislativa.

Atualmente é Conselheira da Escola Nacional da Magistratura Trabalhista – ENAMAT e Coordenadora do Programa Nacional de Combate o Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem, do TST.

Fonte: <https://www.tst.jus.br/ministros>. Acesso em 4 mar. 21.



Possui mestrado em Direito (Direito e Desenvolvimento) pela Universidade Federal do Ceará (2000) e obteve o título Master em Direito das Relações Sociais na Universidad de Castilla la Mancha. Doutor em Direito das Relações Sociais pela Universidad de Castilla la Mancha, onde defendeu tese em julho de 2011, com revalidação no Brasil pela Universidade Federal de Pernambuco. Tem pós-doutorado em Direitos Humanos pela Universidad de Salamanca, na Espanha, onde atualmente leciona. Foi professor adjunto da Universidade Federal de Sergipe de 1997 a 2009, afastando-se para o exercício do cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho. Leciona Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho na graduação e pós-graduação do IESB - Instituto de Educação Superior de Brasília. Professor de Direito dos Contratos em curso de mestrado na Universidade Autônoma de Lisboa e no curso de pós-graduação lato sensu em Direito Constitucional do Trabalho da Universidade de Brasília, em convênio com o TST.

É professor no curso de pós-doutorado da Universidad de Salamanca. Foi advogado, promotor de justiça, juiz do trabalho e desembargador federal do trabalho no TRT da 20ª Região, onde exerceu os cargos de Presidente do TRT e Diretor da Escola Judicial. Desde dezembro de 2009, é ministro do Tribunal Superior do Trabalho, onde compôs o Conselho Consultivo da

Escola Nacional dos Magistrados do Trabalho, presidiu o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação. Presidiu a Comissão de Documentação e coordenou o Comitê Gestor do Programa Nacional de Resgate da Memória da Justiça do Trabalho - CGMNac-JT no biênio 2016/2017. Foi vice-diretor da Enamat – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da Justiça do Trabalho e é membro do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Tem experiência acadêmica na área de Direito, com ênfase em Direito do Trabalho e em Direitos Humanos. Escreveu dezenas de artigos jurídicos, teve participação em coletâneas jurídicas e é autor dos livros Direito Individual do Trabalho (Rio de Janeiro: Editora Forense, 2007), Garantia de Indenidade no Brasil (São Paulo: LTr, 2013) e Direito do Trabalho: curso e discurso (São Paulo: Editora LTr, 2016, 2018 e 2019) e Princípios de Direito do Trabalho: sob a perspectiva dos direitos humanos (São Paulo: Editora LTr, 2018). Participou em congressos jurídicos, como professor ou palestrante, em Lisboa, Roma, Salamanca, Porto e em vários estados do Brasil. Como congressista, participou de eventos jurídicos em Washington, Barcelona e Genebra, todos relacionados a temas de direitos sociais.

Fonte: <https://www.tst.jus.br/ministros>. Acesso em 4 mar. 21.



José Roberto Freire Pimenta nasceu em 4 de fevereiro de 1956, em São Sebastião do Paraíso, Minas Gerais. Aprovado em primeiro lugar no exame vestibular, ingressou em 1974, em Belo Horizonte, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, colando o grau de bacharel em dezembro de 1978, ocasião em que obteve o “Premio Barão do Rio Branco”, concedido ao melhor aluno da turma. Tornou-se, posteriormente, Especialista e depois Doutor em Direito Constitucional pela mesma UFMG.

Após sua aprovação em primeiro lugar no concurso público de provas e títulos correspondente em 1982, atuou, até dezembro de 1988, como procurador do Estado de Minas Gerais, ao mesmo tempo em que desenvolveu intensa atividade como advogado trabalhista de várias entidades sindicais de trabalhadores. Em dezembro de 1988, tomou posse como juiz do Trabalho substituto, depois de ter sido aprovado em primeiro lugar no concurso público respectivo.

Atuou como magistrado do Trabalho em Minas Gerais por quase 22 anos, de 1988 a 2010. De 1990 a 2002, foi Juiz do Trabalho Presidente e, a partir de 1999, Juiz Titular da Vara do Trabalho de João Monlevade, da 2ª Vara de Betim, da 3ª Vara de Contagem e da 14ª Vara de Belo Horizonte. Em julho de 2002, por merecimento, tornou-se Desembargador do TRT da 3ª Região, onde também integrou a Comissão de Regimento Interno, a partir de janeiro de 2004, e o Órgão Especial, na qualidade de membro eleito por seus pares, pelos mandatos de 2006-2007 e 2008-2009. Paralelamente, foi, ainda, membro de diversas comissões de concurso para o cargo de juiz do Trabalho substituto da 3ª Região.

Integrou, igualmente, o Conselho Consultivo da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, a partir de 2001, desempenhando as funções de coordenador acadêmico, em 2005, e de seu diretor, de janeiro/2006 a dezembro/2007. Passou a integrar o Conselho Consultivo

da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) desde sua estruturação, em setembro de 2006, em vaga destinada a Desembargador do Trabalho, tendo a ele sido reconduzido na mesma condição em março de 2009 pelo voto unânime do Pleno do Tribunal Superior do Trabalho. Em 28.02.2018, foi eleito pelo Pleno do Tribunal Superior do Trabalho para integrar, em vaga destinada a Ministro, o Conselho Consultivo da ENAMAT, pelo mandato de 2 (dois) anos, o qual se encerrou em 02/03/2020.

De fevereiro de 2002 a setembro de 2017, atuou como professor – de graduação e pós-graduação – da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, ministrando disciplinas nas áreas de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho. Em agosto de 2010, passou a se dedicar apenas ao mestrado e ao doutorado em Direito da PUC-Minas (PUC Minas Virtual). A partir de março de 2018, atua como Professor Titular do Centro Universitário do Distrito Federal – UDF, de graduação e pós-graduação, nas áreas de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho.

É autor de vários artigos divulgados em livros coletivos ou revistas acadêmicas na área trabalhista, tendo contribuído como coautor e coorganizador dos livros coletivos “Direito do Trabalho: evolução, crise e perspectivas” (São Paulo: LTr, 2004) e “Tutela metaindividual trabalhista: a defesa coletiva dos direitos dos trabalhadores em Juízo” (São Paulo: LTr, 2009).

Tomou posse no cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho em 03 de setembro de 2010, em vaga destinada à magistratura de carreira. Integra a sua Segunda Turma e a Subseção I de sua Seção Especializada em Dissídios Individuais (SbDI-1). Em março de 2011, foi eleito, pelo Tribunal Pleno, membro titular da Comissão Permanente de Regimento Interno e da Comissão de coordenação dos trabalhos do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Assessores e Servidores do TST – CEFAST. Em 10/03/2014, o mesmo Tribunal Pleno o reconduziu para as mesmas Comissões e também o elegeu Presidente da Comissão do CEFAST, pelo mandato de fevereiro de 2014 a fevereiro de 2016. Em 08/04/2015, foi eleito Presidente da Segunda Turma do TST, para exercer um mandato de dois anos, tendo sido sucessivamente reeleito para exercer mais dois mandatos, com término do último deles em 04/03/2020. Em 27/06/2016, foi eleito pelo Tribunal Pleno para compor o Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho, a partir de 12/08/2016 tendo sido reeleito para exercer novo mandato de dois anos a partir de da mesma data.

Tomou posse no cargo de Ministro Conselheiro do Conselho Superior da Justiça do Trabalho em 23 de agosto de 2019. A partir de 02/03/2020, foi eleito pelo Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho para integrar como Ministro Titular a sua Comissão de Documentação, com mandato de 2 (dois) anos.

Delaíde Alves Miranda Arantes



Delaíde Alves Miranda Arantes, natural de Pontalina, Estado de Goiás, nasceu em 1.º de maio de 1952. Mestranda da UnB – Universidade de Brasília (Internacionalização, Trabalho e Sustentabilidade, linha de pesquisa: Direito, Estado e Constituição), integrante do Grupo de Pesquisa Trabalho, Constituição e Cidadania (UnB/CNPq), pós-graduada em Direito e Processo do Trabalho pela UFG – Universidade Federal de Goiás e em Magistério Superior, Docência Universitária, pela PUC-GO, bacharel em Direito pelo Uni-Anhanguera, Centro Universitário de Goiás.

Tomou posse no Tribunal Superior do Trabalho em 1.º de março de 2011, no cargo de Ministra, em vaga destinada à Advocacia. Integra a 2ª Turma e a SBDI-2 – Subseção II Especializada em Dissídios Individuais. Membro titular da Comissão de Regimento Interno do TST, suplente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT e Coordenadora do Comitê Gestor Nacional do Programa Trabalho Seguro TST/CSJT.

Secretária da Delegação Brasil, do JUTRA – Associação Luso-Brasileira de Juristas do Trabalho, biênio 2019/2020. Sócia honorária do IAB – Instituto dos Advogados Brasileiros, do IAG – Instituto dos Advogados de Goiás, da AMATRA18 – Associação dos Magistrados Trabalhistas da 18.ª Região e da ANAMATRA – Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho.

Exerceu a Advocacia Trabalhista por 30 anos, de 1980 a 2010. Exerceu o magistério superior (Direito e Processo do Trabalho) na Faculdade de Direito da PUC-GO.

Autora de artigos, matérias e obras jurídicas, entre as quais: “Trabalho Doméstico – Direitos e Deveres” (AB Editora, GO, 6.ª ed.); “Execução Trabalhista Célere e Eficiente – Um Sonho Possível” (Editora LTR, SP); “Direitos Trabalhistas e Previdenciários dos Trabalhadores no Ensino Privado” (coordenação, José Luciano de Castilho Pereira, ministro TST - Editora LTR, SP, 2008 – em homenagem a Evandro Lins e Silva); “Trabalho Doméstico – Teoria e Prática da Emenda Constitucional 72, de 2013” (coordenação Eduardo Gunther e Silvana Souza Netto Mandalozzo - Juruá Editora, PR) e “Revista do Advogado – 70 anos da CLT”, artigo “As conquistas dos empregados domésticos no marco dos 70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho” (AASP, SP, n.º 121, 2013), “Como aplicar a CLT à Luz da Constituição” (coordenação Márcio Túlio Viana e Cláudio Jannotti da Rocha, Editora LTR, SP, 2016 – homenagem a Gabriela Neves Delgado), dentre outras publicações.

Integrou o CADAL – Comitê Técnico Assessor da Coordenadoria Latino-Americana de Advogados Trabalhistas, sediado em Buenos Aires e a Delegação Brasileira na 100.ª Conferência da OIT - Organização Internacional do Trabalho, em 2011, em Genebra, Suíça.

Foi Diretora Secretária da OAB/GO e Conselheira Secional, Presidente do Instituto Goiano de Direito do Trabalho – IGT (do qual é sócia fundadora). Foi vice-presidente da Comissão de Direito do Trabalho da OAB - GO e a primeira presidente mulher da AGATRA – Associação Goiana de Advogados Trabalhistas e Conselheira da ABRAT – Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas, vice-presidente da ABMCJ – Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica e membro do CONEM/GO, Conselho Estadual da Mulher do Estado de Goiás.

Fonte: <https://www.tst.jus.br/ministros>. Acesso em 4 mar. 21.



Hugo Carlos Scheuermann nasceu em Três Passos (RS) no dia 15 de julho de 1959. Iniciou sua carreira profissional bem jovem em empresas de sua cidade natal como empregado. Em 1974 começou como Office-boy e trabalhou também como auxiliar de escritório e encarregado de setor. Em 1979 continuou sua atuação profissional na capital do Estado. Em Porto Alegre, exerceu as funções de auxiliar administrativo e assessor em Recursos Humanos e, entre 1982 e 1983, atuou como comerciante.

Em 27 de outubro de 1983, após aprovação em concurso público, foi nomeado para o cargo de Auxiliar Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Durante o período em que foi servidor público naquele Tribunal, exerceu funções no primeiro grau de jurisdição até o início do ano de 1988, tendo atuado também como Assistente de Diretor de Secretaria de Vara do Trabalho e Secretario Especializado de Juiz. Após, passou a atuar no segundo grau como Assessor de Desembargador Federal do Trabalho.

Em 1986, graduou-se Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), curso que iniciou em 1982. No ano de 1987 realizou o curso de Preparação para o Ministério Público, ministrado pela Escolha Superior do Ministério Público (ESMP).

Em 19 de abril de 1989, tomou posse no cargo de Juiz do Trabalho Substituto do TRT da 4ª Região. Em 1991, veio a promoção, por merecimento, para Juiz do Trabalho Titular e, no segundo semestre de 1999, a primeira convocação para o Tribunal. Atuou ainda como Juiz Convocado do TRT, no período de 16 de agosto de 2000 a 6 de janeiro de 2003.

Em 16 de janeiro de 2003, tomou posse, após promoção também por merecimento, no cargo de Desembargador Federal do Trabalho do TRT da 4ª Região.

Em 2007, concluiu a Pós-Graduação, diplomando-se Especialista em Direito Processual do Trabalho e Direito Previdenciário pela Universidade Santa Cruz do Sul (UNISC).

A atuação em atividades de ensino e pesquisa é um traço marcante na biografia de Hugo Carlos Scheuermann, desde 1995 tem ministrado cursos com temática relacionada principalmente ao Direito Processual do Trabalho em renomadas instituições de ensino superior como: Universidade de Caxias do Sul (UCS), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Unidade de Passo Fundo da Faculdade Meridional, Universidade Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), e Universidade de Passo Fundo, Fundação Escola da Magistratura do Trabalho (FEMARGS), Escola Judicial do TRT da 4ª Região.

Soma-se à atividade docente a orientação de diversos alunos na elaboração de trabalhos de conclusão de cursos de Pós-Graduação e também a direção acadêmica da FEMARGS, entre 2009 e 2011, além de diversas palestras relacionadas a temas do processo do trabalho, responsabilidade civil do empregador, acidente de trabalho e dano moral.

Como Desembargador do TRT 4ª Região, integrou a Comissão de Jurisprudência entre 2004 a 2005 e, a partir de 2006, a Comissão de Informática, bem como o Órgão Especial, nos biênios de 2004 a 2005, 2006 a 2007 e 2010 a 2011. Presidiu o Comitê de Segurança da Informação, atuou como Gestor Regional do Programa de Prevenção de Acidentes do Trabalho, instituído pelo TST e pelo CSJT, além ter sido o magistrado responsável pelo “Projeto de Reestruturação Organizacional” no âmbito do Planejamento Estratégico do TRT 4ª Região para o quinquênio 2010-2015.

A atuação no Tribunal Superior do Trabalho teve início em 2011 com a convocação para substituir o Ministro Lélvio Bentes Corrêa, no período de 16 de novembro a 16 de dezembro. Em 16 de julho de 2012 tomou posse como Ministro do TST. Atualmente, integra a 1ª Turma, a Subseção I da Seção Especializada em Dissídios Individuais (SBDI-1), a Comissão de documentação, como membro suplente e preside a Comissão Executiva do Concurso Nacional Unificado para Juiz do Trabalho.

Fonte: <https://www.tst.jus.br/ministros>. Acesso em 4 mar. 21.



O Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte é natural da cidade do Rio de Janeiro (RJ).

Atividade profissional:

Ingressou na magistratura em abril de 1993, como Juiz do Trabalho Substituto do TRT da 1ª Região, após aprovação como 1º colocado no concurso. Já em 1994 foi promovido a Juiz Titular. Em 1999 foi convocado para atuar no 2º grau de jurisdição do TRT 1ª Região. Em março de 2004, foi promovido, por merecimento, a Desembargador. Tomou posse como Ministro do Tribunal Superior do Trabalho em 16 de julho de 2012. Atualmente integra a Subseção II da Seção Especializada em Dissídios Individuais - SBDI-2 e a 3ª Turma. Já integrou a SBDI-1 e o Órgão Especial do TST, participou da Comissão que elaborou a Instrução Normativa nº 39, editada em março de 2016, que objetivou compatibilizar o novo CPC ao processo do trabalho e a Comissão de Direito Intertemporal da Reforma Trabalhista que elaborou a Instrução Normativa nº 41/2018. Integrou a delegação brasileira em Conferência Internacional do Trabalho da OIT, em Genebra, na Suíça, em 2013. Integra desde 2019 o GAET, grupo de altos estudos para a apresentação de propostas de alteração da lei trabalhista.

No Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região compôs a 6ª Turma e sucessivamente, a Seção de Dissídios Coletivos e a Seção de Dissídios Individuais, além de ter desempenhado funções como Membro titular da Comissão de Jurisprudência, nos biênios de 2009 a 2011 e 2011 a 2012. Foi Membro da Comissão de Regimento Interno, de Comissões Examinadoras de provas de concurso público para Juiz do TRT e Gestor Regional do TRT junto ao TST na campanha nacional de prevenção de acidentes do trabalho e essa condição. Nessa condição, coordenou em 2012 por designação da Presidência do TST, o Ato Público de Prevenção de Acidentes do Trabalho realizado no Maracanã, em evento que reuniu 4.000 mil trabalhadores no estádio, além de sindicatos e órgãos do Poder Público. Também presidiu Comissão Temporária instituída com vistas a preparar o TRT 1ª Região para as demandas extraordinárias relacionadas aos preparativos para a Copa das Confederações FIFA 2013, Copa do Mundo FIFA 2014 e Olimpíadas 2016.

Em 2016, o gabinete por ele liderado recebeu do Tribunal Superior do Trabalho duas premiações: a do gabinete que mais julgou processos no ano de 2016 e o segundo lugar entre os gabinetes que mais julgaram por processos recebidos no ano.

Atividade acadêmica:

Graduou-se Bacharel em Direito em 1981, mesmo ano em que iniciou sua carreira de advogado nas áreas cível e trabalhista.

Em 1987, iniciou a atividade docente.

É Doutor em Justiça e Sociedade (2004) e Mestre em Direito das Relações Sociais (1998) pela Universidade Gama Filho, além de Especialista em Direito Privado Aprofundado (1987) pela Universidade Federal Fluminense.

Como professor de Direito Civil e de Direito do Trabalho, trabalhou em renomadas instituições de ensino superior, entre elas a Universidade Santa Úrsula, de 1987 a 1994 e o Centro Universitário da Cidade, de 1998 a 2007 (Professor Titular de Direito do Trabalho e Processo do Trabalho), onde, como Coordenador Geral do Curso de Direito da instituição, foi autor da reformulação de seu Projeto Pedagógico, que mereceu elogios das Comissões de Avaliadores do Ministério da Educação nos processos de avaliação e credenciamento, e durante quatro anos consecutivos, a conquista dos maiores índices de aprovação no Exame da Ordem dos Advogados, no Estado do Rio de Janeiro.

Foi ainda Professor Auxiliar de Direito Civil (de 2004 a 2007) e Professor Adjunto de Direito do Trabalho na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UniRio, de 2012 a 2013, tendo integrado, de 2006 a 2016, como Professor Titular, o Programa de Pós-graduação stricto sensu da UNIPAC, mais especificamente nas disciplinas de Direitos Fundamentais e Relações de Trabalho (2006 a 2007) e de Efetividade dos Direitos Sociais (2011 a 2012), ambas do curso de Mestrado. Atualmente é professor de graduação e mestrado do IESB (DF), coordena na FGV a área trabalhista do Exame Nacional da OAB e é professor visitante da FACHA (RJ).

Produção acadêmica e premiações:

É membro da Academia Brasileira de Direito do Trabalho, da Academia Nacional de Direito Desportivo, membro honorário do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), membro da Academia Iberoamericana de Direito do Trabalho e Previdência Social, membro do Instituto Cesarino Junior de Direito Social e co-fundador da COPE (Coordenação de Projetos Especiais da Escola de Ciências Jurídicas do Centro Universitário da Cidade), para a prestação de orientação jurídica a comunidades carentes.

Foi agraciado com a Medalha Pedro Ernesto, com o título de Cidadão Benemérito do Município do Rio de Janeiro pela Câmara dos Vereadores, com a Medalha Tiradentes pela Assembleia Legislativa do ERJ, com o título de cidadão honorário das cidades de SINOP e Magé e com medalhas da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho pelos Tribunais Regionais do Trabalho da 1ª, 2ª, 5ª, 8ª, 10ª, 15ª, 17ª, 18ª, 19ª e pelo TST.

É autor dos seguintes livros: A Natureza Jurídica dos Shopping Centers (Lumen Juris), Instituições Civis no Direito do Trabalho (Renovar), Danos Morais no Direito do Trabalho (Renovar e JusPodium), O Novo Código Civil (Renovar), Curso de Responsabilidade Trabalhista (LTr), Comentários à Constituição Federal de 1988 (artigos 7º a 11 - Forense), O Monitoramento da Correspondência Eletrônica nas Relações de Trabalho (LTr), A Tutela da Composição dos Danos Morais nas Relações de Trabalho (LTr), A Tutela das Liberdades nas Relações de Trabalho (LTr), Danos Extrapatrimoniais nas Relações de Trabalho (JusPodium) e Reparação dos Danos Patrimoniais nas Relações de Trabalho (JusPodium).

É organizador de várias obras, entre elas o Novo CPC Aplicado ao Processo do Trabalho e Direito do Trabalho Desportivo, co-autor de diversas obras (34 capítulos publicados) e autor de inúmeros artigos jurídicos.

Participou de inúmeros Congressos, Seminários, bancas de doutoramento e outros eventos jurídicos como conferencista ou examinador no Brasil e no exterior.

Fonte: <https://www.tst.jus.br/ministros>. Acesso em 4 mar. 21.

Cláudio Mascarenhas Brandão



Cláudio Mascarenhas Brandão nasceu em Ruy Barbosa/BA, em 03 de abril de 1961, embora tenha sempre vivido em Itaberaba/BA. Iniciou o curso de Direito na Universidade Católica de Salvador (UCSAL) e se graduou pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), em Ilhéus (1985). Mestre em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA, 2005). Doutorando em Ciências Jurídicas pela Universidade Autônoma de Lisboa.

Foi menor aprendiz do Banco do Brasil (1976 a 1979), atuou na iniciativa privada e ingressou como auxiliar judiciário no TRT da 5ª Região (1981), na Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) de Jacobina. Foi Diretor da Secretaria da JCJ de Ipiaú (1983 a 1986). Atuou como Juiz Substituto em várias Juntas de Salvador, do interior do Estado da Bahia e em Sergipe (1986 a 1989). Em 1989 assumiu a presidência da Junta de Paulo Afonso, sendo transferido para outras unidades (Estância-SE, Santo Amaro e Itaberaba-BA), até chegar na 15ª Vara do Trabalho de Salvador, em maio de 1993, de onde saiu em 16 de abril de 2004 para tomar posse como desembargador. É Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) desde 11 de julho de 2013, na vaga oriunda da aposentadoria do Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires.

Exerceu a vice-presidência da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA. Participou também da diretoria da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB e na Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 5ª Região - AMATRA 5 foi diretor de cultura, vice-presidente e duas vezes presidente, em mandatos alternados. Integrou, como voluntário, a Comissão Nacional de Coordenação do

Programa Trabalho, Justiça e Cidadania, responsável pela Cartilha do Trabalhador, e colaborou na elaboração da Cartilha do Trabalho Seguro e Saudável, ambos projetos da ANAMATRA.

É membro do Instituto Baiano de Direito do Trabalho, da Academia Brasileira de Direito do Trabalho - ABDT, da Academia de Letras Jurídicas da Bahia - AJLBA, da *Asociacion Iberocamericana de Derecho del Trabajo* e autor dos livros "Direito do Trabalho - Apontamentos para concurso", "Acidente do Trabalho e Responsabilidade Civil do Empregador", "Reforma do Sistema Recursal Trabalhista: comentários à Lei n. 13.015/2014", "Reclamação Constitucional no Processo do Trabalho", e "Orientações Jurisprudenciais do TST Comentadas" (coautoria com o Desembargador Raymundo Pinto), além de haver sido coordenador do livro "Repercussões do Novo CPC: Processo do Trabalho" (em conjunto com o Prof. Estêvão Mallet). Autor de diversos artigos jurídicos em obras coletivas.

Foi professor de Direito do Trabalho da Faculdade Baiana de Direito, de Direito Processual do Trabalho e Direito do Trabalho da Faculdade Ruy Barbosa; do Podivm - Centro de Preparação e Estudos Jurídicos, da Escola Superior de Advocacia Orlando Gomes - OAB/BA e da Fundação Faculdade de Direito da Bahia, da Universidade Federal da Bahia. Professor convidado da Escola Judicial do TRT da 5ª Região. Integrou a Comissão de Avaliação dos Projetos de Informatização da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (2007/2009) e o Comitê de Gestão dos Sistemas Informatizados do Poder Judiciário do Conselho Nacional de Justiça (2008/2009). Foi coordenador dos Comitês Gestores de Tecnologia da Informação e das Comunicações e do Processo Judicial Eletrônico, ambos do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (2011/2013), e integrou o Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico do Conselho Nacional de Justiça (2011/2013).

Como Desembargador do TRT da 5ª Região, foi Presidente da 2ª Turma, da Seção Especializada em Dissídios Individuais II e da Comissão de Informática do TRT da 5ª Região (2005/2007 e 2009/2013). Integrou a Seção Especializada em Dissídios Coletivos e o Órgão Especial e foi Vice-Diretor da Escola Judicial.

Atualmente, é membro da 7ª Turma e da Subseção I da Seção Especializada em Dissídios Individuais (SBDI-1) do TST.

Fonte: <https://www.tst.jus.br/ministros>. Acesso em 4 mar. 21.

Douglas Alencar Rodrigues



Douglas Alencar Rodrigues nasceu em Goiânia (GO). Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília (1989), pós-graduado em Direito Constitucional pela Universidade de Brasília (UnB) e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Aprovado em concurso público para ingresso na carreira da magistratura do trabalho realizado pelo TRT da 15ª Região, em 1990. Passou a integrar o quadro de magistrados da 10ª Região, mediante permuta, em 1992. Foi Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 10ª Região (AMATRA X), Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (ANAMATRA) e Vice-Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Indicado pelo TST para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no biênio 2005-2007. Professor dos cursos de graduação e pós-graduação do Centro Universitário IESB. Tomou posse como Ministro do TST em 22 de abril de 2014, em vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Pedro Paulo Teixeira Manus.

Fonte: <https://www.tst.jus.br/ministros>. Acesso em 4 mar. 21.

Maria Helena Mallmann



Maria Helena Mallmann nasceu em Estrela (RS). Graduada em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), ingressou na magistratura do Trabalho da 4ª Região em 1981. Foi promovida a presidente de Junta de Conciliação e Julgamento (atual Vara do Trabalho) em agosto de 1986. Atuou nos municípios de Bagé, Pelotas, Santa Cruz do Sul, São Jerônimo, Osório, Novo Hamburgo, Sapucaia do Sul e Porto Alegre.

Em 2001, foi promovida a desembargadora do TRT-RS, do qual foi vice-presidente (2009-2011) e presidente (2011-2013). Exerceu, ainda, a vice-presidência e a presidência da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 4ª Região (Amatra IV) e da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

Em 23 de dezembro de 2014, tomou posse como Ministra do TST. Atualmente, integra a 2ª Turma e a Subseção II Especializada em Dissídios Individuais.

Fonte: <https://www.tst.jus.br/ministros>. Acesso em 4 mar. 21.

Breno Medeiros



Breno Medeiros nasceu em Curitiba (PR). Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (1991), Pós-graduado em Engenharia da Qualidade - MBA – *Master Business Administration* – pela Universidade de São Paulo - USP. Foi Promotor de Justiça do Ministério Público Estadual do Paraná entre 1991 e 1992. Ingressou na magistratura em 1992, como Juiz do Trabalho Substituto do TRT da 18ª Região. Foi promovido à titularidade da 9ª Vara do Trabalho de Goiânia em 1993. Presidiu a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 18ª Região (AMATRA XVIII) entre 1997 e 1999 e atuou como Juiz Ouvidor do TRT entre 2001 e 2002.

Em 2009 tornou-se desembargador do TRT da 18ª Região, por merecimento. Foi Vice-Presidente e Corregedor no biênio 2015/2017 e Presidente da Corte no ano de 2017.

Convocado para atuar junto ao Tribunal Superior do Trabalho no período de maio/2014 a dezembro/2015.

Atuou como Conselheiro do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT – como representante da Região Centro-Oeste em 2017.

Tomou posse no cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho em 9 de novembro de 2017, em vaga destinada à magistratura de carreira, decorrente da aposentadoria do Ministro Antonio José de Barros Levenhagen. Integra a Quinta Turma, o Órgão Especial e a Subseção I da Seção Especializada em Dissídios Individuais.

Fonte: <https://www.tst.jus.br/ministros>. Acesso em 4 mar. 21.

Alexandre Luiz Ramos



Alexandre Luiz Ramos nasceu em 24 de dezembro de 1967. Formou-se em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, em 1992. Em 1993, passou no concurso público para juiz substituto da 12ª Região da Justiça do Trabalho (Santa Catarina). Em 1998, foi promovido a Juiz Presidente da então Junta de Conciliação e Julgamento de Xanxerê. Como Juiz Titular também atuou nas comarcas de Chapecó, Araranguá, Imbituba, Itajaí, São José e Florianópolis.

Em 12 de dezembro de 2016, tomou posse como desembargador do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina, onde já atuava por convocações intermitentes desde 2007.

No currículo acadêmico possui mestrado e doutorado em Direito do Trabalho, ambos pela Universidade Federal de Santa Catarina, onde foi Professor Adjunto, de 1995 a 2003. É autor de livros e artigos científicos.

Como gestor estratégico e de metas do TRT-SC, coordenou o Comitê Gestor Estratégico Nacional da Justiça do Trabalho, com assento também no Comitê sobre o mesmo tema no Conselho Nacional de Justiça, conforme Ato CSJT.GP.SG nº 298, de 21 de outubro de 2014 até março de 2016.

Tomou posse no cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho em 4 de abril de 2018, em vaga destinada à magistratura de carreira, decorrente da aposentadoria do Ministro João Oreste Dalazen.

Integra o Órgão Especial, a Subseção I da Seção Especializada em Dissídios Individuais (SbDI I) e a Quarta Turma.

Fonte: <https://www.tst.jus.br/ministros>. Acesso em 4 mar. 21.



O Ministro Luiz José Dezena da Silva nasceu em Águas da Prata/SP, em 2 de maio de 1959. É bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, formado pela Faculdade de Direito de São João da Boa Vista, e bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Econômicas de São João da Boa Vista.

Atuou como contador de 1980 a 1985, como advogado de 1985 a 1990, e professor de Introdução à Ciência do Direito na Fundação de Ensino Octávio Bastos, de agosto de 1988 a abril de 1991.

Aprovado em concurso público de provas e títulos, tomou posse como Juiz substituto no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região/Campinas, em 26/11/1990, tendo sido promovido a Juiz titular em 03/09/1993. Como tal, atuou nas Varas do Trabalho de Ituverava (03/09/1993 a 09/01/1994), 1ª de Piracicaba (10/01/1994 a 26/09/1999), Mogi Mirim (de 27/09/1999 a 25/07/2002), 8ª de Campinas (de 26/07/2002 a 14/06/2004) e Indaiatuba (de 15/03/2004 a 07/06/2010).

Foi também Juiz auxiliar da Presidência do TRT/15ª Região de 10/12/1997 a 09/12/1998 e Juiz auxiliar da Corregedoria Regional de 11/12/2006 a 09/12/2008.

Atuou como Juiz convocado no TRT/15ª Região desde maio de 1999. Foi membro do Conselho Editorial da Revista do TRT/15 de 15/12/2000 a 02/02/2003.

Promovido a Desembargador do Trabalho no TRT/15, por merecimento, em 07/06/2010, integrou a 4ª Câmara da 2ª Turma, a 1ª Sessão de Dissídios Individuais e o Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, bem como a Comissão de Jurisprudência do TRT/15. Participou, também, de Bancas examinadoras de concursos para provimento de cargos de Juiz Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

É Ministro do Tribunal Superior do Trabalho desde 05/12/2018.

Fonte: <https://www.tst.jus.br/ministros>. Acesso em 4 mar. 21.



Evandro Pereira Valadão Lopes nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 08 de julho de 1962. Ainda jovem, mudou-se para a cidade de Juiz de Fora - MG, onde se formou em Bacharel em Direito, em 1986, pela Universidade Federal de Juiz de Fora - MG.

Ingressou na Justiça do Trabalho em 1989, quando obteve aprovação em concurso público para a Magistratura do Trabalho no Tribunal Regional da Primeira Região. Atuou como Juiz substituto nas então Juntas de Conciliação e Julgamento das cidades de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e também em algumas da Capital.

Em fevereiro de 1992, foi promovido a Juiz Titular, assumindo a 3ª Junta de Conciliação e Julgamento da cidade de Nova Iguaçu. Posteriormente, assumiu as Juntas de Conciliação e Julgamento das cidades de Macaé, em maio de 1993, e Nilópolis, em abril de 1994.

A partir de 1996, foi convocado para o Tribunal Regional do Trabalho, em vários períodos, até ascender definitivamente ao segundo grau de jurisdição em junho de 2003.

Nesse interregno, assumiu a Presidência da Associação dos Magistrados do Trabalho da 1ª Região – biênio 1999/2001.

Em 2005, coordenou pioneiro projeto de modernização do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, tendo promovido a revisão dos processos de trabalho e das rotinas administrativas, o que resultou em certificação de algumas Varas do Trabalho pelo selo de qualidade ISO 9001.

Concluiu a pós-graduação (MBA em Administração Judiciária), também pela Fundação Getúlio Vargas, em 2006.

Atuou em diversas iniciativas e projetos, como do Grupo de Trabalho em Gestão do Conhecimento (2005), do Comitê de Gestão de Pessoas por Competência (2013/2015) e do Conselho de Gestão Estratégica, por vários anos, vindo, finalmente, a assumir a Direção da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho, de março de 2013 a janeiro de 2017, com o desenvolvimento de projetos voltados à capacitação dos magistrados.

Participou de diversas bancas examinadoras de concurso público para ingresso na carreira da Magistratura do Trabalho, cabendo destacar sua atuação como Presidente da Comissão Examinadora de prova de sentença do Primeiro Concurso Público Nacional Unificado para ingresso na Carreira da Magistratura do Trabalho em 2017.

Foi agraciado pelo Tribunal Superior do Trabalho na Solenidade de Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho de 2016, ocasião em que lhe foi conferida Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, no grau Comendador.

Em 04 de julho de 2019, foi empossado no Tribunal Superior do Trabalho como Ministro, onde passou a integrar a Sétima Turma.

Fonte: <https://www.tst.jus.br/ministros>. Acesso em 4 mar. 21.

III - LINHA SUCESSÓRIA

A sistematização da linha sucessória de cada uma das vagas de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho efetuada neste livro de Composições, Biografias e Linha Sucessória dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho tem o papel de registrar o desenvolvimento da história da Justiça do Trabalho no Brasil, especialmente de seu órgão máximo, o TST. Além de enriquecer a memória institucional e demonstrar o quão heterogênea e democrática é esta Justiça Especializada, objetiva fomentar a pesquisa histórica interessada na evolução do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho.

A atuação honrosa dos Ministros que integraram como dos que integram esta Corte Superior Trabalhista, bem como a narrativa disposta na sucessão de vagas após o provimento no cargo e as demais informações contidas neste livro, erigem pilares determinantes para a construção histórica e a identidade cultural do Poder Judiciário Trabalhista no País.

Assim, esta publicação cumpre o papel fundamental de preservar e divulgar as ações relativas à gestão documental e memória e de valorizar o legado das personalidades que contribuíram para a construção da identidade da Justiça do Trabalho, cuja característica marcante, delimitada pela Constituição Federal de 1988, é a realização da dignidade humana no e pelo trabalho orientada pela justiça social.

A Comissão de Documentação e Memória do Tribunal Superior do Trabalho almeja ainda que os esforços aqui empreendidos sejam ferramentas necessárias para o enriquecimento de trabalhos e pesquisas acadêmicas e atendam a curiosidade de todos os que possuem interesse pela história da Justiça do Trabalho.

Cadeira 1

Criada pelo DECRETO-LEI N° 9.797, DE 9 DE SETEMBRO DE 1946.



**Geraldo Montedônio
Bezerra de Menezes**

9/9/1946 à 11/5/1966



**Raymundo de
Souza Moura**

12/10/1966 à 11/4/1982



**Orlando Teixeira da
Costa**

16/6/1982 à 20/10/1997



**Carlos Alberto Reis
de Paula**

25/06/1998 à 26/02/2014



**Maria Helena
Mallmann**

23/12/2014

Cadeira 2

Criada pelo DECRETO-LEI N° 9.797, DE 9 DE SETEMBRO DE 1946.



**Antônio Francisco
Carvalho**

9/9/1946 à 7/11/1960



**Minervino Fiúza
Lima**

14/11/1960 à 19/11/1966



Ary Campista

18/2/1975 à 24/8/1981



**Jeremias Marrocos
de Moraes**

17/12/1969 à 16/12/1972



Orlando Coutinho

11/4/1973 à 1/6/1982



**Hélio de Souza
Regato de Andrade**

20/10/1982 à 26/4/1992



**Antonio Maria
Thaumaturgo
Cortizo**

25/6/1992 à 18/11/2001

Emenda Constitucional nº
24 de 9/12/1999 extingue a
representação classista na
Justiça do Trabalho

Cadeira 3

Criada pelo DECRETO-LEI N° 9.797, DE 9 DE SETEMBRO DE 1946.



Ozéas Mota

9/9/1946 à 2/4/1947



Rômulo Gomes Cardim

6/5/1947 à 8/5/1969



Antonio Rodrigues de Amorim

31/7/1969 à 8/8/1975



Henrique Lomba Ferraz

2/2/1976 à 2/2/1979



Expedito de Azevedo Amorim

12/3/1979 à 1/3/1985



Herminio Mendes Cavaleiro

13/3/1985 à 12/3/1988



Antônio Nonnato do Amaral

30/6/1988 à 2/12/1993



Nelson Antonio Daiha

19/12/1995 à 18/12/1998

Emenda Constitucional nº 24 de 9/12/1999 extingue a representação classista na Justiça do Trabalho

Cadeira 4

Criada pelo DECRETO-LEI N° 9.797, DE 9 DE SETEMBRO DE 1946.



Percival Godoy Ilha

9/9/1946 à 5/11/1958



Mario Lopes de Oliveira

17/11/1954 à 16/11/1957 e 29/11/1958 à 28/11/1961



Pedro Luiz Leão Velloso Ebert

30/9/1970 à 30/9/1976



Antonio Alves de Almeida

1/12/1976 à 9/12/1985



Noberto Silveira de Souza

9/1/1986 à 26/4/1992



Leonaldo Silva

25/6/1992 à 18/11/2001

Emenda Constitucional nº 24 de 9/12/1999 extingue a representação classista na Justiça do Trabalho

Cadeira 5

Criada pelo DECRETO-LEI N° 9.797, DE 9 DE SETEMBRO DE 1946.



Waldemar Ferreira Marques

9/9/1946 à 15/6/1957



Jessé Pinto Freire

15/7/1957 à 24/5/1958



Mauricio Lange

25/6/1958 à 24/5/1961



Fortunato Peres Júnior

12/7/1961 à 12/4/1977



Nelson Tapajós

25/1/1978 à 21/1/1987



Aurelio Mendes de Oliveira

25/6/1987 à 24/6/1990



Roberto Della Manna

5/7/1990 à 20/6/1996



Antonio Fabio Ribeiro

28/6/1996 à 27/6/1999

Emenda Constitucional nº 24 de 9/12/1999 extingue a representação classista na Justiça do Trabalho

Cadeira 6

Criada pelo DECRETO-LEI N° 9.797, DE 9 DE SETEMBRO DE 1946.



Manoel Alves Caldeira Neto

14/9/1946 à 1/3/1970



Luiz Roberto de Rezende Puech

6/5/1970 à 3/5/1983



Ranor Thales Barbosa da Silva

31/5/1983 à 11/8/1988



Wagner Antonio Pimenta

22/9/1988 à 2/10/2002



Lelio Bentes Corrêa

29/07/2003

Cadeira 7

Criada pelo DECRETO-LEI N° 9.797, DE 9 DE SETEMBRO DE 1946.



Júlio de Carvalho Barata

17/9/1946 à 1/5/1969



Renato Gomes Machado

11/6/1969 à 17/7/1978



Marcelo Pimentel

4/10/1978 à 4/5/1994



Valdir Righetto

21/2/1995 à 4/5/2000



José Simpliciano Fontes de Faria Fernandes

21/6/2001 à 7/4/2010



Delaíde Alves Miranda Arantes

01/03/2011

Cadeira 8

Criada pelo DECRETO-LEI N° 9.797, DE 9 DE SETEMBRO DE 1946.



Delfim Moreira Júnior

20/9/1946 à 19/10/1964



Arnaldo Lopes Sússekind

3/12/1965 à 26/8/1971



Carlos Alberto Barata Silva

17/11/1971 à 27/8/1990



Vantuil Abdala

29/4/1991 à 21/2/2010



José Roberto Freire Pimenta

03/09/2010

Cadeira 9

Criada pelo DECRETO-LEI N° 9.797, DE 9 DE SETEMBRO DE 1946.



Astolfo Henrique Serra

21/9/1946 à 1/5/1969



Mozart Victor Russomano

25/6/1969 à 15/5/1984



Pajehu Macedo da Silva

8/8/1984 à 25/4/1985



Luiz Philippe Vieira de Mello

27/6/1985 à 17/5/1990



Marco Aurélio Giacomini

5/7/1990 à 11/5/1992



Indalécio Gomes Neto

19/11/1992 à 12/3/1996



João Oreste Dalazen

18/07/1996 à 16/11/2017



Alexandre Luiz Ramos

04/04/2018

Cadeira 10

Criada pelo DECRETO-LEI N° 9.797, DE 9 DE SETEMBRO DE 1946.



Edgard de Oliveira Lima

23/9/1946 à 14/10/1960



Allyrio de Salles Coelho

25/10/1960 à 5/11/1960



Domingos Netto de Vellasco

8/2/1961 à 20/3/1963



João de Lima Teixeira

27/3/1963 à 11/12/1979



Marco Aurelio Prates de Macedo

30/4/1980 à 21/8/1991



Armando de Brito

26/3/1992 à 14/3/2000



João Batista Brito Pereira

31/05/2000

Cadeira 11

Criada pelo DECRETO-LEI N° 9.797, DE 9 DE SETEMBRO DE 1946.



Edgard Ribeiro Sanches

30/9/1946 à 3/7/1958



Geraldo Starling Soares

27/8/1958 à 16/3/1981



Luiz José Guimarães Falcão

2/7/1981 à 10/5/1995



Ronaldo José Lopes Leal

18/12/1995 à 7/2/2007



Maria de Assis Calsing

17/05/2007 à 03/08/2018



Evandro Valadão Lopes

04/07/2019

Cadeira 12

Criada pela Lei n° 2.244/54



Jonas Mello de Carvalho

3/11/1954 à 3/11/1960



José Aquino Porto

9/11/1960 à 8/11/1963



Charles Edgard Moritz

27/11/1963 à 26/11/1969



Elias Bufaiçal

17/12/1969 à 1/2/1976



Fernando Alfredo Pequeno Franco

1/12/1976 à 25/11/1985



Orlando Sozinho Lobato

14/1/1986 à 20/1/1987



José Carlos da Fonseca

18/6/1987 à 6/6/1993



Galba Magalhães Velloso

21/6/1993 à 20/6/1999

Emenda Constitucional nº 24 de 9/12/1999 extingue a representação classista na Justiça do Trabalho

Cadeira 13

Criada pela Lei nº 2.244/54



Aldílio Tostes Malta

3/11/1954 à 25/05/1977



Lopo de Carvalho Coelho

23/6/1977 à 9/10/1979



Leopoldo Cesar de Miranda Lima Filho

30/4/1980 à 29/9/1981



Ildelio Martins

4/11/1981 à 16/10/1986



João Américo de Souza

15/12/1986 à 18/8/1988



Almir Pazzianotto Pinto

29/9/1988 à 14/3/2002



Emmanoel Pereira

30/12/2002

Cadeira 14

Criada pela Lei nº 2.244/54



Waldemar Pedrosa

5/11/1954 à 30/11/1955



Joaquim Máximo de Carvalho Júnior

7/12/1955 à 4/12/1956



Hildebrando Bisaglia

5/12/1956 à 22/6/1981



Marco Aurélio Mendes de Farias Mello

10/9/1981 à 11/6/1990



Manoel Mendes de Freitas

29/11/1990 à 25/3/1998



Gelson de Azevedo

25/6/1998 à 29/8/2007



Kátia Magalhães Arruda

27/03/2008

Cadeira 15

Criada pela Lei n° 2.244/54



Thelio da Costa Monteiro

5/11/1954 à 3/8/1982



Antonio Lamarca

1/6/1983 à 16/4/1984



José Ajuricaba da Costa e Silva

20/6/1984 à 2/6/1996



Milton de Moura França

18/7/1996 à 02/03/2012



Alexandre de Souza Agra Belmonte

16/07/2012

Cadeira 16

Criada pela Lei n° 2.244/54



Mario Lopes de Oliveira

17/11/1954 à 16/11/1957 e
29/11/1958 à 28/11/1961



Luiz Augusto da França

13/1/1958 à 12/1/1961



Affonso Teixeira Filho

16/1/1961 à 15/1/1964



Olympio Fernandes Mello

17/1/1964 à 9/4/1964



José Joaquim Pereira de Carvalho Júnior

25/5/1964 à 24/5/1967



Antonio Alves de Almeida

1/12/1976 à 9/12/1985



Miguel Mendonça

14/10/1970 à 8/11/1971



Rudor Blumm

3/2/1972 à 2/2/1975



Ary Campista

18/2/1975 à 24/8/1981



João Wagner

18/11/1981 à 15/2/1987



Fernando Vilar

17/6/1987 à 14/6/1993



Lourenço Ferreira do Prado

21/6/1993 à 20/6/1999

Emenda Constitucional n°
24 de 9/12/1999 extingue a
representação classista na
Justiça do Trabalho

Cadeira 17

Criada pela Lei n° 2.244/54



Oscar Saraiva

19/1/1955 à 6/3/1960



Fernando Carneiro da Cunha Nobrega

7/6/1960 à 17/11/1971



Carlos Coqueijo Torreão da Costa

1/12/1971 à 19/1/1988



Ermes Pedro Pedrassani

14/4/1988 à 11/3/1999



Antonio José de Barros Levenhagen

14/10/1999 à 1/08/2017



Breno Medeiros

09/11/2017

Cadeira 18

Criada pelo § 1º do da Constituição Federal de 1988



Hylô Bezerra Gurgel

30/11/1989 à 5/10/1995



Rider Nogueira de Brito

18/12/1995 à 6/7/2009



Augusto César Leite de Carvalho

14/12/2009

Cadeira 19

Criada pelo § 1º do da Constituição Federal de 1988



José Calixto Ramos

30/11/1989 à 9/7/1995



José Zito Calasãs Rodrigues

19/12/1995 à 18/12/1998

Cadeira 20

Criada pelo § 1º do da Constituição Federal de 1988



Ursulino Santos Filho

30/11/1989 à 26/8/2000



Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

21/06/2001

Cadeira 21

Criada pelo § 1º do da Constituição Federal de 1988



José Luiz de Vasconcellos

30/11/1989 à 21/6/2001



Renato de Lacerda Paiva

15/04/2002

Cadeira 22

Criada pelo § 1º do da Constituição Federal de 1988



Francisco Leocadio Araújo Pinto

30/11/1989 à 13/11/1992



João Batista Tezza Filho

17/12/1992 à 16/12/1995



Ângelo Mário de Carvalho e Silva

19/12/1995 à 18/12/1998

Emenda Constitucional nº 24 de 9/12/1999 extingue a representação classista na Justiça do Trabalho

Cadeira 23

Criada pelo § 1º do da Constituição Federal de 1988



Ney Proença Doyle

30/11/1989 à 5/10/1995



José Luciano de Castilho Pereira

18/12/1995 à 1/1/2007



Dora Maria da Costa

17/05/2007

Cadeira 24

Criada pelo § 1º do da Constituição Federal de 1988



Francisco Fausto Paula de Medeiros

30/11/1989 à 3/6/2004



Aloysio Corrêa da Veiga

28/12/2004

Cadeira 25

Criada pelo § 1º do da Constituição Federal de 1988



José Francisco da Silva

30/11/1989 à 25/4/1995



Moacyr Roberto Tesch Auersvald

20/12/1995 à 19/12/1998

Emenda Constitucional nº 24 de 9/12/1999 extingue a representação classista na Justiça do Trabalho

Cadeira 26

Criada pelo § 1º do da Constituição Federal de 1988



Afonso Celso Moraes de Sousa Carmo

30/11/1989 à 29/11/1995



Regina Fatima Abrantes Rezende Ezequiel

20/12/1995 à 19/12/1998

Emenda Constitucional nº 24 de 9/12/1999 extingue a representação classista na Justiça do Trabalho

Cadeira 27

Criada pelo § 1º do da Constituição Federal de 1988



Cnéa Cimini Moreira de Oliveira

29/3/1990 à 2/3/1999



Ives Gandra da Silva Martins Filho

14/10/1999

Cadeira 28

Criada pela Emenda Constitucional nº 45 de 30/12/2004



Horácio Raymundo de Senna Pires

21/02/2006 à 28/05/2012



Cláudio Mascarenhas Brandão

11/07/2013

Cadeira 29

Criada pela Emenda Constitucional nº 45 de 30/12/2004



Rosa Maria Pires Weber

21/2/2006 à 19/12/2011



Hugo Carlos Scheuermann

16/07/2012

Cadeira 30

Criada pela Emenda Constitucional nº 45 de 30/12/2004



Luiz Philippe Vieira de Mello Filho

21/02/2006

Cadeira 31

Criada pela Emenda Constitucional nº 45 de 30/12/2004



**Alberto Luiz
Bresciani de Fontan
Pereira**

21/02/2006

Cadeira 33

Criada pela Emenda Constitucional nº 45 de 30/12/2004



Fernando Eizo Ono

04/10/2007 a 05/03/2018



**Luiz José Dezena
da Silva**

05/12/2018

Cadeira 32

Criada pela Emenda Constitucional nº 45 de 30/12/2004



**Pedro Paulo Teixeira
Manus**

04/10/2007 à 19/04/2013



**Douglas Alencar
Rodrigues**

22/04/2014

Cadeira 34

Criada pela Emenda Constitucional nº 45 de 30/12/2004



**Guilherme Augusto
Caputo Bastos**

04/10/2007

Cadeira 35

Criada pela Emenda Constitucional nº 45 de 30/12/2004



Márcio Eurico Vitral Amaro

14/11/2007 a 05/03/2021

Cadeira 36

Criada pela Emenda Constitucional nº 45 de 30/12/2004



Walmir Oliveira da Costa

14/11/2007

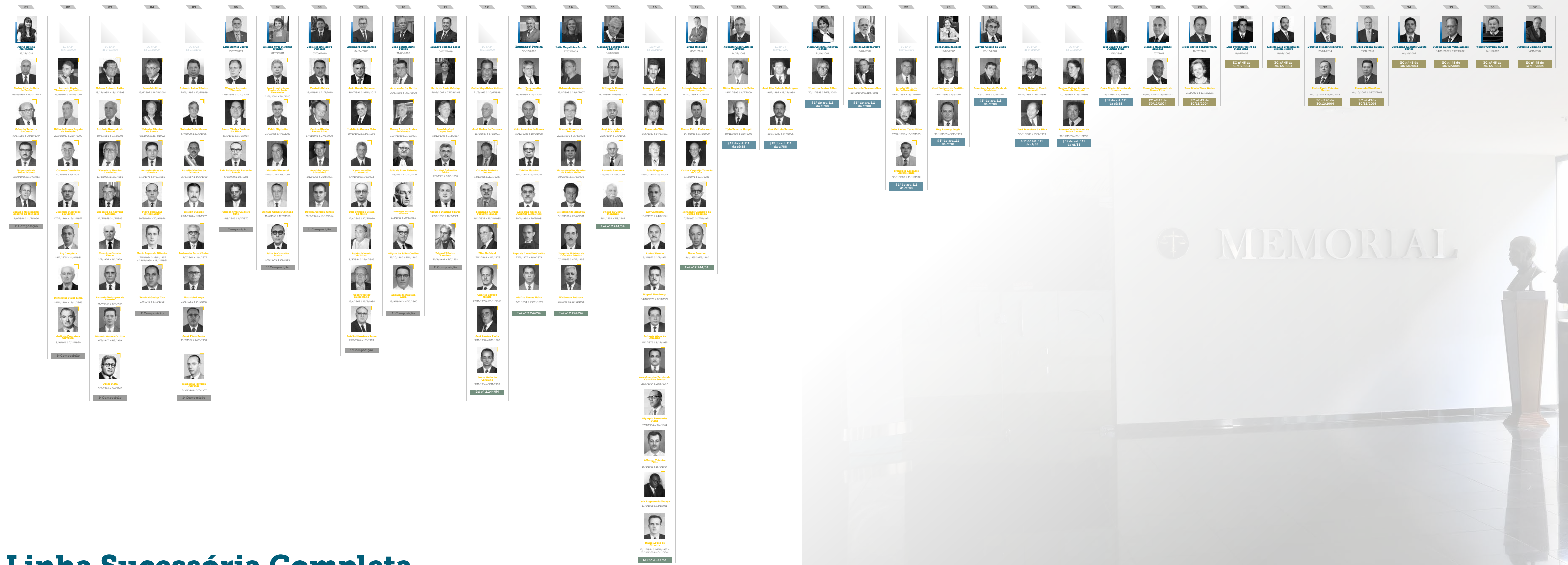
Cadeira 37

Criada pela Emenda Constitucional nº 45 de 30/12/2004





































































































































































Maurício Godinho Delgado

14/11/2007



Linha Sucessória Completa

Ministros Togados

 <p>Marta Duarte 23/12/2014</p>	 <p>Leticia Rosete Costa 29/07/2003</p>	 <p>Dolores Alves Miranda 03/12/2011</p>	 <p>José Roberto Freire Pereira 03/09/2010</p>	 <p>Alexandre Luis Ramos 04/04/2018</p>	 <p>João Batista Brito Pereira 31/05/2010</p>	 <p>Evandro Valadares Lopes 04/07/2019</p>	 <p>Emmanuel Pereira 30/02/2002</p>	 <p>Kátia Magalhães Arruda 27/03/2018</p>	 <p>Alexandre de Sousa Aguiar 16/07/2012</p>	 <p>Breno Medeiros 09/12/2017</p>	 <p>Aurelio César Lúcio de Carvalho 14/10/2019</p>	 <p>Marta Cristina Gregson Pereira 23/06/2005</p>	 <p>Renato de Lacerda Paiva 03/04/2012</p>	 <p>Dora Motta de Costa 17/03/2017</p>	 <p>Aleyrio Costa da Veiga 28/12/2014</p>	 <p>José Augusto de Siqueira Martins Filho 14/10/1999</p>	 <p>Claudio Magalhães Bezerra 11/07/2013</p>	 <p>Hugo Carlos Schaeffermann 08/10/2012</p>	 <p>Luís Patrício Vieira de Sousa 21/02/2014</p>	 <p>Alberto Luis Pimenta de Fátima Pereira 21/02/2014</p>	 <p>Douglas Alencar Rodrigues 22/04/2014</p>	 <p>Leticia José Dantas de Silva 09/12/2018</p>	 <p>Guilherme Augusto Caputo Azeite 04/10/2017</p>	 <p>Marcio Bortolli Vitari Amaro 14/10/2017 a 09/09/2013</p>	 <p>Walmir Oliveira da Costa 14/10/2017</p>	 <p>Maurício Godinho Delgado 14/10/2017</p>
 <p>Carlos Alberto Dias de Fátima 23/06/1998 a 26/02/2014</p>	 <p>Wagner Antonio Pereira 22/09/1988 a 23/02/2012</p>	 <p>José Augusto Costa Figueiredo 21/02/2011 a 14/12/2012</p>	 <p>Vinícius Adalberto 20/04/2014 a 21/02/2011</p>	 <p>João Vicente Diniz 18/07/2016 a 16/12/2017</p>	 <p>Aronaldo de Brito 16/02/2011 a 14/02/2010</p>	 <p>Marta de Jesus Calonge 17/02/2011 a 02/08/2018</p>	 <p>Alvaro Gesteira 29/09/1998 a 14/11/2012</p>	 <p>Cristina de Azevedo 23/04/2016 a 23/08/2017</p>	 <p>Milton de Sousa 18/07/1991 a 02/03/2012</p>	 <p>Antonio José de Barros 14/10/1999 a 11/08/2017</p>	 <p>Rômulo Marques de Brito 18/02/2011 a 07/02/2019</p>	 <p>Uivaldo Soares Filho 30/02/1989 a 26/10/2010</p>	 <p>José Luis de Vasconcelos 30/12/2011 a 25/10/2011</p>	 <p>José Lourenço de Castilho Pereira 18/12/1995 a 11/02/2017</p>	 <p>Francisco Tapani Paula de Brito 10/10/1991 a 1/05/2014</p>	 <p>Celia Cruz Moreira de Oliveira 29/03/1995 a 1/03/1999</p>	 <p>Heloisa Sacramento de Sá 23/02/2016 a 28/05/2012</p>	 <p>Rosa Maria Pires Weber 10/12/2016 a 19/12/2011</p>	 <p>Luís Patrício Vieira de Sousa 21/02/2014</p>	 <p>Alberto Luis Pimenta de Fátima Pereira 21/02/2014</p>	 <p>Douglas Alencar Rodrigues 22/04/2014</p>	 <p>Leticia José Dantas de Silva 09/12/2018</p>	 <p>Guilherme Augusto Caputo Azeite 04/10/2017</p>	 <p>Marcio Bortolli Vitari Amaro 14/10/2017 a 09/09/2013</p>	 <p>Walmir Oliveira da Costa 14/10/2017</p>	 <p>Maurício Godinho Delgado 14/10/2017</p>
 <p>Orlando Teixeira de Lima 16/06/1982 a 20/10/1997</p>	 <p>Ramon Djalma Barbosa 15/10/1988 a 11/01/1988</p>	 <p>Valdir Silvestre 11/02/1991 a 05/01/2010</p>	 <p>Carlos Alberto Dias de Fátima 23/06/1998 a 26/02/2014</p>	 <p>Indaivaldo Gomes Brito 18/12/2016 a 02/03/2017</p>	 <p>Mário Augusto Probst 10/12/1991 a 23/01/1991</p>	 <p>Rafaela Leite 18/12/1991 a 10/12/2017</p>	 <p>José Antonio de Souza 05/12/1986 a 14/10/1988</p>	 <p>Maurício Mendes de Paula 29/12/1999 a 23/01/1998</p>	 <p>José Augusto de Brito 20/10/1991 a 21/10/1991</p>	 <p>Emanuel Pedroni 14/10/1988 a 11/01/1989</p>	 <p>Willy Roberto Gurgel 30/12/1989 a 11/01/1989</p>	 <p>Marta Cristina Gregson Pereira 23/06/2005</p>	 <p>José Luis de Vasconcelos 30/12/2011 a 25/10/2011</p>	 <p>José Lourenço de Castilho Pereira 18/12/1995 a 11/02/2017</p>	 <p>Francisco Tapani Paula de Brito 10/10/1991 a 1/05/2014</p>	 <p>Celia Cruz Moreira de Oliveira 29/03/1995 a 1/03/1999</p>	 <p>Heloisa Sacramento de Sá 23/02/2016 a 28/05/2012</p>	 <p>Rosa Maria Pires Weber 10/12/2016 a 19/12/2011</p>	 <p>Luís Patrício Vieira de Sousa 21/02/2014</p>	 <p>Alberto Luis Pimenta de Fátima Pereira 21/02/2014</p>	 <p>Douglas Alencar Rodrigues 22/04/2014</p>	 <p>Leticia José Dantas de Silva 09/12/2018</p>	 <p>Guilherme Augusto Caputo Azeite 04/10/2017</p>	 <p>Marcio Bortolli Vitari Amaro 14/10/2017 a 09/09/2013</p>	 <p>Walmir Oliveira da Costa 14/10/2017</p>	 <p>Maurício Godinho Delgado 14/10/2017</p>
 <p>Roberto Mendes de Fátima 12/02/1996 a 11/11/1991</p>	 <p>Luis Roberto de Almeida 06/09/1979 a 05/11/1981</p>	 <p>Alcides Figueiredo 4/10/1978 a 4/05/1994</p>	 <p>Alvaro Gesteira 29/09/1998 a 14/11/2012</p>	 <p>Indaivaldo Gomes Brito 18/12/2016 a 02/03/2017</p>	 <p>Mário Augusto Probst 10/12/1991 a 23/01/1991</p>	 <p>Rafaela Leite 18/12/1991 a 10/12/2017</p>	 <p>José Antonio de Souza 05/12/1986 a 14/10/1988</p>	 <p>Maurício Mendes de Paula 29/12/1999 a 23/01/1998</p>	 <p>José Augusto de Brito 20/10/1991 a 21/10/1991</p>	 <p>Emanuel Pedroni 14/10/1988 a 11/01/1989</p>	 <p>Willy Roberto Gurgel 30/12/1989 a 11/01/1989</p>	 <p>Marta Cristina Gregson Pereira 23/06/2005</p>	 <p>José Luis de Vasconcelos 30/12/2011 a 25/10/2011</p>	 <p>José Lourenço de Castilho Pereira 18/12/1995 a 11/02/2017</p>	 <p>Francisco Tapani Paula de Brito 10/10/1991 a 1/05/2014</p>	 <p>Celia Cruz Moreira de Oliveira 29/03/1995 a 1/03/1999</p>	 <p>Heloisa Sacramento de Sá 23/02/2016 a 28/05/2012</p>	 <p>Rosa Maria Pires Weber 10/12/2016 a 19/12/2011</p>	 <p>Luís Patrício Vieira de Sousa 21/02/2014</p>	 <p>Alberto Luis Pimenta de Fátima Pereira 21/02/2014</p>	 <p>Douglas Alencar Rodrigues 22/04/2014</p>	 <p>Leticia José Dantas de Silva 09/12/2018</p>	 <p>Guilherme Augusto Caputo Azeite 04/10/2017</p>	 <p>Marcio Bortolli Vitari Amaro 14/10/2017 a 09/09/2013</p>	 <p>Walmir Oliveira da Costa 14/10/2017</p>	 <p>Maurício Godinho Delgado 14/10/2017</p>
 <p>Vicente Marcondes Bezerra de Moraes 19/10/1964 a 17/11/1966</p>	 <p>Maurício Augusto Caldeira 14/10/1946 a 17/11/1978</p>	 <p>Raimundo Soares Machado 11/05/1961 a 17/07/1978</p>	 <p>Maurício Mendes de Paula 29/12/1999 a 23/01/1998</p>	 <p>Indaivaldo Gomes Brito 18/12/2016 a 02/03/2017</p>	 <p>Mário Augusto Probst 10/12/1991 a 23/01/1991</p>	 <p>Rafaela Leite 18/12/1991 a 10/12/2017</p>	 <p>José Antonio de Souza 05/12/1986 a 14/10/1988</p>	 <p>Maurício Mendes de Paula 29/12/1999 a 23/01/1998</p>	 <p>José Augusto de Brito 20/10/1991 a 21/10/1991</p>	 <p>Emanuel Pedroni 14/10/1988 a 11/01/1989</p>	 <p>Willy Roberto Gurgel 30/12/1989 a 11/01/1989</p>	 <p>Marta Cristina Gregson Pereira 23/06/2005</p>	 <p>José Luis de Vasconcelos 30/12/2011 a 25/10/2011</p>	 <p>José Lourenço de Castilho Pereira 18/12/1995 a 11/02/2017</p>	 <p>Francisco Tapani Paula de Brito 10/10/1991 a 1/05/2014</p>	 <p>Celia Cruz Moreira de Oliveira 29/03/1995 a 1/03/1999</p>	 <p>Heloisa Sacramento de Sá 23/02/2016 a 28/05/2012</p>	 <p>Rosa Maria Pires Weber 10/12/2016 a 19/12/2011</p>	 <p>Luís Patrício Vieira de Sousa 21/02/2014</p>	 <p>Alberto Luis Pimenta de Fátima Pereira 21/02/2014</p>	 <p>Douglas Alencar Rodrigues 22/04/2014</p>	 <p>Leticia José Dantas de Silva 09/12/2018</p>	 <p>Guilherme Augusto Caputo Azeite 04/10/2017</p>	 <p>Marcio Bortolli Vitari Amaro 14/10/2017 a 09/09/2013</p>	 <p>Walmir Oliveira da Costa 14/10/2017</p>	 <p>Maurício Godinho Delgado 14/10/2017</p>
 <p>Vicente Marcondes Bezerra de Moraes 19/10/1964 a 17/11/1966</p>	 <p>Maurício Augusto Caldeira 14/10/1946 a 17/11/1978</p>	 <p>Raimundo Soares Machado 11/05/1961 a 17/07/1978</p>	 <p>Maurício Mendes de Paula 29/12/1999 a 23/01/1998</p>	 <p>Indaivaldo Gomes Brito 18/12/2016 a 02/03/2017</p>	 <p>Mário Augusto Probst 10/12/1991 a 23/01/1991</p>	 <p>Rafaela Leite 18/12/1991 a 10/12/2017</p>	 <p>José Antonio de Souza 05/12/1986 a 14/10/1988</p>	 <p>Maurício Mendes de Paula 29/12/1999 a 23/01/1998</p>	 <p>José Augusto de Brito 20/10/1991 a 21/10/1991</p>	 <p>Emanuel Pedroni 14/10/1988 a 11/01/1989</p>	 <p>Willy Roberto Gurgel 30/12/1989 a 11/01/1989</p>	 <p>Marta Cristina Gregson Pereira 23/06/2005</p>	 <p>José Luis de Vasconcelos 30/12/2011 a 25/10/2011</p>	 <p>José Lourenço de Castilho Pereira 18/12/1995 a 11/02/2017</p>	 <p>Francisco Tapani Paula de Brito 10/10/1991 a 1/05/2014</p>	 <p>Celia Cruz Moreira de Oliveira 29/03/1995 a 1/03/1999</p>	 <p>Heloisa Sacramento de Sá 23/02/2016 a 28/05/2012</p>	 <p>Rosa Maria Pires Weber 10/12/2016 a 19/12/2011</p>	 <p>Luís Patrício Vieira de Sousa 21/02/2014</p>	 <p>Alberto Luis Pimenta de Fátima Pereira 21/02/2014</p>	 <p>Douglas Alencar Rodrigues 22/04/2014</p>	 <p>Leticia José Dantas de Silva 09/12/2018</p>	 <p>Guilherme Augusto Caputo Azeite 04/10/2017</p>	 <p>Marcio Bortolli Vitari Amaro 14/10/2017 a 09/09/2013</p>	 <p>Walmir Oliveira da Costa 14/10/2017</p>	 <p>Maurício Godinho Delgado 14/10/2017</p>
 <p>Vicente Marcondes Bezerra de Moraes 19/10/1964 a 17/11/1966</p>	 <p>Maurício Augusto Caldeira 14/10/1946 a 17/11/1978</p>	 <p>Raimundo Soares Machado 11/05/1961 a 17/07/1978</p>	 <p>Maurício Mendes de Paula 29/12/1999 a 23/01/1998</p>	 <p>Indaivaldo Gomes Brito 18/12/2016 a 02/03/2017</p>	 <p>Mário Augusto Probst 10/12/1991 a 23/01/1991</p>	 <p>Rafaela Leite 18/12/1991 a 10/12/2017</p>	 <p>José Antonio de Souza 05/12/1986 a 14/10/1988</p>	 <p>Maurício Mendes de Paula 29/12/1999 a 23/01/1998</p>	 <p>José Augusto de Brito 20/10/1991 a 21/10/1991</p>	 <p>Emanuel Pedroni 14/10/1988 a 11/01/1989</p>	 <p>Willy Roberto Gurgel 30/12/1989 a 11/01/1989</p>	 <p>Marta Cristina Gregson Pereira 23/06/2005</p>	 <p>José Luis de Vasconcel</p>													

 Yvanildo Rocha Thomaz de Castro 25/02/1950 a 18/10/2005	 Renato Antonio Silva 19/12/1955 a 18/12/1998	 Leonardo Silva 25/06/1955 a 18/12/2003	 Antonio Paulo Ribeiro 28/03/1965 a 27/02/1999	 Celso Francisco Pereira 21/05/1955 a 20/01/1999	 Leonardo Pereira 21/05/1955 a 20/01/1999	 José Ezequiel Rodrigues 19/12/1955 a 18/12/1998	 Ezequiel Pereira de Carvalho e Silva 20/12/1955 a 18/12/1998	 Mauro Roberto Terezi 20/12/1955 a 18/12/1998	 Flávia Terezi Oliveira 20/12/1955 a 18/12/1998
 Vitor da Costa Pereira 25/12/1952 a 25/12/1992	 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 Roberto Silva 01/12/1955 a 20/01/1995	 Roberto Silva 01/12/1955 a 20/01/1995	 José Carlos Mendes 30/12/1955 a 01/12/1995	 José Carlos Mendes 30/12/1955 a 01/12/1995	 José Carlos Mendes 30/12/1955 a 01/12/1995	 José Carlos Mendes 30/12/1955 a 01/12/1995	 José Carlos Mendes 30/12/1955 a 01/12/1995	 José Carlos Mendes 30/12/1955 a 01/12/1995
 Otávio Coimbra 11/02/1973 a 14/02/1982	 Rosângela Mendes 13/12/1955 a 14/12/1995	 Antônio Aires de Almeida 13/12/1955 a 14/12/1995	 Rosângela Mendes 13/12/1955 a 14/12/1995	 Otávio Coimbra 11/02/1973 a 14/02/1982	 Otávio Coimbra 11/02/1973 a 14/02/1982	 João Wagner 01/12/1955 a 15/12/1987	 João Wagner 01/12/1955 a 15/12/1987	 João Wagner 01/12/1955 a 15/12/1987	 João Wagner 01/12/1955 a 15/12/1987
 José Carlos Mendes 11/12/1955 a 12/12/1995	 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 Paulo José Lopes 11/12/1975 a 10/12/1995	 Nelson Tapia 11/12/1975 a 10/12/1995	 Fernando Afonso Augusto Almeida 11/12/1975 a 10/12/1995	 Fernando Afonso Augusto Almeida 11/12/1975 a 10/12/1995	 Ary Campesin 18/12/1978 a 24/01/1985	 Ary Campesin 18/12/1978 a 24/01/1985	 Ary Campesin 18/12/1978 a 24/01/1985	 Ary Campesin 18/12/1978 a 24/01/1985
 Ary Campesin 18/12/1978 a 24/01/1985	 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 Elias Botelho 17/12/1955 a 12/12/1995	 Elias Botelho 17/12/1955 a 12/12/1995	 Elias Botelho 17/12/1955 a 12/12/1995	 Elias Botelho 17/12/1955 a 12/12/1995
 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 Miguel Mendonça 14/12/1975 a 01/12/1995	 Miguel Mendonça 14/12/1975 a 01/12/1995	 Miguel Mendonça 14/12/1975 a 01/12/1995	 Miguel Mendonça 14/12/1975 a 01/12/1995
 Antônio Francisco Coimbra 01/12/1945 a 11/12/1990	 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 Antônio Ayres de Almeida 11/12/1975 a 12/12/1995	 Antônio Ayres de Almeida 11/12/1975 a 12/12/1995	 Antônio Ayres de Almeida 11/12/1975 a 12/12/1995	 Antônio Ayres de Almeida 11/12/1975 a 12/12/1995
 Orestes Maia 01/12/1945 a 11/12/1990	 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 José Augusto Pereira de Almeida 21/12/1955 a 24/12/1995	 José Augusto Pereira de Almeida 21/12/1955 a 24/12/1995	 José Augusto Pereira de Almeida 21/12/1955 a 24/12/1995	 José Augusto Pereira de Almeida 21/12/1955 a 24/12/1995
 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 Othonias Fernandes Lima 17/12/1955 a 01/12/1995	 Othonias Fernandes Lima 17/12/1955 a 01/12/1995	 Othonias Fernandes Lima 17/12/1955 a 01/12/1995	 Othonias Fernandes Lima 17/12/1955 a 01/12/1995
 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 Afonso Coimbra 01/12/1945 a 11/12/1990	 Afonso Coimbra 01/12/1945 a 11/12/1990	 Afonso Coimbra 01/12/1945 a 11/12/1990	 Afonso Coimbra 01/12/1945 a 11/12/1990
 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 Luis Augusto da França 11/12/1955 a 12/12/1995	 Luis Augusto da França 11/12/1955 a 12/12/1995	 Luis Augusto da França 11/12/1955 a 12/12/1995	 Luis Augusto da França 11/12/1955 a 12/12/1995
 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995	 Manoel Augusto de Araújo 20/12/1955 a 12/12/1995

MEMORIAL



Representantes Classistas

Expediente

Projeto básico:

Secretaria de Comunicação Social - SECOM

Coordenadoria de Editoria e Imprensa - CEIM

Núcleo de Comunicação Visual e Design - NCVD

Diagramação: Vinícius Aquino

